

IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BOLIVIANA




Bagai

ROSINEIA OLIVEIRA DOS SANTOS

IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Construção e Desconstrução da Identidade Cultural Boliviana





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice G. Benevides CRB-1/5889

E26	Imigração na cidade de São Paulo: construção e desconstrução da identidade cultural boliviana [recurso eletrônico] / Rosineia Oliveira dos Santos. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2024. 147p. Recurso digital. Formato: e-book Acesso em www.editorabagai.com.br ISBN: 978-65-5368-415-7 1. Identidade Cultural. 2. Imigração Boliviana. 3. São Paulo. I. Santos, Rosineia Oliveira dos. 11-2024/54
-----	---

CDD 394

Índice para catálogo sistemático:
1. Identidade Cultural: Imigração boliviana.



<https://doi.org/10.37008/978-65-5368-415-7.20.06.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfilmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Rosineia Oliveira dos Santos

IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Construção e Desconstrução da Identidade Cultural Boliviana



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa</i>	Richard Dantas de Oliveira
<i>Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo – CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC – UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo – UPM – MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD – PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos – UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima – UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez – Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga – ISCED-HUILA – ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre – PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva – UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT – Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya – CUI-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger – IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis – UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho – Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE – POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFMT Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra – UFPPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. Maria Caridad Bestard González – UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira – IPLEIRIA – PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dra. Patricia de Oliveira – IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfírio Pinto – CIDH – PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann – Technische Universität Braunschweig – ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caúca Ferreira – UNITEL – ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz – SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues – UNIVERSIDAD DE LA HABANA – CUBA Dra. Suéli da Silva Aquino – FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore – UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissel López Bestard- SEDUCRS

A meu filho Samuel, luz da minha vida e meu marido Ronilson de Souza Luiz.

O imigrante, de habitante de um espaço nacional definido (incola), ao transitar deste espaço tradicional para outro se transforma em um atópico, sem lugar próprio no sentido social, cultural e econômico, um deslocado no novo espaço que não lhe pertence em termos de práticas, valores, usos e costumes, modos de agir e pensar, tornando-se um ser imigrante inoportuno, embaraçoso, incômodo, objeto de estereótipos, preconceitos e de atos de intolerância. Talvez, sem ter consciência, o imigrante, antes de ser imigrante, devido aos seus sonhos, aos seus anseios e as suas utopias, também. Estava se metamorfoseando em seu próprio país e na sua comunidade em um atópico, pelo menos uma parte dele não tinha uma posição definida na estrutura social. (MOTOYAMA)

PREFÁCIO

Viver em uma megalópole como São Paulo implica em conviver e vivenciar diversas manifestações culturais que influenciam e são influenciadas por aquela cultura, que talvez tenha sido a predominante deste *ethos* em tempos de outrora.

A pesquisa de Rosinéia nos conduz a um percurso cultural e histórico advindos dos Andes para a zona urbana da cidade de São Paulo onde, pelo encontro de pessoas, vindas de várias localidades contribui para a configuração de uma cultura plural, diversa e que, pelo encontro se posiciona e se transforma, criando, além dos choques da dinâmica presente nas culturas, justaposições que se convertem em novas formas de produzi-la ou vivê-la.

A chegada dos bolivianos em São Paulo, em sua grande maioria em busca de melhores condições de vida, apontando para seu trabalho de costura, enfrentando abusos em alguns casos, e acolhida em outros, propicia à colcha de retalhos da cultura paulistana novos sabores, aromas, sons, cores e costumes ao desenvolver-se em uma área de diversidades culturais, adaptando-se aos sabores, sons, cores, temperos e histórias da urbe paulistana.

Ao chegarem de seu país, estes cidadãos trazem, em seus alforjes, sua cultura, sua história, seu folclore, seus costumes, suas receitas e, ao encontrarem aqui outros produtos ou ingredientes ou ainda a falta de alguns deles, acabam por adaptar-se a essa cultura inicial, aculturando-se e transculturando-se, dando origem a novos modos de fazer da sua cultura popular, reforçando o dinamismo da cultura e as possibilidades que o encontro entre culturas, em um mundo cada vez mais globalizado proporciona.

Se por um lado se perdem de sua cultura inicial, por outro, se encontram, e novas possibilidades culturais, promovendo festas, feiras, rituais, datas comemorativas, superstições, costumes e alimentação, como é possível comprovar na praça Kantuta e na rua Coimbra, região do Canindé na cidade de São Paulo. Espalham seus fazeres na cidade escolhida para viver. É ali que estes imigrantes bolivianos podem matar

a saudade das comidas e costumes típicos de sua terra e com isso, propiciarem aos demais moradores da cidade o contato com a sua cultura, valorizando assim sua identidade e sua memória.

Olhar para a cultura do outro, reconhecer a alteridade e seu lugar de fala é dar espaço para o encontro, a conexão de povos que, ao se relacionarem, contribuem para a construção de uma cultura mais plural e diversa e que, por ser diversa, oferece possibilidades para a construção de uma sociedade onde o “ser” supera a diferença do “ter”, entendendo, pelo encontro, que não há cultura mais ou menos pois, todas as culturas são. Rosineia, conseguiu de forma primorosa reescrever esses passos e demonstrar o quanto esse povo e essa cultura deve ser valorizada em nossa cidade e em nosso país.

Prof. Dr. Robson A. Santos
Doutor em Design
Mestre em Educação, Arte e História da Cultura

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Antiga fachada da hospedaria dos imigrantes localizada no bairro da Mooca – 1982	42
Fotografia 2 – Museu da Imigração – fachada atual	42
Mapa 1 – Mapa político da Bolívia – fronteira internacional e os limites dos departamentos com suas capitais e capital nacional	56
Mapa 2 – Rota e pontos de entrada dos imigrantes bolivianos no Brasil	60
Quadro 1 – Resumo das fases de adaptação dos imigrantes	81
Fotografia 3 – Fachada da Igreja Nossa Senhora da Paz	84
Fotografia 4 – Grupo folclórico Morenada – no Memorial da América Latina nos 191 anos de aniversário da Independência da Bolívia comemorados em 2016	91
Fotografia 5 – Imigrantes bolivianas reconstruindo a dança Morenada	92
Fotografia 6 – Homens bolivianos dançando a Morenada	92
Fotografia 7 – Grupo folclórico de dança Kantuta Caporales – bolivianas	94
Fotografia 8 – Grupo Folclórico de dança Kantuta Caporales – bolivianos	94
Fotografia 9 – Grupo Folclórico de dança Kantuta Caporales	94
Fotografia 10 – Praça Kantuta aos domingos	115
Fotografia 11 – Flautas de pão	116
Fotografia 12 – Artesanatos típicos do altiplano andino	117
Fotografia 13 – Boneca que representa a mulher boliviana, com suas roupas típicas	117
Fotografia 14 – Anticucho – coração de boi no espeto acompanhado de batata e molho de amendoim (maní)	118
Fotografia 15 – Empanadas	119
Fotografia 16 – Salteñas	120
Fotografia 17 – Em traje amarelo vibrante, a Virgem de Urkupiña e, a seu lado, a Mãe-Terra (Pachamama)	122
Fotografia 18 – Boliviana vendendo sucos e chás bolivianos	126
Fotografia 19 – Placa indicando petiscos e pratos bolivianos	126
Fotografia 20 – Rua Coimbra – aos sábados e domingos	127
Fotografia 21 – Festa comemorativa da Independência da Bolívia – Memorial da América Latina	129
Fotografia 22 – Dança típica Aimará – Homens dançando a Morenada com a tradicional máscara no Memorial da América Latina	130

Fotografia 23 – Bolivianas dançando a Morenada na festa de Independência da Bolívia no Memorial da América Latina.....	131
Fotografia 24 – Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina.....	132
Fotografia 25 – Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1	
IMIGRAÇÃO: RUMO AO DESCONHECIDO	17
1.1 Quem é esse imigrante (identidade perdida ou deslocada?).....	27
1.2 Imigração no Brasil: Início da caminhada	31
1.3 O recomeço: A imigração andina no Brasil	46
2	
IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO	51
2.1 Dados preliminares – Bolívia.....	51
2.2 Início da construção – São Paulo	57
2.3 Construindo uma identidade na cidade	71
2.4 Incorporação da cultura boliviana na cidade de São Paulo.....	75
3	
CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BOLIVIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	93
3.1 Locais de representação – Cultura boliviana na metrópole	105
3.1.1 A praça Kantuta.....	105
3.1.2 Rua Coimbra.....	119
3.1.3 Memorial da América Latina	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFÊRENCIAS.....	138
ÍNDICE REMISSIVO	146

INTRODUÇÃO

O presente livro tem como objetivo entender o processo de identificação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, tomando como base seus territórios culturais, a fim de fortalecer e desenvolver relações sociais e práticas de conscientização em conjunto a comunidade em que se inserem.

Com a chegada desses imigrantes na cidade que, em sua maioria, vêm direcionados para o mercado de trabalho informal nas oficinas de costura, esse deslocamento levou essa imigração a ter grande visibilidade nos principais jornais da imprensa brasileira/paulista e em sites especializados, a partir da década de 1980.

Pode-se afirmar, contudo, que a presença desses imigrantes remonta ao início da década de 1950, quando já era possível constatar alguns bolivianos na cidade, mas na condição de estudantes, os quais vieram estimulados pelo programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia. Após o término dos estudos, muitos deles acabavam optando pela permanência na cidade, em razão das múltiplas ofertas de emprego encontradas naquele momento no mercado de trabalho paulistano.

Diferentemente dos deslocamentos históricos significativos até o primeiro quartel do século XX, os estrangeiros que atualmente cruzam as nossas fronteiras vivenciam outras relações de trabalho, pautadas na ilegalidade jurídica e na mundialização comercial e econômica. A falta de documentos, característica predominante entre os imigrantes bolivianos é um fator agravante para explicar sua localização na cidade de São Paulo e no setor em que se empregam.

As razões pelas quais os bolivianos continuam deixando a Bolívia são múltiplas, porém os fatores de ordem econômica e social são preponderantes na decisão de emigrar, mesmo sobrevivendo na ilegalidade que o mercado de trabalho brasileiro oferecia e oferece, considerando que há mais oportunidades de emprego do que em sua pátria, já que Santa Cruz de La Sierra¹ enfrenta uma profunda crise econômica, com altos índices de inflação e desemprego.

¹ Cidade mais populosa da Bolívia com cerca de 1.756.926 habitantes e é considerada o motor econômico do país.

O crescimento da presença hispânica na cidade de São Paulo, principalmente nesta última década, é fenômeno cada vez mais recorrente nas discussões acadêmicas, institucionais e midiáticas atuais.

Nosso interesse em investigar o tema partiu de questionamentos: como os bolivianos se integram à identidade cultural da Cidade de São Paulo, preservando sua individualidade de origem ou se adaptando às necessidades de sobrevivências na nova realidade em que se alocam? Os diferentes contextos da adaptação dos bolivianos à ordem social paulistana e como se dá o processo de ressignificação cultural empreendido por esses imigrantes, os quais se encontram mobilizados em torno da (des)construção de sua identidade e se reconhecendo como parte da cultura de seu novo país.

Toda transferência que se faça requer um local de partida e um local de chegada, que será permeada por uma trajetória e um meio de fazê-la, envolvendo causas diversas que condicionam as escolhas desses imigrantes e seus familiares.

A identidade desse imigrante, na verdade, é assim relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. A sua identidade imigratória está vinculada também às condições sociais e materiais encontrados no país receptor. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como um intruso, isso terá efeitos reais, porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais, econômicas e psíquicas, dentre outras.

A partir desses dados, temos como objetivos específicos: explorar os símbolos de identidade e cultura bolivianas na cidade de São Paulo; analisar como os bolivianos integram sua identidade cultural à cidade de São Paulo; demonstrar como os locais de cultura (praça Kantuta, rua Coimbra e Memorial da América Latina) são estratégias, para que haja mobilidade da sociedade para qual se deslocam e que também tenham reconhecimento social em um ambiente cada vez mais disputado. Na dissertação, procuramos entender se essa relação (imigrante e nativo) segue um padrão mais pautado por conflitos ou por uma convivência relativamente harmoniosa, mesmo sendo esses grupos muito distintos, culturalmente.

Ao estudar a identidade cultural de imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, esta dissertação integra-se a uma indagação de maior pertinência no universo geopolítico da atualidade: a integração de populações

alógenas a países nos quais não nasceram. É o caso, por exemplo, dos refugiados na Europa, expulsos de suas casas pela guerra, pela miséria e pelo preconceito étnico-religioso.

Nesse sentido, a proposta foi estudar aspectos identitários culturais dos bolivianos em São Paulo de forma teórico/empírico, identificando seus comportamentos nos locais públicos, principalmente, em territórios que os remetem a sua cultura.

Como primeira análise e busca de referencial teórico, procuramos os locais que catalogaram a chegada desses imigrantes bolivianos em São Paulo. Dessa forma, em 2016, exploramos o Museu da Imigração na cidade de São Paulo, localizado no bairro do Brás. Para compreendermos os primeiros locais de identificação desses imigrantes, as escolhas recaíram sobre alguns pontos culturais de reconhecimento da identidade desse povo, fato que será exemplificado no decorrer da pesquisa.

Ainda como primeiro passo e busca de referencial metodológico que embasasse nossa pesquisa, entendemos que a Pastoral do Migrante (Missão Paz) também localizado na cidade de São Paulo, traz em seu acervo vários livros, artigos científicos que descrevem a chegada dos bolivianos para o mercado de trabalho em São Paulo.

Esse local surgiu como ponto de encontro entre os imigrantes, uma vez que esse centro de acolhimento e integração os protegem, acolhendo-os e lhes oferecendo esclarecimentos. Essas fontes primárias surgiram como ponto inicial para o reconhecimento do público alvo na presente pesquisa.

O Núcleo de Estudos de População (NEPO), localizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), contempla em seu acervo trabalhos da maioria dos pesquisadores que abordam a imigração boliviana na cidade de São Paulo e contém livros, documentos, artigos, dissertações e teses há mais de vinte anos. Com esse enfoque, o núcleo também realiza vários eventos para discutir a questão da imigração boliviana e contextos correlatos, mais recentemente, o acolhimento de refugiados.

A convivência de diversas culturas no mesmo espaço implica tolerância mútua entre os cidadãos nativos e os imigrantes legais/ilegais. Percebe-se, nessas trocas culturais, o que está ocorrendo na cidade, quando se visita a Pastoral do Migrante: são olhares cansados e desanimados que, ao saírem para o mercado de trabalho, percebem o embate que ocorre entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

Atualmente, a presença boliviana é um fato consolidado na cidade de São Paulo, seja pela manutenção do fluxo migratório contínuo, tornando-se o grupo mais numeroso entre os hispano-americanos que vivem na cidade, seja pelo fato de que novas famílias começaram a se formar em São Paulo, ou por outro elemento balizador desse processo migratório, que é a existência de várias organizações socioculturais criadas por eles nos últimos anos.

Dentre essas organizações, destacam-se a Associação dos Residentes Bolivianos e o Círculo Boliviano como as mais antigas na cidade, além da Associação Interligas, que reúne times de futebol, de várias Fraternidades Folclóricas, da Associação Bolívia/Brasil, que defende os interesses dos oficinistas, da Associação Gastronômica Praça Kantuta e dos residentes e comerciantes da rua Coimbra. Esse último é marcado pelas novas reformulações familiares desses imigrantes, porque trabalham e moram no mesmo local e, aos domingos, têm a rua também como atrativo de lazer, para que crianças e moradores possam assim usufruir do espaço de forma cultural.²

O problema se constitui de novos questionamentos que surgiram durante o percurso e aprofundamento deste tema. E, assim, procuramos perceber e analisar de maneira mais otimizada, o fenômeno da imigração boliviana para São Paulo, a partir da contribuição de alguns autores: Azevedo (1987); Canclini (2015); Davatz (1972); Hall (2003-2005-2014); Sayad (1998); Seyferth (1990-2002-2008) e Silva (1997-2002-2003-2005-2012). Por meio dessas observações e consultas foram identificados nos territórios de concentração desses imigrantes, como as já citadas: praça Kantuta, rua Coimbra e o Memorial da América Latina. A primeira dessas é localizada no bairro do Pari/Brás; e a segunda, no bairro do Canindé; o terceiro fica no bairro da Barra Funda e todos são localizados na cidade de São Paulo.

² Enquanto, por um lado, a Associação gastronômica na Praça Kantuta se estabeleceu a partir uma reivindicação da comunidade boliviana junto à prefeitura da cidade e se trata de um espaço de comércio não permanente (só funciona aos domingos). Por outro lado, a Rua Coimbra teve uma história muito mais informal de inserção da comunidade boliviana – trata-se, conforme foi possível verificar a partir de visitas ao local, de uma rua em que se concentram muitas oficinas de costura bolivianas que, ao longo da década de 1990, era uma rua de oficinas coreanas e bolivianas. A partir desse ano, começou a receber diferentes estabelecimentos de comércio, tais como: salões de cabeleireiro bolivianos para atender os costureiros, além de uma central telefônica cujos donos são bolivianos. E, nos fins de semana, esse espaço passou a se consolidar como ponto de encontro da comunidade, recebendo comércio ambulante. Atualmente, destaca-se a existência de um posto do consulado boliviano e de uma empresa que é especializada em formalizar a situação de bolivianos e suas oficinas de acordo com os parâmetros legais vigentes no Brasil.

Para efeito de apresentação desta dissertação, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos. Nesses, estão explicitados os objetivos e o alcance da pesquisa que os norteiam.

No primeiro Capítulo, retratamos o imigrante em um contexto teórico e histórico, explorando a questão sobre o processo migratório. A necessidade do mercado de trabalho é circunstancial e o imigrante é considerado um ser provisório, mesmo que essa provisoriedade dure mais de sessenta anos, como é o caso dos bolivianos na cidade de São Paulo. Foi abordado como ocorreu esse processo migratório em nível global, os fatores (econômicos, sociais e pessoais) que levam esse imigrante a deixar sua vida na cidade de origem em busca de melhores condições de sobrevivência.

Ainda no primeiro Capítulo, abordamos o processo da imigração no Brasil e, a partir dessa perspectiva, estudamos quais foram os primeiros imigrantes que chegaram ao país, para quais cidades se deslocaram e em qual ramo de atividade remunerada adentraram.

No segundo Capítulo, exploramos o processo de conscientização e os mecanismos que esses imigrantes encontraram para se adaptar e se integrar à rotina da sua identidade de origem na cidade de São Paulo, bem como, para quais bairros se deslocaram e quais grupos ainda percebem a cidade como fonte de trabalho com qualidade cultural e social.

Para demonstração dos dados, utilizamos informações (geográficas, políticas, econômicas) da Bolívia, ou seja, para entender sua população, renda *per capita*, vegetação, áreas sociais, econômicas, políticas, infraestrutura, dentre outros dados. Para identificação de sua cultura e o pertencimento a um determinado país, exploramos o que foi incorporado por essa metrópole com a chegada desses imigrantes, o que a cidade fez para receber e se mobilizar diante de uma nova identidade, sendo incorporada no calendário de culturas da metrópole.

No terceiro Capítulo, analisamos como ocorre o processo de resignificação dessa comunidade que sofre preconceitos de cor, costumes, vestimentas e de comportamento. A representação de três pontos que demarcam na cidade sua identidade como meio de trocas culturais entre os imigrantes bolivianos e a comunidade na qual se inserem. Diante dessa abordagem, verificamos o que já foi incorporado da chamada cultura brasileira em sua identidade.

No estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjunto de sintomas, mas atos simbólicos e o objetivo é a análise do discurso social.

Diante do método escolhido, nossas inquietações foram respondidas com a pesquisa bibliográfica, a qual seguiu os moldes da pesquisa qualitativa e utilizamos dissertações e teses de duas Universidades do Estado de São Paulo (UNICAMP e USP) e textos que abordam tal temática. Seus autores fizeram entrevistas com imigrantes bolivianos, permitindo que nossa dissertação integre um nicho de pesquisa nas áreas da sociologia, política, história e antropologia. A observação inovadora desta dissertação é a abordagem dos locais onde se divulga a cultura, como a rua Coimbra, local ainda pouco citado por pesquisadores e estudiosos que tratam da imigração boliviana na cidade de São Paulo.

Alguns limites que a pesquisa possui consistem no fato de que não explora os diálogos com outras comunidades e o que esses adquiriram de transformações em sua cultura, com a inter-relação social dos nativos com os que chegam à cidade. Importa igualmente saber qual desses públicos compreende a reconstrução social que é importante em outro país. Há também conceitos não explorados nesta dissertação, pois se perderá o fio que a norteia.

Para um próximo projeto, aprofundaremos a pesquisa, para investigarmos os centros de acolhimento que os próprios imigrantes bolivianos construíram em São Paulo, e entender em que medida esses locais identificados por eles os ajudam em sua adaptação e se os sistemas educacionais da cidade estão preparados para atender esse público que cresce a cada dia.

Procuramos contribuir para uma análise teórica do que podemos chamar de cidadania para esse imigrante, a partir do estudo dos territórios de identidade cultural, ou seja, os nossos capítulos dialogam, para que haja entendimento do que já foi um perfil imigrante desejado e o que hoje é um perfil do imigrante indesejado, já que esse último adentra nos países em maior número. Com este debate, fortalecemos a rede intercultural de conhecimento e entendimento do outro perante o desconhecido, tendo em vista ampliar o debate, além de apontar caminhos daqueles aspectos que ainda não logramos responder como de que maneira pode ocorrer a mudança e o fortalecimento dessa comunidade a partir do estudo das relações de cultura.

Essa pesquisa teve grande significado para a comunidade boliviana, pois o tema não se esgota, apenas se reconfigura e reformula em novas propostas e caminhos de discussões.

IMIGRAÇÃO: RUMO AO DESCONHECIDO

Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência de alhures. É a própria condição do humano, é a sua finitude que estão em causa (SAYAD, 1998, p. 35).

O sonho de ter uma vida digna que possibilite viver bem tem movido a humanidade desde suas origens em busca de outros lugares, de condições sociais mais favoráveis e mais acolhedoras (socialmente, politicamente). Essa busca por novas possibilidades, sejam de anseios por uma vida profissional melhor ou por melhores condições de vida escolar e, até mesmo, por moradia, por vezes vem carregada de despedidas, de ausências, de perdas, renúncias, abandonos e sofrimento para crianças, adultos e idosos.

As cenas que temos visto nos últimos anos, promovidas pela imprensa são apenas sinais de uma realidade dura para milhares de pessoas que saem de seus lares e que enxergam em outro país uma possibilidade de recomeço.

A maioria dos paleontologistas e geneticistas da atualidade concordam que os primeiros humanos surgiram na região leste do continente africano, tendo ocorrido a primeira migração num período compreendido entre os 60.000 e 70.000 anos atrás, provavelmente motivada por alterações climáticas (SAYAD, 1998, p. 83).

As travessias, de acordo com o mesmo autor (1998, p. 83) que ocorrem no vasto Oceano Atlântico rumo ao mundo novo foi experiência vivenciada por milhões de europeus e asiáticos que, ao longo dos séculos XIX e XX, buscavam nas terras americanas uma nova vida. As amplitudes desse fenômeno deixaram marcas profundas nas sociedades de ambas as margens. Culturas diversificadas deixaram sua terra natal e vieram se encontrar em outras terras, como a brasileira, contribuindo e modificando de maneira profunda a história subsequente das sociedades receptoras.

O Homem começou a deixar África, ocupando outras regiões do planeta, nomeadamente, para o ocidente, por caminhos dentro da Europa em direção ao Oriente, graças a rotas da Ásia e, a partir daí, para a Austrália. Numa fase mais tardia, o Homem chegou às Américas (SAYAD, 1998, p. 84).

Dessa forma, pode-se afirmar que a origem dos fenômenos migratórios persiste ao longo da história humana. Alguns eventos migratórios têm ocorrido e são de grande relevância, dos quais salientamos, por exemplo, o primeiro grande fluxo de imigrantes europeus para o Brasil no século XVI e, posteriormente, no século

XIX. Em geral, essa era uma migração camponesa, familiar e cuja motivação básica era a busca de um pedaço de terra para cultivo do outro lado do Atlântico.

Nota-se nessa migração a presença crescente de diversas minorias, sobretudo, nos fluxos provenientes de regiões multiétnicas, dentre as quais, podem ser citados lituanos, bielo-russos, ucranianos, alemães, judeus de vários países e russos. Mais tarde, conforme Sayad (1998, p. 85), já no século XX e como consequência da I e da II Guerra Mundial, ocorreram outras migrações significativas, no que diz respeito ao número de indivíduos em movimentos migratórios. Ainda hoje, e potenciada pelo fenômeno da globalização, esses movimentos continuam a ocorrer.

Esses movimentos migratórios podem ocorrer em diferentes escalas – migrações intercontinentais (entre continentes), migrações intracontinentais (entre diferentes países de um mesmo continente) e interregionais (no interior de um mesmo país). No que se refere às migrações interregionais, salientam-se, sobretudo as migrações das áreas rurais para as áreas urbanas.

De acordo com dados apresentados em 12 de janeiro de 2015, pelas Nações Unidas, o número de migrantes internacionais (pessoas que vivem num país no qual não nasceram) alcançou 244 milhões, em todo o mundo. Esse valor revela um aumento de 41% desde os anos de 2000 e inclui quase 20 milhões de refugiados.³

O mesmo informe deixa entrever que a intensidade do fenômeno pode ser elucidada, levando-se em conta que, em 1910, o número de

³ Migrantes internacionais aumentaram 41% em 15 anos, atingindo os 244 milhões (UNRIC – CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária. No que se refere à distribuição da população migrante em 2002, a maior parte vivia na Ásia (43,8 milhões), seguida pelos EUA e Canadá (40,8 milhões), Europa ocidental (32,8 milhões) e a ex-União Soviética (29,5 milhões). Menor a presença na África (16,3 milhões), América Latina (5,9 milhões) e Oceania (5,8 milhões).⁴

A América do Norte passou por um relevante fluxo migratório nas últimas duas décadas e, atualmente incorpora 23% do total de migrantes mundiais. Já na Europa, excluindo a ex União Soviética, a porcentagem no total de migrantes permaneceu estável entre 1960 e 2000 (em torno de 18%), mas houve um sensível aumento da porcentagem em relação à população da região: passou-se de 3,3%, em 1960, para 6,4%, em 2000.⁵

Apesar da evolução e da diversificação dos destinos, segundo o Informe, as migrações internacionais continuam bastante concentradas e 75% do total de migrantes estão em 28 países (em 1960, estavam em 22 países). No EUA, se encontram 20% do total (35 milhões), seguidos pela Rússia (13 milhões), a Alemanha (7,3 milhões), a Ucrânia (6,9%), a França e a Índia (6,3 milhões cada).⁶

Outro dado, informado por Marinucci e Milesi (2011, p. 7), apontou que 16 países no período de 10 quinquênios – entre 1950 e 2000 – tiveram saldo migratório sempre negativo e 7 países que, nos mesmos períodos, tiveram saldo migratório positivo. Os primeiros podem ser considerados países de emigração (entre eles, México, Cuba, Bolívia, Colômbia, Bulgária, Polônia, Bangladesh e Índia) e os segundos de imigração (EUA, França, Canadá, Suécia, Israel, Austrália e Costa de Marfim). Segundo os mesmos autores (2011, p. 8) a maioria dos países, todavia, intercala saldos negativos, positivos ou saldo zero.

Os países que passaram por três ou mais quinquênios com saldo migratório negativo são classificados como países de emigração, como é o caso do Brasil. E, na linha desses mesmos pesquisadores, 63% dos migrantes residem em países desenvolvidos (110 milhões). Segundo a pesquisa, embora esses dados sejam um fenômeno recente, a maioria

⁴ Ver nota 3.

⁵ Migrações Internacionais Contemporâneas (Instituto de Migrações e Direitos Humanos). (MARINUCCI;MILESI, 2005).

⁶ Ver nota 5.

dos migrantes internacionais vivia em países em desenvolvimento nos levantamentos de 1980 (52%), de 1970 (53%) e 1960 (58%). Desses dados, entende-se que os fluxos migratórios das últimas duas décadas estão se direcionando, preferencialmente, para os países economicamente mais ricos. Não é por acaso que a porcentagem de migrantes nos países desenvolvidos passou de 3,4% para 8,7% da população.

Cabe ressaltar que os fluxos migratórios internacionais são complexos e voláteis, sendo bastante comuns a brusca inversão de saldos migratórios ou a existência simultânea de fortes indicações de emigração e de imigração. Por exemplo, dos EUA, o principal polo de atração do mundo, saem anualmente 200 mil cidadãos.

A escalada migratória que se intensifica na Europa, tem colocado na pauta do dia a dia da imprensa, dos governos e dos organismos humanitários não só o tema da migração, mas também, a gravidade de suas causas e a necessidade de se encontrarem soluções que ultrapassem medidas paliativas para esse problema. Por tudo isso, os movimentos migratórios atuais nos obrigam a pensar a própria forma de organização das sociedades vigentes que não estão fundadas na justiça e na igualdade. Por isso, os fenômenos migratórios não podem ser vistos como ocasionais e localizados, mas sim, como parte de um sistema social que expulsa as pessoas de suas terras.

Quanto à perspectiva de gênero, o informe das Nações Unidas aponta uma substancial igualdade da participação feminina e masculina nas migrações internacionais, com maior destaque para as mulheres imigrantes pelo seu crescimento. As mulheres, que eram 46,7% dos migrantes em 1960, em 2010 perfazem 48,6% do total⁷. No entanto o aumento da migração feminina não é universal nem homogêneo. Na Ásia, por exemplo, as mulheres passaram de 46%, em 1960, para 43%, em 2000. Na África, embora em aumento, as mulheres migrantes perfazem apenas 46,7% do total. Já houve um significativo aumento entre os anos 1960 e 2000: na América Latina, de 44,7% para 50,2%; na Oceania, de 44,4% para 50,5%; e, na Europa, de 48,5% para 51%⁸.

⁷ Migrantes internacionais aumentaram 41% em 15 anos, atingindo os 244 milhões. (UNRIC – CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

⁸ Ver nota 7.

O que tem ocorrido diante de tal pesquisa é a chamada feminização da migração. Há autores que negam que exista, de fato, uma real predominância feminina, em relação ao passado, nos fluxos migratórios atuais. Essa seria apenas uma concessão feita à questão de gênero, muito em voga na atualidade. Conforme o já citado Estudo Econômico e Social das Nações Unidas, atualmente, as mulheres representam 48,6% dos migrantes internacionais, enquanto que, em 1960, essa porcentagem era de 46,7%. Embora percentualmente a mudança seja pouco relevante, não há dúvida de que existem transformações e problemáticas específicas que atingem as mulheres migrantes.

Historicamente, a presença feminina no âmbito da migração estava ligada, predominantemente, à chamada reunificação familiar. No entanto, informa Marinucci e Milesi (2011, p. 9) que nos últimos anos, aumentou o número de mulheres que se deslocam sozinhas com um projeto migratório meramente laboral. Na origem dessa mudança deve ser realçado o sensível aumento, nos países do Norte, na demanda de mão de obra feminina para tarefas domésticas, tanto de limpeza, quanto de cuidado com as pessoas (crianças ou idosos).

Esses trabalhos domésticos, comumente, exigem mão de obra extremamente flexível, principalmente em relação aos horários, o que, muitas vezes, dificulta a integração da migrante na sociedade de chegada, além de tornar mais complexa a reunificação familiar e a autonomia pessoal.

Estudos realizados por teóricos que abordam as migrações entendem que as mulheres migrantes, apesar de participarem intensamente dos fluxos há várias décadas, permaneceram invisíveis nas abordagens analíticas. Com a expressão da invisibilidade, entendemos a ausência ou a limitada utilização, no passado, do enfoque de gênero em vista de uma melhor compreensão do fenômeno migratório. A mulher, nessa perspectiva, permaneceu e permanece invisível, sobretudo, no que diz respeito à especificidade de sua experiência migratória.

As mulheres migrantes e na última década as mulheres refugiadas, dependem da comercialização do seu trabalho, ou seja, compram os serviços ofertados (mão de obra para limpeza de suas casas) das mulheres mais pobres a preço baixo. Nesse sentido, também ocorre processo exploração das mulheres migrantes por elas mesmas, em detrimento de

um mercado que necessita de recursos capitais para que sobrevivam no país receptor. Em nossa sociedade globalizada extremamente capitalista, são as trabalhadoras migrantes que obtêm poder de ganho maior, que estão liberando cada vez mais as mulheres com condições, em sua maioria precária, desse peso. Todavia, esse fato traz consequências significativas para a relação entre as mulheres.

De acordo com Marinucci e Milesi

[...] o progresso de um grupo de mulheres dá-se à custa da desvantagem de outro grupo de mulheres, porque, no processo de livrar outras mulheres desse peso, às trabalhadoras domésticas migrantes comumente é negado o direito de cuidar de sua própria família (2011, p. 14).

Nessa acepção, a partir do fim do século XX, as migrações tomaram outros rumos atrelados à globalização e à era da industrialização. A migração territorial é um processo que mobilizou grande parte desses imigrantes a se deslocarem de seus países, mas essa busca de territorialidade enlaça outras motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas (ROSA et al., 2009, p. 32).

A relação com a nova terra e os novos laços terão as marcas desses processos. E as mulheres migrantes têm essa condição, além da potência de relativizar toda relação fixa do sujeito com o poder migrante ou refugiado que pode, por sua exterioridade, ser perturbador para a cidade, gerando hostilidades e violências. Também pode assim abalar a identidade do sujeito, tomada aqui como a ficção de si mesmo. Por esse motivo, o exílio pode levar o indivíduo ou o grupo a se enclausurar nas chamadas comunidades étnicas.

Conforme Rosa et al.

Essa condição de imigrante e de refugiado propicia, sem dúvida, e é o que observamos, toda sorte de manipulações e abusos. A questão política se destaca, pois, as pessoas que estão em situação irregular não documentadas são levadas a agir respondendo à urgência. Pressionado, desenraizado, o sujeito deixa-se emaranhar nas garras do instantâneo, do reagir em vez do agir. Então o perdido torna-se um obstáculo e cristaliza-se, seja numa emissão de documentos, em empregos precários, casamentos

arranjados, em filhos gerados para legalização, estratégias que, supostamente, decidiriam a posição do sujeito (2009, p. 35).

O fenômeno migratório contemporâneo, por sua intensidade e diversificação, torna-se cada vez mais complexo, sobretudo, no que se refere às causas que o originam. Dentre essas, destacam-se: transformações ocasionadas pela economia em constante alteração, as quais levam à exclusão crescente de povos, países e regiões em sua luta pela sobrevivência: mudanças demográficas em curso nos países de primeira industrialização; aumento das desigualdades entre Norte e Sul no mundo; existência de barreiras protecionistas que não permitem aos países emergentes colocarem os próprios produtos em condições competitivas nos mercados; proliferação dos conflitos e das guerras; terrorismo; movimentos marcados por questões étnico-religiosas; urbanização acelerada; busca de novas condições de vida nos países centrais, por trabalhadores da África, Ásia e América Latina; questões ligadas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado; movimentos vinculados às safras agrícolas, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral; além das catástrofes naturais e outras situações ambientais (MARINUCCI; MILESI, 2011, p. 16).

O fenômeno da migração compulsória tem sido uma constante na história da humanidade, nos últimos anos, no entanto, em termos mundiais, ele tem despontado com muita força em virtude do êxodo sírio, desde que começou a guerra civil na Síria, em 2011, até o presente.

Em todas as épocas, as migrações levantaram desafios para os países, para as sociedades locais ou regionais e para a comunidade internacional. Mas, em cada contexto histórico, esses desafios se configuraram de forma quantitativa e qualitativamente diferenciada. Assinalamos, aqui, alguns desafios hodiernos que, em nossa óptica, destacam-se pela urgência e gravidade.

A intensificação dos fluxos migratórios internacionais das últimas décadas provocou o aumento do número de países orientados a regulamentar e até reduzir a imigração. Os argumentos alegados não são novos: o medo de uma invasão migratória, os riscos de desemprego para os trabalhadores autóctones, a perda da identidade nacional e, até, o espectro do terrorismo.

A globalização apresentou para esses povos migrantes, de forma sucinta e clara, vantagens e desvantagens decorrentes do estabelecimento de um regime multilateral para a mobilidade humana internacional que, segundo Marinucci e Milesi

A maioria dos países industrializados conta com uma população que envelhece e tende a diminuir, enquanto que a maioria dos países em desenvolvimento conta com uma população jovem e crescente. Muitos problemas derivados do envelhecimento da população, como são a diminuição da população ativa ou as dificuldades para financiar a seguridade social pelo crescimento dos níveis de dependência, poderiam atenuar-se mediante um incremento da imigração baseado no respeito dos direitos dos trabalhadores migrantes. Em geral, a produtividade mundial da mão de obra aumentaria com este processo, já que a migração seria de países com excedente laboral e baixa produtividade a países com alta produtividade. Isto não só beneficiaria aos próprios migrantes, como também, a seus países de origem, graças ao envio de remessas de divisas, à transferência de qualificações e ao estímulo da atividade comercial que provocaria a diáspora (2011, p. 17).

Essas rápidas reflexões revelam a complexidade do fenômeno migratório e a inconsistência da estigmatização dos migrantes como responsáveis pelas crises sociais dos países de chegada. Para isso, devem ser questionadas também aquelas análises dos fluxos migratórios Sul-Norte que interpretam a decisão de emigrar como uma opção exclusiva e autônoma de indivíduos, isentando os países de recepção de qualquer responsabilidade. Essas análises ideológicas e descontextualizadas, na realidade, omitem as influências que as dinâmicas geopolíticas e econômicas planetárias exercem nos processos decisórios dos emigrantes do Sul. De forma específica, encobrem as graves responsabilidades da crise da globalização neoliberal, sustentada pelos países do Norte, no acirramento do fenômeno migratório contemporâneo.

Há várias classificações respeitantes à migração, também designadas tipologias migratórias, que importa abordar e esclarecer nesta fase inicial do presente trabalho. Podemos dividir as migrações em dois grandes grupos: a migração designada como interna que ocorre dentro de um

mesmo estado, país ou continente e a migração dita como externa que, em oposição, envolve deslocamentos para um outro estado, país ou continente (KAZANA, 2013, p. 30).

Outra tipologia divide os fenômenos migratórios em emigração e imigração. A emigração é definida como sendo o movimento de saída de um indivíduo de um país para outro, designado emigrante, enquanto imigração é o termo utilizado para a chegada de indivíduos de outros países – os imigrantes.

De acordo com Kazana (2013, p. 32), podemos abordar o conceito de migração atendendo às causas que levaram a esses movimentos. Assim, existem migrações voluntárias, quando os indivíduos de deslocam com a finalidade de melhorar sua situação econômica, profissional ou por outras causas pessoais. Não obstante, algumas migrações podem designar-se como involuntárias ou forçadas, isto é, quando há movimentação de população por razões étnicas, políticas ou religiosas. Outras migrações, embora não com caráter forçado ou obrigatório, são denominadas como migrações impelidas, quando os indivíduos não são forçados a abandonar o país, mas o fazem devido a condições altamente desfavoráveis, como instabilidade política ou perseguição religiosa.

Na linha do sociólogo argelino Sayad (1998, p. 87), o fenômeno de imigrações de populações humanas deve ser entendido como um processo total e analisado tanto do ponto de vista dos fatores que o levam à partida do país de origem quanto da perspectiva das estratégias adotadas pelo imigrante para se inserir na sociedade de destino. Para Dietrich (2011, p. 99) é necessário caminhar entre esses dois polos para se compreender a complexidade de tal fenômeno.

Davatz também examina o imaginário do imigrante, que vai se agarrar ao idealizado e se refere a esse processo de idealização da terra prometida

A primeira ideia que um mundo novo oferece ao emigrante é frequentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estorvo. (...) mas envolve também uma capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, terra prometida, criando imagens falsas e ilusórias. Certa dose de fantasia

e credulidade, por pequena que seja, certo definimento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as emigrações em grande escala (1972, p. 19).

As razões que levam os diferentes grupos a emigrar estão ligadas a condições políticas, econômicas e sociais específicas de cada país, mas, em termos mais gerais, esse movimento foi uma decorrência da crise econômica que assolou toda a Europa entre o fim do século XIX e o início do século XX. No caso da Alemanha e da Itália, países unificados entre as décadas de 1860 e 1870 e que viveram uma Revolução Industrial tardia, o trabalho nas fábricas produziu grandes levas de desempregados. Desprezados por seus governos, eles decidiram deixar os respectivos países e partir para a América, onde a produção artesanal, que não tinha mais espaço na modernidade europeia, foi bem acolhida e valorizada.

No Japão, cujos cidadãos começaram a desembarcar no Brasil depois dos demais grupos (o primeiro navio vindo do Oriente só chegou em 1908), neste caso, a emigração foi uma política adotada pelo governo japonês para modernizar o país e diminuir a mão de obra excedente no campo.⁹ Paralelamente, os espanhóis que partiram para o Brasil não só fugiam da miséria no campo como também tentavam escapar das guerras coloniais travadas pela Coroa Ibérica para manter suas últimas possessões ultramarinas (DIETRICH, 2011, p. 110).

Diante do fenômeno que é a imigração, cabe caracterizar e entender quem são esses imigrantes e quais foram às situações excepcionais e quais fatores contribuem para dissimular a sua identidade de origem. Os habitantes do chamado mundo líquido, de acordo com Bauman lembram que

buscamos, construímos e mantemos as referências comuns de nossa identidade em constante movimento e lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, que construímos e que tentamos manter vivos por um momento (2005, p. 32).

Pensar naqueles que modificam sua identidade de acordo com a própria vontade, escolhendo diante de possibilidades, contrariamente àqueles que não têm direito a se manifestar e se encontram oprimidos por identidades impostas pelos outros. Essa identidade que buscam e cada vez mais se sentem distante é o subitem que adentraremos.

⁹ História da imigração japonesa no Brasil – Acervo histórico do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. (ALESP – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

1.1 QUEM É ESSE IMIGRANTE (IDENTIDADE PERDIDA OU DESLOCADA?)

As palavras estrangeiro e imigrante, aparentemente, têm significados diferentes, mas sob muitos aspectos são usadas em sinonímia. De acordo com Seyferth (2008, p. 29) um “estrangeiro é o indivíduo natural de outro país ou, na versão substantiva, aquele que não é natural, nem cidadão, do país onde se encontra, conforme registram os dicionários”. A forma mais categórica em se definir esse ser provisório ou não é a marca da distinção entre indivíduos ou grupos desejáveis e indesejáveis, e envolve, às vezes, sentimentos de suspeita e xenofobia.

Imigrante, num sentido mais geral, ainda de acordo com Seyferth

[...] é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência ou, usando uma referência mais apropriada, e que aparece nos discursos daqueles que assumiram a identidade de imigrante no contexto da imigração em massa na virada para o século XX, estabelecer um novo lar, numa nova pátria (2008, p. 33).

Independentemente de outras qualificações, o imigrante é um estrangeiro, ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como naturalizado. Talvez, esse sujeito que a autora descreve revele o mesmo sentimento de Sayad (1998, p. 88), quando descreve a imigração argelina para a França: os sentidos e cenários se alteram, mas o discurso que os leva a seguir tal caminho, geralmente, é quase sempre o mesmo.

Segundo Holanda (1972, p. 19) “a primeira ideia que um mundo novo oferece ao emigrante é frequentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estorvo” e prossegue “[...] a aptidão para emigrar envolve, sem dúvida, tal capacidade, nisso tem razão os que veem as migrações como um autêntico processo de seleção”. Dessa forma, uma imigração, forçada ou não, não se caracteriza pelo caminho que cada imigrante percorreu, mas representa seu imaginário, no qual se fixam muitas vezes falsas promessas de ganho de capital rápido e sem quase nenhum esforço. Nesse sentido, é o tipo ideal de imigrante da colônia que veio com expectativas promissoras

e o tipo de condições oferecidas ao chegar ao país, a fim de que ele se fixasse e cumprisse a suposta missão de introdutor e agente de progresso e civilização (AZEVEDO, 1987, p. 142).

Por nem sempre conseguir uma conformidade com a imigração, engendra-se uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se é o caso de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento da provisoriedade. Oscilando sempre, conforme explica Sayad (1998, p. 90), entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora tem caráter eminentemente provisório (de direito), ora é o oposto, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante.

Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo que acontece faz com que a imigração necessite ignorar a si mesma ou fazer de conta que se ignora, para poder se perpetuar e se reproduzir. Qual será então a definição do que é ser um imigrante? Um imigrante, na visão de Sayad (1998, p. 94), “é uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” Em virtude desses fatos, o trabalhador imigrante, mesmo nascendo ou morrendo no país de destino, continuará sendo um ser provisório, ou seja, que pode ser renovado a qualquer momento. Sua estada no país de destino está obrigatoriamente ligada ao mercado de trabalho, “única razão pela qual ele é reconhecido” (SAYAD, 1998, p. 95). E, nesse caso, informa o autor, foi o trabalho que fez nascer sua condição de imigrante e, portanto, não é qualquer trabalho, é o trabalho que o mercado de trabalho para imigrantes lhe atribui e no lugar atribuído.

Bauman (2005, p. 15) destaca que é comum afirmar que as comunidades, as quais as identidades se referem como sendo aquelas que a definem, são de dois tipos: comunidade de vida e de destino, cujos membros vivem juntos numa ligação absoluta e, de certa forma, pelos laços culturais traçados ao longo de sua trajetória de vida. E a outra comunidade, consoante o autor é fundida unicamente por ideias ou por

uma variedade de princípios. O mesmo teórico (2005, p. 17) lembra que a mais negada de todas as identidades é a primeira, mas ele afirma se não fosse negado, “não teria descoberto sua verdadeira identidade”.

No caso do refugiado, a emissão de um documento situa-o na condição de protegido, o que nem sempre corresponde à realidade do fato, pois, na maioria das vezes, o país o recebe, mas não lhe oferece meios para a sobrevivência econômica, causando assim, sua marginalização.

Notam-se que certos deslocamentos sucessivos promovem a suspensão da função pacificadora e estabilizadora do Eu, produtora de um apoio identitário. Bauman (2005, p. 16) adverte que tal suspensão reverte no abrandamento das leis e valores que favoreceriam a dimensão desejante, mas dificultam marcar o lugar de onde podem estabelecer laços com o outro. Além disso, os abalos identificatórios afetam especificamente o eu, seja no registro imaginário (eu ideal), seja no registro simbólico (ideal do eu). Eles podem ser libertários, mas também desorientadores. E facilitam a aceitação do mínimo para a subsistência, dispensados os artifícios narcísicos que podem tomar a forma de conformidade e submissão.

Hall e Woodward (2014, p. 88) explicam o deslocamento e descentramento de si não como um conceito essencialista, mas sim, como um conceito estratégico e posicional dessa identidade que assume riscos com sua alteração. Esse imigrante, que está em busca de respostas, não pode ser aquele escondido dentro de uma identidade cultural, coletiva ou verdadeira que se esconde dentro de vários outros ‘eus’, pois, nesse sentido, estaria utilizando mecanismos mais superficiais e artificiais impostos a um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhada.

No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, informa Bauman (2005, p. 25) que “as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam”. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (BAUMAN, 2005, p. 27). Nas últimas décadas, em especial a partir de meados de 1950, com as discussões acerca da existência de um sistema simbólico, no qual a cultura e a linguagem são pensadas a partir de complexas relações de poder, nota-se uma tendência dos Estudos Culturais em levantar questões relativas à emergência de discursos de minorias sejam elas étnicas, econômicas, sociais, de gênero ou de grupos culturais.

Como esse é um sistema simbólico de construção da identidade cultural, no qual tanto a palavra quanto as ideias revelam um posicionamento do sujeito enunciador, a identidade é marcada por ser “um conceito estratégico e posicional.” (HALL, 2003, p. 108). Ainda de acordo com esse estudioso, uma mudança que permitiria analisar aquilo que se chama de sujeito e que é necessário examinar “quais são as formas e as modalidades da relação com o eu pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”. Portanto, o autor não acredita que a temática da identidade seja abordada de forma pejorativa, mas como uma “relação com o eu a constituição e o reconhecimento de si”. E continua o autor citado “estamos nos aproximando, penso eu, daquele território que, nos termos anteriormente estabelecidos, pertence, legitimamente, à problemática da identidade”.

Observemos o que declara também Hall

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (2003, p. 128).

A cultura “está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas” (Hall, 2003, p. 128), e são produzidas nas “[...] inter-relações [...] vividas e experimentadas como um todo, em um dado período” (HALL, 2003, p. 128), estimulando-nos a pensar as questões identitárias na mesma complexidade e dinamismo como são construídas e articuladas as novas formas discursivas, pois pensar um sistema cultural em processo implica destacar a vivacidade que há no social, considerando a linguagem como elemento fundamental para uma constante (re)significação dos estudos de cultura e identidade.

Nossa pesquisa detectou que só se aceita abandonar seu universo familiar, social, econômico, político, cultural e moral, ou seja, só se aceita perder esses laços originais se encontrar no local de destino, se não os mesmos direitos, pelo menos algo equivalente, para se convencer de que isso não passa de provação que poderá ser passageira. De acordo com Sayad (1998, p. 178) só se aceita sair de seu ambiente natural, quando há proposta de algo semelhante nas condições de sobrevivência do imigrante.

O anseio por uma nova identidade vem do desejo de segurança, ele próprio, um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosa e perturbadoramente (nem um nem outro), torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, informa Bauman (2005, p. 33), uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente.

Em épocas atuais, quando o indivíduo caminha livre e gradualmente flutuante, desimpedido, de certa forma, e o fato de estar fixo e de ser identificado de modo inflexível e sem alternativas para seus problemas e desafios é algo cada vez mais ultrapassado.

Cabe-nos ressaltar que, mais do que qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o imigrante ou a imigração que não seja um discurso imposto. Uma dessas imposições é perceber o imigrante, definindo-o, pensando-o ou simplesmente encaixá-lo como um problema social. Questões, como mercado de trabalho e condições análogas de sobrevivência, como a pobreza extrema e cuidado de si, são fatores primordiais para que essa identidade deslocada ou perdida seja refeita.

1.2 IMIGRAÇÃO NO BRASIL: INÍCIO DA CAMINHADA

A história da imigração no Brasil teve seu início juntamente com a história do descobrimento do Brasil, quando aportaram na Bahia (Bastos, 1979, p. 21), em 22 de abril de 1500 as naus portuguesas comandadas pelo almirante Pedro Álvares Cabral.

Por volta de 1530, a corte portuguesa organizou expedições exploradoras com o objetivo de povoar o Brasil. Dessa forma, chegaram famílias portuguesas tão 'boas' quanto as inglesas que desembarcaram do *may flower*,¹⁰ em 1620, iniciando pela Virgínia a colonização dos Estados Unidos da América (BASTOS, 1979, p. 25).

A princípio, o governo de Lisboa, temeroso, fechava as portas do Brasil à imigração não lusitana. Em 1580, a Espanha conquistou Portugal, cujo domínio se prolongou por sessenta anos.

¹⁰ *Mayflower* (Flor de Maio) – navio que partiu de Southampton, em 16 de setembro de 1620, com cento e dois emigrantes para fundarem Plymouth, na Nova Inglaterra, dando início à colonização norte-americana (ALTEMAN, 2011).

Nesse período, além de espanhóis, outros imigrantes – sobretudo, italianos e holandeses – imigraram para o Brasil, dedicando-se às mais variadas atividades, mas grande parte desses se instalaram em fazendas de colheitas de café.

A primeira colônia de estrangeiros que se instalaram no país foi fundada em 1818 pelos imigrantes suíços, que se estabeleceram no que é hoje a cidade de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Segundo Dietrich (2011, p. 127), após a entrada dos imigrantes suíços, vieram alemães, que se dirigiram ao sul do país para povoar uma região isolada, em um momento quando era importante proteger as fronteiras do Brasil com seus vizinhos platinos.

Nesta esteira Holanda (1972, p. 17), em São Paulo, essa imigração ocorreu de forma diferente das regiões do Sul do país. As então províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, receberam verdadeiros colonos, isto é, imigrantes que entravam imediatamente na posse da terra e passavam a viver como pequenos proprietários rurais, gozavam de favores especiais e viviam sob um regime de núcleo colonial, e não tinham contato com fazendeiros brasileiros.

No caso brasileiro, durante o século XIX, a entrada de imigrantes aconteceu voltada para dois focos: a pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do Sul e as fazendas de café do Oeste paulista, onde eram empregados como mão de obra da lavoura. Esse fato dá início à assimilação como ponto inicial para questão nacional de branqueamento, tendo como premissa a substituição dos símbolos étnicos por outros representativos da chamada brasilidade nacional. Daí a insistência na imposição de práticas cívicas e no desmonte da estrutura comunitária étnica representada por escolas/associações e pelo uso das línguas maternas. Muito mais do que as diferenças concretas sociais e culturais, os nacionalizadores pretendiam atingir as ideologias étnicas, os sentimentos de etnicidade.

A primeira fase da colonização encerrou-se em 1830, quando a oposição parlamentar aprovou uma lei que impedia gastos com a imigração o que, na prática, inviabilizou o agenciamento, pois não existia então um fluxo espontâneo para o Brasil (SEYFERTH, 2002, p. 42).

De acordo com Freitas (2003, p. 31), “[...] o governo imperial, após 1870, passou a dar mais apoio à imigração. Era preciso garantir a produção e a exportação do café, que era a principal fonte de renda”. Com toda essa tramitação, fundou-se então a associação auxiliadora da colonização, em 1871, e a lei imperial de 1885, estabeleceu serviços de propaganda na Europa e subsídios às passagens dos imigrantes europeus.

No contexto de São Paulo, ocorreu o contrário: por causa da repressão ao tráfico e, conseqüentemente, pelo encarecimento do escravo, estimulou-se a imigração. Nesse sentido, Holanda (1972, p. 22) aponta que não houve colonização, mas sim, importação de braços, não tendo havido inicialmente a preocupação de colonizar, mas apenas, substituir o braço escravo pelo do imigrante.

O projeto imigrantista para tal feito teve início em São Paulo em fins da década de 1840, quando, em meio às pressões externas e também internas contra o tráfico africano, iniciaram-se as primeiras experiências com imigrantes europeus, contratados para trabalhar como parceiros no interior da Fazenda Ibicaba, do senador Nicolau Vergueiro.

Até então, de acordo com Azevedo (1987, p. 147), a experiência com a imigração reduziu-se à fundação de colônias pelo governo geral, onde colonos, em geral suíços e alemães, congregavam-se como pequenos proprietários e produtores de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento de cidades e vilas próximas. Em São Paulo, diferentemente, pretendia-se provar que os imigrantes também poderiam ser aproveitados como trabalhadores livres a serviço da grande propriedade, assim acenando-se com a possibilidade de, num futuro próximo, substituir o escravo nas lides rurais.

Os textos legais não contêm as palavras imigrante e imigração, mas nos decretos reais e no tratado mencionado, a colonização com suíços (brancos europeus) é vinculada ao povoamento e ao abastecimento (por meio da atividade policultora e artesanal) e à civilização (SEYFERTH, 2008, p. 29). Dessa forma, a imigração no Brasil teve início com a colonização e o povoamento por pessoas oriundas de outros países, preferencialmente europeus.

Azevedo informa que até

(...) meados de 1880, temos como enfoque privilegiado a escravidão, o negro e sua rebeldia, o movimento abolicionista e as sucessivas tentativas de imigrantistas, enfim, o chamado momento de transição deixa subitamente de existir e o negro, como que num passe de mágica, sai de cena sendo substituído pelo imigrante europeu (1987, p. 168).

Com essa troca de personagens históricos, introduzem-se novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira.

A região Sul do Brasil foi a escolhida pelos imigrantes europeus, não só devido às condições climáticas, como também, pela inexistência de grandes latifundiários. Por outro lado, Bastos (1979, p. 30) explica que a imigração ocorre de forma espontânea, nos dois períodos do Brasil Império: ocorreu a imigração dirigida e outra, sem vínculos, com grandes fazendeiros ou empresários da época. Nessa leva de imigrantes além dos europeus informados, vieram para o Brasil também asiáticos, americanos e imigrantes do Oriente Médio e os árabes.

Ainda no século XIX, a província de São Paulo, que era fortemente escravista e monocultora, viria a se tornar um dos grandes polos atrativos de imigrantes, visto que se fazia premente a incorporação de novas formas de mão de obra diante de uma escravidão evidentemente ameaçada (AZEVEDO, 1987, p. 175).

Os fazendeiros do novo Oeste Paulista, visando solucionar o problema da mão de obra e interessados na introdução do trabalho remunerado, passaram a organizar a imigração. A opção dos fazendeiros e do Estado pelo trabalhador imigrante acionou uma imensa burocracia para promover a vinda dos estrangeiros que se dispunham a migrar para o Brasil.

Nesse período, de acordo com Freitas

(...) na implantação da política imigratória, obtiveram apoio do governo da província e dos políticos, que aprovaram a liberação de verbas para concretizá-las. Com isso, mais de 5 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil entre 1872 e 1972, embora as estatísticas sobre imigração nem sempre sejam confiáveis, uma vez que muitos retornaram ou seguiram viagem para outros países (2003, p. 24).

Lesser (2015, p. 44) informa que, durante as primeiras décadas do século XX, qualquer pessoa que chegasse de navio sem uma passagem de primeira classe era considerada imigrante, mesmo que pretendesse ficar no Brasil por pouco tempo. Muitos estrangeiros migraram temporariamente, mas o governo brasileiro registrava as informações sobre chegadas e, geralmente, ignorava as partidas.

A retomada do processo imigratório demorou quinze anos e, somente em 1845, começou a localização de alemães no Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), a partir de São Leopoldo, em Santa Catarina (no Vale do Rio Cubatão), nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Seyferth (2002, p. 39) esclarece que houve um investimento claro na imigração alemã, expressado por meio da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo visconde de Abrantes, juntamente com o debate quanto à necessidade de regulamentar a posse e a propriedade da terra que, afinal, resultou na lei 601 (Lei de Terras), de 1850¹¹, um passo decisivo para incrementar a colonização.

Com a entrada maciça de imigrantes no país, por volta de 1880, esses não tiveram as mesmas oportunidades que seus companheiros no início do século, ou seja, foram trabalhar em grandes propriedades de terra, sob o jugo de patrões, antigos senhores de escravos que, na maioria dos casos, não tinham traquejo para lidar com essa mão de obra livre. Resultado: muitos se rebelaram contra maus tratos, falta de pagamento e condições precárias de moradia e vários deles chegaram a fugir das propriedades.

O emprego desses imigrantes europeus, de acordo com Davatz (1972, p. 14), era responsável pela formação e manutenção da grande lavoura, em lugar de negros e envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país. E, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre.

Em fins do século XIX, a viagem transatlântica da Europa ao Brasil durava cerca de trinta dias, embora esse tempo tenha encurtado ao longo

¹¹ Essa nova lei surgiu em um momento oportuno, quando o tráfico negreiro passou a ser proibido em terras brasileiras. A atividade, que representava uma grande fonte de riqueza, teria de ser substituída por uma economia onde o potencial produtivo agrícola deveria ser mais bem explorado. Ao mesmo tempo, ela também responde ao projeto de incentivo à imigração que deveria ser financiado com a dinamização da economia agrícola e regularizaria o acesso a terra frente aos novos camponeses assalariados. (FURTADO, 2005).

do século XX. Os imigrantes chegavam principalmente em três portos: Salvador (Bahia), Rio de Janeiro e Santos (São Paulo). Grupos menores de imigrantes chegavam a Salvador, mas números bem maiores eram recebidos na Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores, construída em 1883, para encaminhar imigrantes aos cafezais do estado do Rio de Janeiro (BASSANEZI et al, 2008, p. 57).

Os recém-chegados a São Paulo desembarcavam e tomavam um trem que serpenteava pela serra até chegar à estação da Luz – que é de construção britânica – no centro de São Paulo (BASSANEZI et al, 2008, p. 59). O trem sacolejava pela cidade até a plataforma situada na própria hospedaria e os imigrantes, provavelmente, se sentiam bem impressionados com a eficiência do sistema, o que parecia um bom augúrio.

A boa impressão dos imigrantes permanecia ao descer do trem. A maioria dos recém-chegados seguia para o refeitório da Hospedaria. Em seguida, era servida uma refeição típica do campo brasileiro, com enormes porções de arroz, feijão, batatas, legumes e café, fato que deve ter impressionado bem quem chegava em condições precárias da Europa. Os que chegavam doentes eram mandados para o serviço médico da Hospedaria e os demais passavam por exames médicos e vacinação. Tudo parecia limpo e moderno e os imigrantes se lembram de terem apreciado a privacidade das instalações sanitárias. Esses imigrantes recebiam “material impresso em seis línguas, embora muitos não fossem alfabetizados o suficiente para ler as informações” (LESSER, 2015, p. 116).

Esse era o detalhe crítico para época, muitos não entendiam os contratos que tinham que assinar, ou seja, não entendiam seus direitos e deveres quanto a serem imigrantes no Brasil. A maior parte acreditava que a zona rural era semelhante às condições encontradas na hospedaria e, por isso, diversos problemas foram surgindo, ou seja, as construções encontradas na zona rural eram precárias e até mesmo sem condições básicas de sobrevivência, enquanto na Hospedaria sua construção e sua organização eram um indicador de como elites brasileiras da época imaginavam a imigração e os imigrantes (LESSER, 2015, p. 117).

Em 1886, foi criada uma Associação, a Sociedade Promotora da Imigração, por iniciativa de Antônio de Queiroz Telles, conde de Paranaíba que, além de grande fazendeiro, exercia na época a presidência da província de São Paulo. Essa sociedade era promotora da imigração

em São Paulo, tinha como objetivo contratar e subvencionar a vinda de imigrantes, com o apoio financeiro do governo da província (FREITAS, 2003, p. 90). Essa sociedade europeia imigrante não pagava as passagens de navio nem o transporte ferroviário até as fazendas de café. Ainda de acordo com Freitas (2003, p. 95), para esses imigrantes, eram permitidos outros cultivos, além do café.

Construída em 1887 para substituir em centro de recepção dilapidado, o prédio era de arquitetura clássica greco-romana, que sugeria a nova condição do Brasil como país que atraía massas imigrantes. O projeto da Hospedaria era do arquiteto Antônio Martins Haussler, um teuto-brasileiro cuja descendência europeia e a sua modernidade eram inquestionáveis. Sua localização no Brás, bairro distante do centro da cidade de São Paulo, serviu como atrativo para a instalação de fábricas que para lá se transferiram.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo herdou o Memorial do Imigrante e toda a história de preservação da memória desses imigrantes que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria, local em que foi abrigada grande parte das comunidades representativas da cidade e do Estado de São Paulo (italianos, portugueses e japoneses dentre outros). E, diante de seu acervo, se pode constatar vários casos em que a empresa pagava a travessia, mas, ao chegar ao local de trabalho, o imigrante era obrigado a converter esse valor em uma dívida a ser quitada ao longo dos anos. Abaixo na Fotografia 1, fachada da antiga hospedaria.

Fotografia 1 – Antiga fachada da hospedaria dos imigrantes localizada no bairro da Mooca – 1982



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2016).

Na Fotografia 2, a fachada atual da antiga hospedaria. Em 1978, as funções da hospedaria foram transferidas para a Secretaria do Trabalho. Atualmente, nesse local, funcionam o Memorial do Imigrante e Albergue do Assindes (Associação Internacional para o Desenvolvimento), conveniada à Secretaria de Estado de Ação e Desenvolvimento.

Fotografia 2 – Museu da Imigração – fachada atual



Fonte: A autora (2016).

No período para o qual temos informações sobre chegadas e partidas, de 1908 a 1936, o número de partidas do porto de Santos (o principal porto de chegada do país) representa mais de 50% do total de entradas (1.221.282 contra 667.080), segundo Graham (1973, p. 41).

Os possíveis imigrantes, ao se decidirem por uma nova pátria, levavam em conta mais do que a pobreza e a superpopulação de seus países de origem, mas as possibilidades econômicas e sociais nos diferentes países. Corroborar Lesser (2015, p. 125), o local mais desejável para imigração era os Estados Unidos e para lá se dirigia grande parte dos imigrantes capazes de pagar por suas próprias passagens e de se estabelecerem de forma independente (entre 1880 a 1910, cerca de 20 milhões de pessoas migraram para lá).

A Argentina ocupava o segundo lugar, com 3,5 milhões de entradas, embora muitos, especialmente os italianos, fossem trabalhadores temporários. O Canadá recebeu 3,1 milhões de imigrantes, dos quais apenas metade permaneceu em caráter definitivo. O quarto lugar da lista era ocupado pelo Brasil, com 2,6 milhões de entradas, embora o número dos que permaneceram de fato fosse menor.

Na história da imigração, mesmo com tantas diferenças, as histórias desses diferentes grupos sempre tiveram algo em comum: as grandes dificuldades pelo caminho. As adversidades começavam durante a própria travessia, feita de navio, e se intensificavam com a chegada a uma pátria estranha. Lesser (2015, p. 130) relata que, antes de partir, o imigrante em geral era obrigado a vender quase tudo que tinha e embarcar levando apenas o essencial.

O imigrante que se estabelecesse em outro país estaria sujeito a uma legislação específica, restritiva e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de um estrangeiro que perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável para o nacionalismo totalitário.

Para pensarmos a questão da identidade desse imigrante, no caso do Brasil, é preciso entender como a categoria imigrante aparece no campo político no momento de consolidação do Estado brasileiro, na década de 1840: por um lado, é associada ao povoamento do território e, por outro, ao trabalho livre, tendo em vista as diferentes necessidades do Império e de algumas de suas províncias (SEYFERTH, 2008, p. 34).

Antes desse período, a palavra imigrante pouco aparece na legislação e nos escritos sobre a colonização estrangeira. Ainda, de acordo com Seyferth (2008, p. 44), o evento histórico aceito como marco inicial da imigração foi a fundação da colônia de Nova Friburgo (RJ), em 1819, mas a abertura dos portos, em 1808, permitiu que a entrada de estrangeiros e sua fixação em algumas cidades portuárias, fosse engajada a atividades comerciais.

Assim, esse estrangeiro ou alienígena¹² (SEYFERTH, 2008, p. 46) em particular se estabeleceu em outro país, mas ficou sujeito a uma legislação específica, restritiva e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho e diferente dos demais.

Pierucci (1999, p. 49), no entanto, alerta para o risco de se defender tão abertamente a diferença “são evidentes por si mesmas – basta olhar a realidade para perceber que as pessoas são diferentes. Já a igualdade não. É preciso fazer um esforço de abstração para imaginar os seres humanos iguais”. Nesse sentido, o discurso da diferença é mais valioso para a direita do que para a esquerda, politicamente falando, porque, ao defender a diferença, a esquerda não faz mais do que sustentar aquilo que é evidente.

E, utilizando-se da defesa da diferença, a esquerda desguarnece a sua guarda e se torna muito vulnerável ao ataque da direita. No fundo, tudo se passa no campo das esquerdas como se aqueles que defendem a diferença e a celebram soubessem que carregam uma carga explosiva que, mal-usada, pode detonar um potencial destrutivo cujos alvos serão, com toda a certeza, os indivíduos e os grupos mais frágeis, subordinados, oprimidos, discriminados e estigmatizados que, de saída, se pensava em defender, promover, resgatar, libertar e assim por diante.

Exceto pela nacionalidade, nesse ponto, está delineado o imigrante ideal, reafirmado ao longo do século XIX e que, de acordo com Seyferth (2008, p. 47), é recebido como um “pequeno produtor rural familiar, preferencialmente católico”. O decreto de D. João VI, de 06/05/1818, esclarece a mesma autora “a determinação de promover e dilatar a civilização do vasto reino do Brasil, trazendo novos habitantes afeitos

¹² A categoria alienígena — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade (SEYFERTH, 2008, p. 95).

aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os Estados que os agasalham”. No Tratado de Colonização, de 11/05/1818, fica claro o interesse na localização de famílias em núcleos coloniais cuja base deveria ser a pequena propriedade por concessão do rei (SEYFERTH, 2008, p. 53).

Os imigrantes não resolvem simplesmente se mudar e deixar para trás seus países de origem. Os que pensam na possibilidade de emigrar costumam “avaliar o mercado de trabalho internacional, a economia e a cultura do país de destino com toda a informação a eles disponível” (LESSER, 2015, p. 146). Segundo o mesmo autor a identidade do Brasil, desde meados do século XIX, é pensada como resultado da fusão das três raças formadoras da nacionalidade, a saber:

o branco, o índio e negro. A participação do negro, entretanto, apresentava problemas. Vindo e vivendo como escravo, considerado como inferior, o negro se integra à nação através da miscigenação, mas não encontra lugar na construção ideológica da identidade brasileira. Um lugar relevante é destacado para o índio apresentado na literatura romântica. O índio idealizado é reconhecido, ainda que o índio histórico já tenha sido quase dizimado (2015, p. 151).

As dificuldades para atrair imigrantes a serem assentados em terras devolutas derivam de várias frentes: a existência do latifúndio; a vigência da escravidão; e a associação entre vida civil e religião (no caso, a Igreja Católica, que dificultava a vinda de protestantes e de outras religiões). Essas limitações faziam com que o modelo norte-americano da pequena propriedade, que fazia sucesso à época, fosse mais um desejo a povoar o imaginário de alguns ilustrados do que realidade do país (LESSER, 2015, p. 155).

A possibilidade que o Brasil tinha de atrair imigrantes europeus já era cogitada desde a década de 1840 e começou a ganhar peso entre os políticos, intensificando debates políticos no período, mas Azevedo (1987, p. 177) informa que alguns políticos viam na imigração um projeto dispendioso e inviável, acreditando que o trabalhador nacional poderia ser uma boa alternativa para a formação do mercado de trabalho livre no Brasil.

As várias correntes de pensamento específicas desse período histórico acabaram por delinear o projeto imigrantista como sendo o mais

adequado a ser seguido pelos fazendeiros cafeicultores e, posteriormente, incorporado para algumas províncias brasileiras, ainda que apenas na teoria (AZEVEDO, 1987, p. 180).

Essas correntes de pensamento estavam relacionadas às teorias raciais, que apregoavam a superioridade racial do europeu e a inferioridade do trabalhador nacional e também ao momento de positividade do conceito de trabalho. Alguns brasileiros ainda teimam em acreditar que o Brasil é um país de brancos. Dornelas e Nasser (2008, p. 117), nos mostra que essa inverdade fez com que parte da população que queria torná-la verídica valorizasse a imigração europeia e asiática, denegrindo a imigração da América Latina, vista como de periferia, por ser indígena e negra. Somente a partir de 1934, foram estabelecidas cotas para os imigrantes desde que fossem brancos, pois o que estava em jogo era a própria constituição étnica da nação brasileira que deveria ser composta por brancos afiliados de uma herança cultural lusitana.

De acordo com Seyferth (1990, p. 38), um desdobramento desse fato ocorre no governo de Getúlio Vargas com a campanha de nacionalização e uma política nacionalista, proibindo o uso de línguas estrangeiras nas escolas técnicas. Somando-se a esse fato uma intervenção nas associações comunitárias, as quais proibiam que estrangeiros fizessem uso de sua própria língua materna.

Não há como deixar de reconhecer que a contribuição dos imigrantes para os países receptores e para o país de onde provêm tem sido muito expressiva. Além de contribuírem para a circulação de divisas, colaboram também para a diversificação cultural e para a integração dos povos.

O sistema de colonização não foi a única forma de introduzir imigrantes. Algumas correntes imigratórias foram eminentemente urbanas, como a portuguesa e a sírio-libanesa. E muitos dos que se dirigiam às áreas de colonização acabaram por permanecer na cidade, graças às condições precárias de vida em algumas das colônias ou, simplesmente, por desconhecerem o trabalho agrícola (SEYFERTH, 1990, p. 58).

Ainda Lesser (2015, p. 168), vários motivos levaram esse imigrante a escolher o Brasil como local de refúgio. Seu território é maior do que o dos Estados Unidos continental, tendo atualmente a quinta

maior população do mundo, que é, de longe, a maior da América Latina. Diferentemente, dos países mais populosos, como China, Índia e Indonésia, contudo, a população brasileira é formada por descendentes de migrantes, que chegaram ou involuntariamente como escravos, no caso dos africanos, ou voluntariamente, como os imigrantes livres.

Países que já foram polos de emigração são hoje procurados como ponto de chegada, principalmente, por parte de contingentes populacionais oriundos das ex- colônias – é o que ocorre, por exemplo, em locais como Inglaterra, França, Itália, Portugal ou Espanha. Outros países, como Estados Unidos e Canadá, tradicionais polos receptores de correntes migratórias provenientes principalmente da Europa, hoje, recebem levas e mais levas de latino-americanos.

Em 1980, foi criado o estatuto do estrangeiro com uma preocupação policalesca e nacionalista que tentava, na verdade, dificultar a entrada de imigrantes pobres e com pouca qualificação, principalmente oriundos da América Latina e da África. Essa situação gerou o nascimento de uma figura chamada de indocumentado (sem documento) – imigrantes ilegais, sem registro algum no país (DORNELAS; NASSER, 2008, p. 166).

O indocumentado, seja ele de onde for, de acordo com os mesmos autores (2008, p. 168), tem cerceado seus direitos para o exercício da cidadania. Além disso, os mais pobres sofrem com a discriminação oriunda da sua condição social, étnica e cultural.

A experiência da imigração, por outro lado, foi positiva não só para muitos imigrantes, mas também, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Diante da demarcação de território, os primeiros imigrantes no Brasil tiveram a preocupação especial de manter o modo de vida de seus países de origem.

É sabido que essas pessoas que migram, tanto hoje como em tempos passados, sempre enfrentaram problemas de adaptação, situações de exploração e rupturas com suas tradições culturais e com seus vínculos familiares. Hoje em dia, porém, tendo em vista os impressionantes números que quantificam o volume desses deslocamentos por todo o mundo, tais problemas assumem proporções até então desconhecidas.

Segundo Seyferth (1990, p. 61), a concentração de imigrantes nas áreas urbanas deu feições características às cidades de São Paulo,

Curitiba, Porto Alegre e outras, não só pela manutenção de parte da cultura original dos imigrantes, que interfere no seu comportamento e no modo de vida e serve como marca distintiva dos respectivos grupos na sociedade brasileira, mas também, pela contribuição que deram à vida cultural e social brasileira.

A história da imigração no Brasil não guarda apenas lembranças ruins. A maior parte deixou as fazendas e se tornaram empresários e enriqueceram nas emergentes cidades brasileiras. Esses grupos deram grandes contribuições para a ciência e a cultura nacional, mas, de certa forma, esses imigrantes tiveram que se adaptar a um meio ambiente completamente diferente, sem as necessárias informações quanto a dificuldades que enfrentariam nas áreas das colônias. O desconhecimento sobre o Sul do Brasil era total e a maioria dos imigrantes vinha iludida quanto ao tipo de vida que iria encontrar. A propaganda falseou bastante as condições climáticas e geográficas, apresentando o Sul como algo semelhante à Europa (SEYFERTH, 1990, p. 66).

A imigração, no contexto brasileiro, nos permite analisar alguns aspectos da vida em comunidade, além de demonstrar uma sociedade e uma cultura colonial cuja formação foi diferente daquela que costumamos considerar como uma cultura popular brasileira.

Seyferth detalha que

[...] as semelhanças do sistema colonial, mesmo as observadas no desenvolvimento urbano, econômico, entre outros, resultaram numa sociedade relativamente homogênea nos seus aspectos mais gerais, apesar das diferentes origens étnicas de seus membros. Traços marcante das culturas originárias dos imigrantes foram mantidos ao longo das gerações, principalmente dos dialetos e línguas de origem, certos hábitos alimentares, a intensidade do café, expressa num grande número de vocações religiosas, especialmente na população rural, entre outras coisas (1990, p. 74).

Por outro lado, a mesma autora informa que houve aceitação por parte dos imigrantes de valores culturais brasileiros “principalmente dos aspectos relacionados à adaptação ao meio ambiente, à necessidade de utilização do idioma português, aos efeitos dos meios de comunicação de massa, como o rádio, a televisão etc.” (SEYFERTH, 1990, p. 77).

Entre o fim do século XX e a primeira década do século XXI, o Brasil volta a despontar como um país receptor de um crescente número de migrantes internacionais, pertencentes as mais diversas nacionalidades, dentre eles os imigrantes bolivianos.

O Brasil tinha, até meados de 2017, uma legislação ultrapassada referente à temática migratória e que perdurava desde a década de 1980, o Estatuto do Estrangeiro que era uma Lei federal nº 6.815/1980. Esse estabelecia inúmeros e severos requisitos para o ingresso de estrangeiros no país e a concessão de vistos de permanência. Entretanto, segundo Silva (2012, p. 77) nessa mesma conjuntura, foram promulgadas a Lei nº 11.961/2009, a Lei de Anistia aos Estrangeiros em Situação Irregular, que concedeu a possibilidade de regularização migratória a muitos migrantes, de todas as nacionalidades, que se encontravam em território nacional em situação migratória irregular, bem como, o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decreto nº 6.975/2009), que faculta aos nacionais dos Estados-membros do acordo a possibilidade de residirem e alcançarem os documentos em qualquer dos países incluídos.

Nessa linha o país se consolida, então, na rota das migrações internacionais na América Latina, em que se intensificam os deslocamentos de populações. Nesse processo de migração, a Bolívia perdeu uma parte de sua população para o Brasil, pois muitos vieram em busca de melhores condições de subsistência.

Essa população que vive, histórica e predominantemente nas regiões de fronteira, ganha novos contornos em sua distribuição no Brasil, com destaque para sua importância no cotidiano da metrópole paulista, tanto fornecendo mão de obra para o mercado têxtil quanto para a disseminação da diversidade cultural e religiosa empregada pelos imigrantes que aqui se alojam (SILVA, 2012, p. 78).

Atualmente, vivem no Brasil, legalmente, cerca de um milhão de imigrantes, segundo dados da Polícia Federal (2015)¹³. Dentre eles, destacam-se comunidades étnicas de Portugal, Japão e Espanha. No entanto o Brasil também tem sido um destino para os refugiados. De

¹³ Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF, Só em 2015, quase 120 mil estrangeiros deram entrada no país. Haitianos lideram o ranking atual, seguidos pelos bolivianos. (VELASCO; MANTOVANI, 2016).

acordo com dados do Comitê Nacional para os Refugiados (2016) (CONARE)¹⁴, o Brasil possui atualmente 5.208 refugiados reconhecidos de 80 nacionalidades distintas (34% são mulheres), incluindo refugiados reassentados. Os principais grupos são compostos por nacionais oriundos de Angola, Colômbia, República Democrática do Congo (RDC) e Síria. Esse perfil está mudando gradualmente, após a adoção da cláusula de cessação aplicável aos refugiados angolanos e liberianos, de 2012¹⁵.

A criminalização da imigração é cada vez mais recorrente no contexto internacional, pois o que está em voga é a segurança nacional, mesmo que isso implique a violação de direitos individuais.

1.3 O RECOMEÇO: A IMIGRAÇÃO ANDINA NO BRASIL

“[...] Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu, quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos e parentes”, assim explica Davatz (1972, p. 16) essa chegada ao Brasil. Com a eficácia de tantas propagandas e também, sobretudo, por causa da atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre.

Um depoimento, relatado por Fernandez em sua tese de doutorado, inicia esse caminho de identificação e choque cultural com que o imigrante se depara ao chegar a um país desconhecido

Eu nunca me senti estrangeiro eu sou muito brasileiro, eu sou um brasileiro que nasceu na Bolívia. Eu domino as duas línguas. E pronto, falo que sou mais brasileiro que muito brasileiro e se alguém fala mal ou alguma coisa de mim, eu digo você conhece a Bolívia? Precisa ter um mínimo de conhecimento para falar de alguém ou algum lugar. Quando eu tô passeando na Bolívia sinto falta do Brasil, me emociono em ouvir o Hino brasileiro e o Hino da Bolívia também. Quando estou na Bolívia e escuto o hino brasileiro, começo a chorar, chorar. Eu amo o Brasil, não tenho nada que falar do Brasil, porque

¹⁴ Dados sobre refúgio no Brasil – solicitações de refúgio: por país de origem. (ACNUR, 2016).

¹⁵ Ver nota 13.

aqui me ensinou a vida, eu tenho as minhas coisas. Até por que se o Brasil ou a Bolívia tem problemas são os comandantes e não o país (2015, p. 45).

O relato acima descreve a dupla pertença desse imigrante. De acordo com Fernandez (2015, p. 48), os dilemas constantes que vivenciam essa comunidade, a partir do momento em que se estabelecem em um novo país e se identificam com os costumes e com a língua, criam vínculos afetivos e profissionais e, assim, adotam a nova pátria como sendo seu lar. Mas, como a identidade desse imigrante ainda é um fator de grande importância em sua demarcação de quem ele é, isso se torna latente e, ao se depararem com cada imigrante que chega à cidade, reassociam os traços culturais deixados por eles no país de origem.

A ambiguidade de pertencimento, pode ter fundamentação na ânsia pelo retorno às origens e, por isso, procuram locais em que se sintam reconhecidos e pertencentes a sua comunidade. A identificação é sempre inconsciente e, para ser desvendada, tornar-se necessário que seja espelhada e interpretada pelo outro.

As estatísticas brasileiras registram a entrada de imigrantes bolivianos desde 1885, esses dados apontam que, nessa época, “[...] desembarcaram apenas cinco imigrantes” (BASTOS, 1979, p. 99). De 1908 a 1920, o movimento de entrada de bolivianos no Brasil registra 319 pessoas. No período de 1921 a 1940, entraram no Brasil 339 bolivianos. No decorrer de 1941 a 1960, chegaram ao Brasil 865 bolivianos. Assim, de 1885 a 1979, o Brasil recebeu 3.608 bolivianos (BASTOS, 1979, p. 105).

Uma das características da imigração boliviana para o Brasil foi entendida somente a partir de 1970, quando as novas modalidades de migrações internacionais intensificaram seus fluxos de capital, graças às transformações tecnológicas, de modo que as questões de espaço e tempo, além da diversidade dos deslocamentos populacionais, desse fenômeno definiu e redefine os espaços transnacionais de imigração.

Ampliaram-se os fluxos migratórios nos territórios na América do Sul, dos quais destacamos os bolivianos em direção ao território brasileiro. Esse fluxo pode ser explicado pela economia política do país, que proporciona mão de obra que se desloca para determinadas atividades (têxtil) como já abordado nesta dissertação, e em algumas regiões do Brasil, especialmente na cidade de São Paulo.

Silva constatou que, somente a partir da década de 1980, essas migrações se intensificaram

na década de 80, apesar da grande crise da dívida externa que afetou o Brasil, o fluxo de migrantes ainda era intenso, atraído pelas boas promessas de salários oferecidas pelos empregadores bolivianos, coreanos ou brasileiros. Esse é um dos grandes problemas enfrentados por eles, que se tornam mão de obra barata, principalmente, nas fábricas de costura na cidade de São Paulo. Após a fase de adaptação, iniciou-se outro processo, o da vinda de familiares, todos no ofício da tecelagem (2005, p. 10).

O que caracteriza a imigração boliviana como sendo em grande parte de fronteira é seu livre acesso pelos pontos principais de entrada no Brasil e também pela falta de fiscalização nos postos da Polícia Federal nas cidades de fronteira. Diante desse cenário, algumas cidades brasileiras são reconhecidas, por seu grande número de imigrantes, tanto de fluxo migratório de estoque quanto de imigrantes flutuante.

Uma das cidades que mais foram influenciadas por essa migração é Corumbá (MS). A promessa que atrai a grande maioria desses imigrantes bolivianos para Brasil é, de início, sedutora. Anúncios em rádios e jornais da Bolívia oferecem à população a tão esperada chance de mudar de vida. As ofertas alardeiam propostas tentadoras, como ir para o Brasil estudar, passear, conhecer o país e trabalhar apenas algumas horas por dia com direito a casa, comida e um salário em torno de US\$ 200 por mês (ROSSI, 2005, p. 22). Devido à situação dos bolivianos em Corumbá, que são considerados ao mesmo tempo estrangeiros e índios pelos brasileiros que lá residem. Costa (2015, p. 39), informa que há grandes semelhanças com o processo de contato interétnico entre índios e não índios no Brasil, embora essa interação nas fronteiras não ocorra apenas no interior do mesmo espaço nacional.

Corumbá está entre as cidades mais importantes da fronteira Brasil-Bolívia, vizinha das cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro e se torna um local de alta vulnerabilidade aos problemas fronteiriços, ou seja, o elevado número desses imigrantes atendidos pelo sistema de saúde no local e o importante número de estudantes bolivianos que residem em Corumbá.

Lima e Coutinho (2007, p. 80) esclarecem que a cidade recebe muitos turistas, cuja maioria destina-se ao turismo da pesca. Destaca-se também uma grande quantidade de profissionais do sexo, de brasileiros e bolivianos, assim como o consumo de drogas.

Diante desses problemas, percebe-se uma vulnerabilidade tanto de bolivianos quanto de brasileiros nessa área fronteiriça. Essas duas populações redefiniram seus limites e a violência foi crescente nessa região, porque encontraram mentalidades e hábitos que facilitaram sua difusão. Todas essas recíprocas influências entre esses dois povos cultural e socialmente diferentes dificulta a prática de políticas públicas nessas áreas, bem como, a falta de mecanismos institucionais dos dois governos que coíbam a discriminação e promovam um ambiente saudável de convivência nesta região.

A travessia da fronteira leva o sujeito migrante a um processo de reconstrução de sua vida, realização de seus desejos e seus sonhos, sua provisoriedade pode perdurar ou se tornar uma provisoriedade constante. Desse modo, a migração boliviana para o Brasil relaciona-se a diversos fatores que caracterizam a contemporaneidade, desde o trabalho forçado até a contribuição para a diversificação da composição étnica (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 85).

Nesse processo, percebe-se ainda que as políticas migratórias e o Estado estão mais preocupados em proteger suas fronteiras e controlar os fluxos migracionais do que em garantir políticas públicas que valorizem os direitos humanos a esses migrantes.

Com esse entendimento dos processos internos do povo em estudo, a capital paulista é nossa escolha para abordar esse tema tão recorrente, que é o processo identitário cultural dos imigrantes na cidade escolhida para um possível recomeço. São Paulo é conhecida em geral como uma cidade de migrantes, onde vários grupos étnicos se fazem presentes e, dessa forma, importa relatar que a presença andina não é fenômeno novo, mas pode ser constatada desde a década de 1950, quando estudantes escolhiam o Brasil para estudar, estimulados pelos convênios de intercâmbio científico e cultural entre ambos os países.

Parte desses imigrantes não veio por sua escolha, mas por motivos econômicos e políticos, pois a Bolívia, naquele momento, não lhes oferecia oportunidades de emprego ou de exercício da liberdade de expressão (SILVA, 1997, p. 7).

O tema da imigração boliviana em São Paulo perpassa assuntos que vão desde condições de trabalho, religiosidade, territorialidade, redes, alteridade, preconceito, lazer, trajetórias, questões de gênero e da segunda geração, dentre outros. Por esse motivo, adentraremos no segundo Capítulo para compreender os dados econômicos e sociais da Bolívia e, conseqüentemente, e a consolidação desses imigrantes no Brasil.

IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Quando vim, se é que vim, de algum para outro lugar, o mundo girava, alheio à minha baça pessoa e, no seu giro, entrevi que não se vai nem se volta de sítio algum a nenhum. Que carregamos as coisas, moldura da nossa vida, rígida cerca de arame, na mais anônima célula, e um chão, um riso, uma voz ressoam incessantemente em nossas fundas paredes.
(ANDRADE, 1997, p. 20-21).

2.1 DADOS PRELIMINARES – BOLÍVIA

Situada no coração da América do Sul, a Bolívia é um país marcado por diferenças etnoculturais. Do ponto de vista geográfico, o seu território de 1.098.580 km² subdivide-se em três grandes regiões: o altiplano ou região andina, os vales ou região sub-andina e as planícies tropicais. Com uma altitude média de 3.900 metros, apresenta um clima seco e com baixas temperaturas durante a noite. O altiplano, com quase 16% do território nacional, acolhe metade da população boliviana, que era em 2005 de 8.274.325 habitantes (SILVA, 2005, p. 9). Atualmente, esse número alavancou e chegou a 10.872.376 habitantes.¹⁶

A independência da Bolívia foi proclamada em 6 de agosto de 1825, em um movimento liderado pelo político venezuelano Simon Bolívar. O nome do país veio cinco dias após a emancipação, em homenagem ao libertador, que também participou de levantes contra dominadores em outros países hispânicos, como Colômbia, Equador, Peru e Panamá, além da própria Venezuela, o país se chamou a partir desse movimento de Bolívia.

Os países que fazem fronteiras com a Bolívia são Brasil, Peru, Paraguai, Argentina e Chile. Uma das rotas mais conhecidas para entrada de imigrantes bolivianos no Brasil é pelo Paraguai que tem apenas barreiras de fiscalização. Outra porta de entrada é a cidade de Corumbá (MT) como demonstrado no Mapa 1.

¹⁶ População da Bolívia em números (FRANCISCO, 2016).

A Bolívia é um Estado unitário subdividido em nove departamentos – nome dado às subdivisões primárias da Bolívia – os quais têm direitos ao abrigo da Constituição da Bolívia. Cada departamento é representado na Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia Federal, uma legislatura bicameral composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Cada departamento é representado por quatro senadores, enquanto os deputados são atribuídos a cada estado proporcionalmente à sua população total. Fora esses nove departamentos, La Paz é a cidade mais populosa com 2.706.351 habitantes, dados do ano de 2010 (XAVIER, 2010, p. 18). Pando é a menos populosa, com uma população de 110.436 habitantes. O maior departamento por área é a cidade de Santa Cruz, que abrange 370.621 quilômetros quadrados, enquanto o menor é de Tarija, que abrange 37.623 quilômetros quadrados (SILVA, 2003, p. 33).

Mapa 1 – Mapa político da Bolívia – fronteira internacional e os limites dos departamentos com suas capitais e capital nacional



Fonte: Silva (2003).

Desde a conquista de sua independência do domínio espanhol, esse país atravessou vários momentos de crise interna e conflitos com os seus vizinhos, dentre os quais destacamos a Guerra do Pacífico (1879-1884), que resultou na perda para o Chile da sua saída para o mar e, conseqüentemente, de suas reservas de salitre (SILVA, 2005, p. 11).

Em 1903, ocorre o fim do conflito com o Brasil, que reivindicava uma parte do território boliviano, onde é o atual Estado do Acre. Essa parte havia sido invadida por brasileiros que, fugindo da seca, partiam em busca do cobiçado látex (SILVA, 2005, p. 13). O desfecho desse conflito é marcado pelo Tratado de Petrópolis, em que o Brasil pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas por aquele pedaço do seu território e se comprometeu a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, a qual possibilitaria àquele país uma saída para o Atlântico, via bacia do Amazonas.

O país tem buscado consolidar sua estabilidade política, principalmente depois que o presidente Evo Morales lançou reformas políticas e econômicas, a partir de 2005. As reformas incluem uma importante modificação da Constituição, o fortalecimento do papel do estado na economia e a aplicação de uma variedade de programas sociais. Como resultado das exportações de alto preço das matérias-primas, como o gás natural, e de uma política macroeconômica prudente, o crescimento econômico da Bolívia tem uma média de 4,8% ao longo dos últimos anos, apresentando significativos superávits em conta corrente desde 2003. Importa destacar que estabeleceu o equilíbrio fiscal positivo em 2006.

Mesmo apresentando avanços, alguns dados colocam a Bolívia diante de expressivos desafios socioeconômicos: o país tem o menor PIB per capita da América do Sul (US \$2,220 em 2012) e o maior índice de desigualdade entre os países sul-americanos (Índice GINI 53.3). Considera-se também que o país está classificado no *Failed State Index*¹⁷ de 2010 como o 53º estado mais fracassado no mundo e o 2º na América Latina¹⁸.

¹⁷ O *Failed States Index* (Índice de Estados falidos) é uma publicação que constrói um ranking classificando os países a partir do nível de falência que eles apresentam.

¹⁸ Brasil e Bolívia – Brasil e seus vizinhos: relações entre Brasil e Bolívia: fortalecimento e refluxo (CORREA, 2015).

Quanto às relações migratórias entre Bolívia e Brasil, destaca-se um aumento do fluxo entre os dois países. Na Amazônia Transnacional, a porção brasileira acolhe principalmente bolivianos (15,31%) e a Amazônia boliviana, por sua vez, concentra grande número de brasileiros (64,43%), o que faz com que as cidades fronteiriças entre os dois Estados tenham intensa relação econômica, social e cultural.¹⁹

A economia boliviana está ancorada respectivamente na extração de minerais, entre eles estanho, petróleo, gás natural e líquido, na extração de madeira e borracha, na agricultura, na criação de gado bovino e camélidos, como a lhama, a alpaca e a vicunha, essas duas últimas, especificamente, para a produção de lã. A produção industrial da Bolívia é modesta e se destacam alguns segmentos, como alimentos, têxteis e metalurgia. Outra atividade que vem se crescendo como atividade econômica é a do turismo, em razão das belezas naturais desse país e de sua diversidade cultural.

A população da Bolívia é majoritariamente jovem e urbana, atingindo, em 2005, 5.165.882 habitantes, enquanto que a rural é de 3.108.448 (SILVA, 2003, p. 55; XAVIER, 2010, p. 18). Atualmente esses dados não foram alterados com grande relevância. E, diante desse cenário, adentrar em um novo local, ou seja, sair de seu habitat natural para se achar em outro país faz com que esse jovem migre para outros países em busca de condições adequadas de vida.

Nessa perspectiva, São Paulo se tornou destino de vários imigrantes e refugiados, em particular, da comunidade boliviana, porque essa cidade continua representando para eles a possibilidade de mobilidade social, seja para aqueles menos qualificados, os quais se inserem, especialmente, no setor concorrido da costura.

Um dos motivos pelos quais o povo boliviano sai de suas cidades para procurar melhorias em sua vida é a baixa renda *per capita*, que gira em torno de US\$ 880 por ano. Esse índice é responsável pelo alto nível de pobreza no país, por volta de 64% da população total, situação que contribuiu para que a Bolívia tenha ainda uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da América Latina – com cerca de 67 mil óbitos por ano (SILVA, 2005, p. 16). Em 2014, os dados eram mais relevantes com renda *per capita* de 2.700 dólares por ano.

¹⁹ Ver nota 18.

Mesmo diante desse crescimento, a Bolívia ainda é um dos países mais pobres do mundo²⁰. Tais indicadores, combinados com a falta de perspectivas, são as razões pelas quais milhares desses bolivianos deixam suas cidades todos os anos em busca de oportunidades de trabalho em outros países.

De acordo com Silva (2012, p. 85), entende-se que a Bolívia, atualmente, da forma como está articulada e organizada, não tem mais conseguido responder às demandas sociais e populares porque demonstra sinais de fraqueza, ao perder a centralidade em questões econômicas, sociais e políticas. As interações em escala global, a crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação, os processos de produção flexíveis e multilocais, bem como, a interferência de empresas e agentes internacionais, demonstram a necessidade de repensar a forma como o país está organizado, de modo que tais processos não afetem a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos que lá vivem.

Diante desse cenário, a partir dos anos de 1980, foi se construindo um perfil característico desses imigrantes que, em sua maioria, são jovens de ambos os sexos, solteiros e de escolaridade média. Esse contingente vem atraído principalmente, pelas promessas de bons salários feitas pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria da confecção (SILVA, 2012, p. 86).

A Bolívia tem sido qualificada como um país com tradições na emigração internacional, cujos deslocamentos apresentam há décadas como destino preferencial a Argentina. Porém, atualmente, informa Silva (2012, p. 86) que essa emigração se diversificou e dá indícios de crescentes deslocamentos com destino a cidades brasileiras. A presença de bolivianos no Brasil é um exemplo do incremento das migrações de tipo fronteiriço na América do Sul, cuja importância estaria mais em seus aspectos qualitativos do que quantitativos.

Os imigrantes entram em território brasileiro por meio de cinco portas principais: Corumbá (MS), Cáceres (MT), Foz do Iguaçu (PR), Guajará-Mirim (AM, por via fluvial) e Manaus (AM, também por via fluvial). Por essas rotas, tentam redesenhar suas práticas de vida social e pessoal com as dinâmicas culturais oferecida pela população que os recebe. Conforme observamos no Mapa 2, a seguir.

²⁰ Criticada por estatizações, Bolívia é elogiada por expansão e estabilidade. (BBC BRASIL, 2014).

Mapa 2 – Rota e pontos de entrada dos imigrantes bolivianos no Brasil



Rota e pontos de entrada de bolivianos no Brasil.

Fonte: Silva (2006).

O contingente de imigrantes bolivianos que elegem o Brasil como destino tem sido cada vez mais presente no contexto urbano e metropolitano nacional, incentivando processos de crescimento populacional e de intensificação da mobilidade em localidades fronteiriças.

Esses imigrantes são oriundos de várias partes da Bolívia, porém, de acordo com Silva (2012, p. 88), há predominância de *pacenhos* e *cochabambinos*,²¹ em grande parte de origem rural. Esses passaram a apostar tudo que tinham na atividade da costura, alimentando assim, sonhos de uma vida melhor para si mesmos e para seus familiares que lá ficaram.

Na Bolívia, o trabalho é extremamente escasso e sem possibilidades de ascensão para aqueles que não conseguem ingressar numa faculdade. E o principal objetivo desses imigrantes bolivianos não é guardar dinheiro, mas sim, ter uma vida um pouco melhor. Em São Paulo, grande parte desses imigrantes sobrevivem do mercado informal – dado que não os

²¹ Respectivamente, oriundos das cidades bolivianas de La Paz e Cochabamba.

assusta, já que esse número na Bolívia chega a 70% da população economicamente ativa, pois há problemas com desemprego, falta de moradia e saturação nos serviços públicos, como saúde e educação.

Desse modo, o grande fluxo migratório boliviano para São Paulo ocorreu, como já abordamos nesta dissertação, a partir de 1980. Esses imigrantes já não eram mais perseguidos pelos governos autoritários ou vindos somente com fins acadêmicos. Tal aumento ocorreu em virtude da grave crise econômica boliviana da época quando se destacou o processo de reorientação da mão de obra por causa da privatização do setor mineiro, fato que provocou muitas demissões. Silva (2006, p. 182) constatou que essa busca ocorreu pela procura de melhores condições de trabalho e de algum tipo de renda que, naquele país, não seria oferecida, e o sonho a ser alcançado perpassava a busca de uma qualidade de vida melhor para si e seus entes.

2.2 INÍCIO DA CONSTRUÇÃO – SÃO PAULO

A cidade de São Paulo, de acordo com dados encontrados no acervo histórico do Museu da Imigração, em junho de 2016, é dividida desde 1992, em 96 distritos estabelecidos pela Prefeitura. Cada uma dessas localidades político-geográfico guarda registros das múltiplas ocupações que marcaram sua história. Diante desse panorama complexo, São Paulo recebe todos os dias imigrantes de todo o mundo. E a comunidade boliviana é um desses povos que partem de suas cidades em busca de oportunidades e novas possibilidades de reconhecimento social, econômico e político.

Nos últimos trinta anos, a participação da imigração regional na população nascida no exterior e residente no Brasil vem aumentando, como podemos observar nos trabalhos de (PATARRA, 2005; VILLA; PIZARRO, 2001). A importância crescente dessa imigração deve-se tanto ao crescimento dos fluxos de população oriundo da macrorregião (a América Latina e, principalmente, a América do Sul) quanto à diminuição da presença dos contingentes envelhecidos de migrantes históricos, vindos da Europa do Sul e do Oeste e do Japão. Portanto, o aumento da imigração regional permite que Brasil retome uma tradição migratória, mais ou menos estancada desde o fim da Segunda Grande Guerra.

Toda fronteira física é também simbólica (SILVESTRE, 2007, p. 14), pois marca o espaço dos que estão dentro e dos que estão fora, do nacional e do estrangeiro, do igual e do diferente. Tal fato proporcionou não apenas a formalização de uma identidade social vista pelo Estado como identidade única, mas também, uma identidade territorial por meio de uma estruturação, sobretudo, da apropriação e classificação simbólica daquele espaço. Vale ainda destacar que esse mesmo grupo, com sua cultura transforma esse espaço, e é influenciado por outras culturas (FRAGA, 2009, p. 37).

Nessa perspectiva, a cidade não é única nem possui uma única maneira de ser vivida, de ser experimentada. A memória e a afetividade marcam também a experiência na cidade e elaboram os sentidos construídos sobre ela. Tal transitividade, segundo Silva (2012, p. 93), se deve ao fato de que a cidade foi recriada urbanística, arquitetônica e populacionalmente ao menos três vezes na época contemporânea: na década de 1880, na de 1910 e na de 1960.

São Paulo fora, até 1870, uma cidade pequena com não mais que 24 mil habitantes. Com a expansão da lavoura cafeeira para exportação e, em seguida, com a industrialização, esse cenário se transformou. A presença de amplos contingentes populacionais de fora, tanto do exterior como de outras regiões do país, foi determinante para que a cidade crescesse de forma rápida, exponencial.

Com a chegada dos imigrantes europeus, a cidade se tornou desde aquele momento, receptora de novas culturas e identidades em transição, com desafios para áreas da lavoura, que era muito representativa naquela época, já que sua maioria sobrevivia desse meio de produção (FREITAS, 2003, p. 163).

Em meados de 1980 e 1990, a cidade de São Paulo iniciou seu processo de captação industrial de novos imigrantes e de novas estruturas econômicas, com novos arranjos econômicos, atrelados a globalização que iniciava então seus efeitos devastadores em toda a sua população.

De acordo com Freitas

tal processo refletiu profundamente na vida familiar e doméstica de seus habitantes, nas instituições políticas, na religiosidade, nas estratégias relativas à saúde, na sociabi-

lidade e no entretenimento, na oferta de novos ofícios e de técnicas construtivas, nas expressões artísticas, enfim, nos mais diversos aspectos da vida da cidade, resultando em variados modos de vida que combinou particularidades e traços distintos entre os povos (2003, p. 165).

As primeiras levadas de migrantes concentraram-se nas áreas centrais da cidade, principalmente nos bairros do Brás, Bom Retiro, Pari e no que convencionalmente é chamado de Centro Velho. Essa escolha se deve em boa medida pelo fato de essas áreas concentrarem parte das atividades comerciais e terem locais baratos para habitação. Hoje, esse quadro se mostra diferente: os imigrantes estão distribuídos por praticamente toda a Grande São Paulo, com maior expressividade no eixo composto pelas Regiões Central, Norte e Leste (SOUZA; GUERRIERO, 2015, p. 40). Com isso, um grande número de imigrantes também se expandiu para regiões do interior paulista, possibilitando então novos arranjos para a imigração boliviana.

Segundo o Censo de 2010, havia 961 mil estrangeiros vivendo regularmente no país, número que aumentou para 1.466 milhão em 2011 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2012). Esse mesmo Censo indicou que os bolivianos compõem a segunda maior colônia de estrangeiros em São Paulo, ficando atrás apenas dos portugueses. Conforme esse último censo do IBGE (2012), o número de cidadãos bolivianos que se mudou para a capital paulista aumentou 173% entre 2000 e 2010, subindo de 6.578 para 17.960. Ainda de acordo com os últimos dados do IBGE (2012) a população imigrante boliviana em 2010 era de 8.919 pessoas residentes nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Observa-se que existe uma defasagem entre esse número e as múltiplas estimativas do volume da presença dos imigrantes bolivianos na Grande São Paulo, que tende a demonstrar a fragilidade da informação estatística. E, de fato, parece razoável acreditar que os imigrantes em São Paulo não são 9.000, mas muito mais – fato que já vem ocorrendo há vários anos.

O Centro de Apoio ao Migrante estima que há em São Paulo cerca de 250 mil bolivianos na cidade (MOREIRA, 2011, p. 35). O Consulado da Bolívia em São Paulo defende que essa população é de 350 mil

pessoas, tornando essa comunidade a segunda maior na cidade de São Paulo (BURGARELLI; TOLEDO, 2013, p. 33). Portanto, além dos que estão legalmente no país, há uma população ainda sem documentação e que não podemos ignorar.

Em conformidade aos dados do IBGE (2012), estima-se que há em São Paulo, atualmente, cerca de 381.903 imigrantes regulamentados, ou seja, aqueles que possuem documentos legais para permanecer na cidade e poder trabalhar, estudar e sobreviver sem constrangimentos.

Com já informado, os imigrantes bolivianos permanecem como a segunda maior comunidade em São Paulo, ficando atrás apenas dos portugueses que, segundo dados da Polícia Federal (2015), são atualmente 71.429 imigrantes²². Uma vez que essa imigração já se faz há algum tempo, seu crescimento se torna cada dia menos numeroso. Ainda a partir de dados da Polícia Federal, o total de imigrantes bolivianos chega a 64.482 pessoas, não contando para esse levantamento os já falecidos e os naturalizados. Por essas fontes de dados, percebemos a diferença em analisar os dados oficiais para sabermos exatamente o número desses imigrantes na cidade, sem contar os que estão sem documentação para serem incluídos nessas listas. No tocante as fronteiras, até chegar a São Paulo, esses imigrantes fazem verdadeiras peregrinações por outros estados até se depararem com a metrópole.

Em São Paulo, lugar de maior concentração da população boliviana residente no Brasil, circulam poucas informações sobre a origem geográfica exata desses migrantes. No entanto, na Bolívia, são identificados lugares fortemente polarizados pela metrópole brasileira. Assim, a cidade de El Alto, vizinha da capital La Paz, é um centro importante de emigração para São Paulo (XAVIER, 2010, p. 27).

O imigrante boliviano que chega atualmente ao Brasil, especialmente no caso de São Paulo, vai diretamente participar da industrialização brasileira, ou seja, alguns como proprietário do ramo da costura e/ou como operários, vendendo sua mão de obra para seus conterrâneos ou se inserindo no mercado informal da produção têxtil. A exploração e a falta de qualquer proteção ao trabalho, por sua vez, geram movimen-

²² Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF, Só em 2015, quase 120 mil estrangeiros deram entrada no país (VELASCO; MANTOVANI, 2016).

tos de resistência por parte desses imigrantes que, mesmo diante das explorações vivenciadas no dia a dia, aqui permanecem em busca de melhores ganhos e condição de vida.

Se, no âmbito da convivência cotidiana, há certa abertura à pluralidade cultural, o mesmo não pode ser dito no âmbito do privado, onde a rigidez dos costumes e a força das crenças tendem a bloquear qualquer forma de abertura a uma possível mudança cultural. Contudo, no caso que estamos focando – a presença boliviana em São Paulo – é preciso considerar que tanto bolivianos quanto brasileiros têm em comum influências das três matrizes formadoras de nossas culturas latino-americanas, a saber, a ibero-americana, a indígena e a africana. É evidente que os processos de formação culturais foram marcados por dominação e discriminação da parte dos colonizadores, classificando como inferiores sem cultura os indígenas nativos e os que vieram depois do continente africano como escravos.

A comunidade boliviana em São Paulo está presente praticamente em todas as regiões da cidade, inclusive em municípios vizinhos da Região Metropolitana de São Paulo, como Guarulhos, Osasco, Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, em menor número. Porém, em meados de 1990, segundo explica Silva (1997, p. 11), a presença boliviana se concentrava predominantemente em alguns bairros centrais da cidade, como Bom Retiro, Brás e Pari, bairros esses em que se concentram ainda hoje a produção e a comercialização da indústria das confecções. Ou seja, nesse conglomerado de produção, incluem etnias, como coreanos, judeus, libaneses, brasileiros, paraguaios e bolivianos que vendem seus produtos diretamente aos consumidores na Feirinha da Madrugada, importante polo comercial de venda (atacado e varejo) dos produtos imigrantes que está localizada na região do Brás (na Capital de São Paulo).

A territorialização está relacionada com a acumulação, tanto do tempo de residência do migrante, quanto do tempo de existência do fluxo de imigração na cidade. Essas duas dimensões da temporalidade da migração, individual e do grupo, contribuem para a aparição de efeitos de lugares, ou seja, a presença acumulada de um grupo em determinados espaços da cidade permite que surja, progressivamente, um crescimento, entre os membros desse grupo, sendo esse grupo recente ou

não na cidade. Esses mesmos lugares, especificamente, são associados a este grupo, independentemente das dinâmicas urbanas mais recentes e abrangentes.

Souchaud destaca que

os migrantes criam suas próprias centralidades pelo frequente e repetido uso de determinados lugares, centralidades que, pouco a pouco, polarizam os fluxos de novos migrantes e tendem a fixar cada vez mais os migrantes mais antigos (2011, p. 9).

Diante desse cenário de incorporação da comunidade boliviana na cidade, um terceiro eixo está se formando, informa Souchaud (2011, p. 20). Trata-se de um dado importante pelo volume da população presente e atinge os limites orientais do município, transbordando para o município vizinho de Ferraz de Vasconcelos. Nessa área, centrada nos bairros de Lajeado e Cidade Tiradentes – extremo da Zona Leste da Capital, tende a se formar um aglomerado de população imigrante boliviana, sinalizando talvez a possibilidade de formação de outro centro de imigração na cidade.

A margem oriental do município de São Paulo, nos bairros de Lajeado e Cidade Tiradentes, representa 100% do total dos imigrantes, isso significa que são os únicos migrantes nessas áreas. Nessa dissertação não aprofundamos a questão dos refugiados que também ocupam grande espaço nessas regiões, mas por fugir do foco da pesquisa, preferimos não adentrar nessa questão que carece ainda de muito cuidado. Os dados de Souchaud (2011, p. 22) indicam que os imigrantes bolivianos abriram novas fronteiras da imigração internacional em São Paulo, não se restringindo às áreas centrais ou regiões do interior de São Paulo. Com isso, possibilitou a entrada de novos imigrantes que buscavam trabalho e qualidade de vida.

Na esteira da identificação e assimilação da imigração boliviana no Brasil, especificamente em São Paulo, analisamos um sujeito ainda em processo de reconstrução de sua identidade. Ou seja, alguns caminhos já foram percorridos, mas ainda há muito a ser considerado.

Um dos efeitos mais importantes dessa situação é a aglutinação das pessoas de mesma origem (étnica ou regional) em grupos étnicos mais

ou menos identificados com valores culturais que permanecem ao se mudarem para a área urbana. Destacam-se nessas condições a conservação do idioma e dos costumes e tal diferenciação se afirma sobre valores religiosos, morais, familiares associativos e culturais. Vários movimentos ocorrem com a finalidade de obter ou alcançar a cidadania plena, senão no nível jurídico, pelo menos na prática, na convivência com a população brasileira. Nessa condição, mesmo aqueles que nasceram no Brasil são considerados cidadãos de segunda classe (SEYFERTH, 1990, p. 80).

O mercado de trabalho para quem vem de outro país não é um processo fácil de inserção, em grande parte devido a idioma, costumes diferentes, discriminação e problemas legais, dentre outros. Por isso, uma rede de solidariedade, gerando informações e até mesmo contratação de mão de obra, entre parentes e amigos no país receptor é fundamental para que essa inserção ocorra com menos barreiras (SILVA, 2005, p. 18).

Corroborar o mesmo autor (2005, p. 18), os bolivianos que chegam ao Brasil têm algumas atividades determinadas, de acordo com os grupos em que eles serão inseridos. Por exemplo, no Rio de Janeiro, temos presença relevante de profissionais liberais, como médicos, advogados, engenheiros, técnicos, entre outros. Em Corumbá, que é um município da Região Centro-Oeste do Brasil, situado no estado de Mato Grosso do Sul, parte significativa desses imigrantes se destinam ao comércio de artesanato e de outros produtos importados da Bolívia. Outros, ainda em Corumbá, se dedicam ao transporte, seja de carga ou de passageiros.

Outra cidade que recebe uma grande quantidade de imigrantes bolivianos é a cidade de Guajará-Mirim, município do estado de Rondônia, situado na Região Norte do país. Nessa cidade, grande parte dos imigrantes residentes sobrevive do mercado informal, realizando trabalhos como artesãos, costureiros, padeiros, trabalhadores rurais, entre outros.

Entretanto, em São Paulo, os imigrantes bolivianos especializaram-se na confecção em razão das características territoriais da cidade, o que tem a ver com seu perfil industrial e seu posicionamento na economia nacional e nas redes globais. Os lugares destino, como territórios, definem a própria imigração (SOUCHAUD, 2011, p. 25).

Com isso, segundo Silva (2005, p. 15), a atividade de confecção atrai parte desses imigrantes esse segmento apresenta algumas particularida-

des. Dentre tais atividades, destacam-se uma ativa rede de contratação e aliciamento de mão de obra para o setor de confecção, pois os que já estão alicerçados na cidade estimulam a vinda de outros compatriotas, com promessas de que “(...) em São Paulo é possível ganhar muito dinheiro trabalhando como costureiro. Tais promessas são veiculadas também em rádios e jornais locais, em cidades, como La Paz e Santa Cruz” (SILVA, 2005, p. 19).

Essa realidade da cidade de São Paulo é outra, uma vez que, em alguns casos, às vezes dramáticos, as promessas não são cumpridas. Alguns desses imigrantes já chegam endividados, visto que o empregador assume os custos da sua viagem ao Brasil, além de fornecerem abrigo e alimento a ser descontado no trabalho. Portanto, criam-se relações de dependência entre o empregado e o empregador, levando a uma fidelidade por lhe ter feito um favor.

O Jornal folha.uol.com.br, publicou em 15 de fevereiro de 2016, matéria no qual se insere o relato da boliviana Ruth Orozco (36 anos), quando aborda essa sensação de escravização colocada pelos ofertadores de emprego no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo.

Eu nasci e vivi em La Paz, na Bolívia, até os meus 21 anos. Estava recém-casada quando surgiu uma oportunidade de emprego para o meu marido no Brasil. Eu não queria vir. Tinha um filho de dois anos, estudava e trabalhava. Porém precisávamos de dinheiro. Como queria continuar meus estudos, aceitei. Tudo aconteceu muito rápido. Formamos uma família, já casados, desembarcamos no Brasil em 2000, para trabalhar, trazendo nosso filho de dois anos. O convite de emprego veio de uns bolivianos conhecidos do meu marido. Eu vim para trabalhar na cozinha e ele, para costurar. Chegando aqui tive uma surpresa: não poderia sair para estudar. Decidi ir embora. Tentei, mas a única coisa que recebi, dos chefes, foi xingamento. Como punição, me deixaram parada em um canto como se eu fosse uma criança de castigo, falaram que não podia ir embora e que tinha que cumprir o combinado. Colocaram os pais do meu marido como moeda de troca. Disseram que se eu fosse embora, eles iam “ficar mal”. Depois de dois meses, fiquei grávida. Eu já não tinha tempo de cuidar do meu filho e ainda estando grávida do segundo. [...] Nossa família não sabia como

estávamos aqui. Era permitido escrever uma carta por ano. Não relatava nada. Tinha medo que lessem as cartas. Os chefes diziam que, se alguém os denunciassem, não ia acontecer nada. Tinham umas oito pessoas trabalhando naquela situação, além da gente. [...] tínhamos um quarto, não muito grande, que era compartilhado com outras pessoas que trabalhavam lá, todas bolivianas. Eu dormia em uma cama de casal com o meu marido e meus dois filhos. Não tínhamos TV, só um rádio. Éramos proibidos de escutar rádio boliviana, mas ouvia as brasileiras. Com as músicas e folhetos de lojas aprendi a me comunicar em português. Não podia nem sair para comprar fraldas. Não tinha dinheiro para comprar leite, iogurte, nada. Meu menino só pode ir à escola com quase oito anos. Ensinei meu filho a escrever seu nome e a fazer contas [...] fiquei por cinco anos trabalhando na cozinha. Depois, escondido, aprendi a costurar e passei a trabalhar com roupas. Eu acordava às 6h e ia dormir às 00h, às vezes trabalhava até às 2h, ou virava à noite, no dia seguinte tinha que continuar trabalhando. Em algumas épocas, trabalhávamos até domingo. [...] ficamos por sete anos. O processo para sair foi difícil. Só conseguimos parar de trabalhar naquela oficina em 2007. Foi quando fomos fazer nossos documentos e passamos a sair para passear em liberdade. Só conhecemos de fato São Paulo em 2008. Meu marido conseguiu emprego com a ajuda de amigos. Assim, a gente se levantou. [...] não penso em retornar para a Bolívia, porque me acostumei com o Brasil. Gosto daqui. Depois que tive minha liberdade, conheci gente boa. Agora, sonho em colocar meu nome nas minhas roupas e abrir uma loja para dar uma vida melhor para os meus filhos.²³

Muitos fatores psicológicos podem ser explorados com esse depoimento, tais como o núcleo familiar para a imigrante boliviana, que é considerado importante, quando ela decide emigrar. A conquista de um ambiente em que se sinta segura, mesmo passando por dificuldades para manter a subsistência física, se torna um grande motivador da permanência da mulher boliviana e, de maneira geral, desses imigrantes nas cidades e bairros em que se alojam.

²³ Depois de abuso sexual, boliviana é escravizada em SP durante sete anos (FREITAS, 2016).

Outra característica da costureira Ruth é que ultrapassou as barreiras da fronteira é o papel da mulher boliviana como mantenedora do suporte do seu lar. A boliviana, mesmo no seu país de origem, não consegue desvincular sua autonomia feminina com as novas demandas sociais enfrentadas por esse mercado. Em busca de melhores condições de sobrevivência social e profissional, assumem o papel de provedora do sustento da família, uma vez que, em teses e dissertações consultadas, constata-se esse fato. Ressaltamos a questão da crescente imigração das mulheres bolivianas que saem de suas cidades para novos desafios.

Soma-se também outro problema enfrentado que são as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores bolivianos, em especial, como no depoimento, em que as mulheres constituem desafio a ser enfrentado no cotidiano. Em alguns casos, como o citado pelo jornal Folha de S. Paulo, o controle dos patrões sobre os trabalhadores da costura excede os limites aceitáveis para esse mercado de trabalho totalmente desregulado, transformando-os em mão de obra escrava.

Os desafios atuais dessa comunidade na cidade de São Paulo consistem fundamentalmente em regularizar seus documentos, considerado ainda um dos grandes problemas enfrentados no Brasil. A lei nº 6.815 de 1980, rege a permanência dos estrangeiros no território nacional e é restritiva, transformando os imigrantes mais pobres em uma possível ameaça à segurança do país (SILVA, 2005, p. 22). Essa lei fora aprovada num momento em que a ideologia da segurança nacional ainda regia os destinos políticos do Brasil. No início de setembro de 2005, o Ministério da Justiça lançou um anteprojeto de lei para ser debatido pela sociedade brasileira, num exíguo prazo de trinta dias. A nova proposta de lei dos estrangeiros provocou reações contrárias à sua aprovação, sobretudo, das organizações não- governamentais que atuam junto aos imigrantes, uma vez que, em alguns aspectos, o anteprojeto significava um retrocesso em relação à atual lei vigente no país.

Embora, no seu artigo 3º., fossem ressaltados os princípios que deveriam nortear a nova lei, dentre os quais estavam a política nacional de imigração e o respeito aos direitos e garantias fundamentais consagrados na constituição brasileira, isso não ocorreu. É importante esclarecer que a questão da criminalização das migrações é um fato cada vez mais recorrente no contexto internacional, particularmente nos Estados

Unidos, onde o imigrante sem documento é visto como um criminoso, por ter entrado ilegalmente no país ou nele permanecer além do tempo permitido pela lei (SILVA, 2006, p. 177).

Em 2015, foi aprovado por comissão especial um projeto de lei das migrações, ou seja, uma lei para regular a entrada e a permanência de estrangeiros no país. Segundo o *site* do senado (2016), a Comissão Especial que analisa o Projeto de Lei 2.516/15, informa que o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), assinado pelo General Figueiredo, é uma herança da ditadura vivida no país naquele período.

A lei federal 6.815/1980 descrevia em seus artigos que

(...) ao estrangeiro, é proibido exercer atividade de natureza política; organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem; organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar (artigo 107); ser representante de sindicato ou associação profissional, ou de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada (artigo 106); proíbe ao estrangeiro possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar; ou ainda prestar assistência religiosa a estabelecimentos de internação coletiva (artigo 106); permite ao Ministro da Justiça, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exibições artísticas ou folclóricas (artigo 110); permite expulsar o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais; entregar-se à vadiagem ou à mendicância; ou desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

Desde 24 de maio de 2017, passou a vigorar a nova lei federal das migrações, a de n.13.445/17, que sofreu 18 vetos de acordo com o projeto de lei apresentado em 2015. Entre alguns pontos vetados está a impossibilidade de imigrantes exercerem funções públicas e o fim da livre circulação dos indígenas, implicando principalmente no cotidiano dos povos que vivem na Amazônia e costumam transitar nas fronteiras.

Camila Asano (2017), coordenadora de política externa da Conectas (ONG de defesa a Direitos Humanos), traz que o texto da nova lei avança bastante nos princípios de direitos humanos, mas alguns dispositivos que davam materialidade a esses princípios foram vetados. Um dos vetos que mais recebem críticas, de acordo com Asano (2017), é o artigo 118 da antiga lei que concedia autorização de residência a migrantes que já estavam no Brasil até julho de 2016, independentemente de sua situação migratória.

Um exemplo disso é o artigo 118, que garantia a concessão de residência aos migrantes que já estivessem aqui no Brasil. Porque justamente essa lei vem para trazer uma nova lógica, ou seja, virar a página do Estatuto do Estrangeiro, essa lei da ditadura militar, e criar uma nova lógica, de como os migrantes têm seus direitos garantidos. Só que existem pessoas que já estavam no Brasil antes da aprovação da lei.²⁴

A não regularização dos migrantes é vista como um entrave a sua integração social e econômica. O veto a esse ponto é especialmente problemático, porque mostra que o Brasil não virou totalmente a página da legislação migratória. Se a mudança for mantida, perderemos a oportunidade ter um verdadeiro recomeço, como deveria ser.²⁵

Segundo Silva esse descaso com os imigrantes causa problemas generalizados e assume vários estágios da estada desses no país receptor

além do problema da indocumentação, que acarreta uma série de dificuldades à vida dos imigrantes e, particularmente, aos bolivianos, como a vulnerabilidade no mercado de trabalho, a impossibilidade de abrir uma conta bancária, de alugar um imóvel, de estudar ou de manifestar-se politicamente por meio do voto, eles enfrentam também dificuldades em terem os seus títulos acadêmicos reconhecidos (2005, p. 27).

Mesmo diante dos problemas enfrentadas pela comunidade boliviana, esses imigrantes tiveram que se adaptar a um meio ambiente completamente diferente, sem as necessárias informações quanto às dificuldades que enfrentariam nas áreas em que se encaixariam. Con-

²⁴ Responsável pelas organizações de direitos humanos critica vetos da nova Lei de Migração. (ASANO, 2017).

²⁵ Ver nota 24.

tudo é importante ressaltar a cultura desses imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo. Um exemplo da diversidade identitária é que na Bolívia, tem-se o hábito de mascar a folha da coca, ou seja, matéria prima utilizada para a produção da cocaína, e é permitido o plantio de coca para usos tradicionais. Os bolivianos mascam a folha de coca como um estimulante leve e a usam como remédio, em chá, particularmente entre a população indígena em seus rituais religiosos.

O ex-presidente da Bolívia, Hugo Banzer, com o apoio dos Estados Unidos, lançou um plano para a erradicação dos plantios de coca, denominado de Plano de Dignidade. Tal plano enfrentou resistência dos camponeses, uma vez que, segundo eles, a substituição dos plantios de coca por outras culturas não é vantajosa do ponto de vista econômico (SILVA, 2005, p. 25).

Entretanto, é importante salientar que, no contexto da cultura do povo boliviano, a folha de coca tem representatividade, ou seja, é utilizada para fins medicinais, inclusive o seu chá é recomendado aos turistas para combater o mal-estar causado pela altitude, denominado de *sorocho* (SILVA, 2005, p. 39). Além desse elemento cultural, a folha dessa planta é elemento essencial em rituais religiosos, como as oferendas à *Pachamama* (Mãe-Terra)²⁶, que são realizados em vários momentos da vida social pelos sacerdotes ou sacerdotisas andinas, denominados de *Yatiri*.

Com a chegada dos imigrantes bolivianos à São Paulo, algumas questões simbólicas, culturais e religiosas sofreram discriminações – e são abordadas por Silva (2005, p. 33), quando desenvolve pesquisa junto a essa comunidade. O autor informa que, em razão de sua origem étnica, costumes e condição social, esses imigrantes enfrentam preconceito. Uma questão forte que ficou evidente na pesquisa desse estudioso (2005, p. 34) diz respeito à vestimenta desses imigrantes, alguns casos foram constatados em feiras livres da cidade de São Paulo. Assim ocorre porque, na Bolívia, as bolivianas de origem quéchua ou aimará usam *pollera*, uma saia longa com pregas e avolumada em razão das várias

²⁶ Pachamama (do quéchua Pacha, universo, mundo, tempo, lugar, e Mama, mãe; Mãe Terra) é a deidade máxima dos Andes, bolivianos e peruanos, do Noroeste argentino e do extremo norte do Chile. Vários autores consideram Pachamama como uma divindade relacionada à terra, à fertilidade, à mãe, ao feminino. Pachamama é uma deusa que produz, que engendra. Segundo a tradição, sua morada está na Favela de Cerro Blanco (Nevado de Cachi), em cujo cume há um lago que rodeia uma ilha habitada por um touro de chifres dourados e salivantes que, ao mugir, expelle nuvens de tormenta pela boca.

camadas de tecido utilizadas na sua confecção, bem como os cabelos divididos em duas longas tranças. Porém, essa indumentária em São Paulo, é substituída por uma saia simples e os cabelos são penteados, ou simplesmente prendidos de outra forma.

A indumentária dos homens também é alterada ao chegar à cidade de São Paulo: as roupas de tons escuros são substituídas pelo jeans e por cores mais alegres. Porém é bom lembrar que esse tipo de discriminação, sobretudo, no caso das mulheres, também existe no país de origem, pois o uso da *pollera* é uma marca que as identifica com a sua origem indígena e rural e, portanto, é rejeitada pelas classes mais altas urbanas e brancas (SILVA, 2003, p. 74).

Os bolivianos que conseguem se adaptar à sociedade em constantes alterações preservam sua identidade de origem e se ajustam às necessidades de sobrevivências na nova realidade em que se alocam. Assim, esse sujeito reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo ou autossuficiente, mas era sim formado na relação com outras pessoas importantes, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 2005a, p. 19). Nesse sentido, a identidade cultural alinha os povos, fazendo-os criarem laços e tornando seus mundos mais estáveis para convivência de ambos e reciprocamente mais unificados.

Xavier trata o processo migratório para além do espaço da cidade

ao tratarmos de migrantes que, além do espaço da cidade, cruzaram e cruzam também fronteiras nacionais, devemos ser capazes de pensar em processos e apropriações societárias distintas. E devemos olhar para os migrantes como aqueles que, por meio desta experiência, podem acumular sabedorias de circulação e usos na cidade, ou seja, o uso da noção de projeto migratório está relacionado com a possibilidade de observar as estratégias, desejos, intenções e objetivos dos migrantes que se formulam e reformulam no decorrer do processo de migração (2010, p. 73).

A cultura boliviana é muito específica e o imigrante que aqui reside tenta buscar suas origens na criação de laços afetivos com a cidade. Recriar danças, comidas, falas e vestimentas são alguns dos caminhos para que esse processo não seja tão doloroso para si e seu grupo.

Em São Paulo, como já exposto, bolivianos ocupam a 2ª colocação de maior população imigrante que chega em busca de algo, contudo, não há políticas públicas que atenda essa comunidade em todos os locais em que estão inseridos. Essa população é carente de meios culturais e de reconhecimento de seu povo. Assim, locais em que realizam danças, artesanatos e gastronomia nos fins de semana, geralmente, são muito próximos do local onde residem. Tomemos como base o bairro do Pari-Brás (São Paulo) que é território boliviano conhecido, como a praça Kantuta e a rua Coimbra, no bairro do Canindé (São Paulo): esses locais têm público cativo, especialmente, bolivianos que residem nesses bairros e que, durante a semana, trabalham e moram nas oficinas de costura localizadas na região.

2.3 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE NA CIDADE

Um tipo diferente de mudança estrutural transformou as sociedades modernas no fim do século XX. Essas transformações estão moldando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Os avanços históricos que ocorrem ao longo dos anos permeiam um crescimento no sentido da integração, ou seja, um sujeito livre com capacidade de adaptação diante de qualquer contexto.

Ao entrar em contato com outra cultura e uma nova forma de ver o mundo, o imigrante terá que reelaborar a sua própria visão, incorporando novos valores e tradições que irão nortear a sua vida no local de destino.

De acordo com Hall (2005b, p. 38), a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. A descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, constitui uma crise de identidade para o indivíduo. Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam uma importante transformação e nos levam a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Distinguem-se três concepções de identidades, a saber:

- a. Sujeito do iluminismo – baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado e

de ação, cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia desde o nascimento até o desenrolar de toda a sua vida, permanecendo totalmente o mesmo.

- b. Sujeito sociológico – reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo moderno não era autônomo e autossuficiente, mas se forma na relação com outras pessoas importantes para ele.
- c. Sujeito pós-moderno – a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação a formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

A transposição de fronteiras nacionais e culturais exige daquele que emigra o desafio de lidar com uma dupla pertença, ou seja, viver no novo contexto sem ser considerada parte dele e, ao mesmo tempo, querer regressar ao local de origem, porém, sem nunca ter regressado definitivamente. Essa ambiguidade vivida pelos migrantes foi assinalada por Sayad (1998, p. 46) para o qual ela conduz à contradição constitutiva da condição do migrante “[...] ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo”.

À primeira vista, o discurso vigente, praticado hoje por todos os grupos, indistintamente, é o da valorização das virtudes da convivência harmoniosa entre todos. Para Hall (2005a, p. 22), “ao mesmo tempo as pessoas se sentem parte do mundo e da sua aldeia. Têm identidades de bairro e são cidadãs do mundo. O universo está chegando”.

Assim, o preconceito, por ser um juízo preconcebido, que pode se manifestar em forma de atitudes de discriminação em relação às pessoas, aos lugares ou às tradições consideradas diferentes ou estranhas, se faz presente em muitas situações no dia a dia da cidade de São Paulo entre todos que aqui residem. Essas atitudes explicitam um desconhecimento das pessoas ou dos grupos nos quais se manifesta como preconceito.

A cultura num contexto de migração, segundo Cunha (1986, p. 145), não se perde nem se funde simplesmente, mas tende a se simplificar e a se concentrar em alguns traços que se tornam diacríticos para o grupo. Um dos pontos relevantes é o idioma, pois esse se torna um

importante sistema simbólico, conforme ensina Silva (2003, p. 78), pois é capaz de organizar a percepção do mundo e se constitui num diferenciador de grande porte.

Algumas ponderações podem ser feitas com relação a outras culturas, como os japoneses, conhecidos por sua vida associativa e, apesar das pressões assimilacionistas, mantiveram a religião budista e adotaram seitas religiosas novas que surgiram no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

Para Seyferth

Neste contexto, o que fica marcante são as valorizações de alguns elementos da cultura tradicional, apesar da adoção de hábitos ocidentais de vestir e morar: o culto aos antepassados, por exemplo, foi retomado recentemente, substituindo o culto ao imperador como símbolo de nipocidade (1990, p. 84).

A comunidade boliviana, por mais que seja aceita pela população brasileira, nos bairros centrais da cidade de São Paulo, não deixa de ser vista como um grupo à parte, definida por três características principais: ser uma população de índios, ter outra cultura e trabalhar como escravos (VIDAL, 2012, p. 93).

No que diz respeito à primeira categorização, dois fatores entram em evidência para caracterizar os bolivianos como índios: em primeiro lugar, são identificados a partir de fenótipos tidos como específicos. Com efeito, muitos migrantes oriundos das regiões altiplânicas têm cabelos lisos pretos (muitas vezes, as mulheres com duas tranças), a pele cafuza, as maçãs do rosto salientes e os olhos puxados. No entanto, tal tipo físico não é nada desconhecido no Brasil, visto que também é o aspecto dos nossos indígenas e de muitos mestiços locais (VIDAL, 2012, p. 97). De certa forma, esses aspectos físicos ficam em segundo lugar.

Explicar o tipo de roupa e, mais ainda, a postura corporal mais fechada dos migrantes, com o uso frequente de roupas (calças e saias) e sapatos comprados na Bolívia e de cortes de cabelos diferentes (e valorizados como tais, como mostra o número importante de cabeleireiros bolivianos nesses bairros), ou seja, essa diferença de aspectos, tanto do ponto de vista dos fenótipos, como em termos de roupa usada (VIDAL, 2012, p. 103), contribui para fazer com que passem mais despercebidos nos bairros centrais, sendo frequentemente confundidos com brasileiros.

Uma segunda categorização de acordo com Vidal (2012, p. 104) remete ao que seria a cultura dos bolivianos e vem reforçando a primeira categorização em termos de sua origem indígena. Portanto, para Eagleton (2011, p. 16) “a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico”. Essa cultura se expressa particularmente nas mensagens da Pastoral dos Migrantes a respeito dos migrantes. Vidal (2012, p. 108) informa ainda que, graças a esse setor da Igreja Católica,

os bolivianos têm uma cultura específica que os diferencia dos demais dentre outras populações. Essa cultura é vista como uma característica altamente positiva, na medida em que ela ainda não foi alterada pelos impactos da modernidade capitalista.

Uma terceira categorização é que, na visão da autora (2012, p. 108), seria a mais importante: a apreensão das condições de trabalho dos bolivianos no setor da confecção, por meio da mídia, dos sindicatos, da Pastoral do Migrante e das ONGS que trabalham para a proteção desses migrantes. Essas descrevem a vida dos costureiros nas oficinas de costura como formas de trabalho escravo ou situações análogas à escravidão, como já mencionamos no início desta dissertação.

Embora a especificidade dos imigrantes em sair de seu país seja um processo corriqueiro observado nos países mais diversos, o caso dos bolivianos em São Paulo nos parece específico, na medida em que as categorizações usadas acerca deles – em particular, a metáfora do trabalho escravo – remetem ao imaginário da modernidade ocidental em cima do qual São Paulo se construiu. Ou seja, com a chegada dos asiáticos a São Paulo, esses começaram a demandar o poder das oficinas de costuras e também a ditar novas regras para a confecção que, assim, assumem novos papéis.

Os imigrantes bolivianos estão inseridos nessa nova mudança de comando, passando assim a produzir produtos cada vez mais competitivos entre seus próprios conterrâneos e horários de trabalho exaustivo para a entrega da produção.

Em São Paulo, a comunidade boliviana se enquadra em aspectos religiosos das Festas Marianas (SILVA, 2003, p. 79) e, diante de tal perspectiva se torna ainda mais doloroso se encaixar em algum processo de ressignificação para que sua cultura, fora da Igreja, seja percebida como parte do calendário cultural da cidade de São Paulo.

2.4 INCORPORAÇÃO DA CULTURA BOLIVIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

A composição da população da Bolívia é multiétnica e pluricultural, uma vez que, no seu território, convivem vários grupos, dentre os quais se destacam os quéchuas, cerca de 30%; os aimarás, em torno de 25%; além de um grande número de minorias étnicas, fazendo com que cerca de 74% da população seja indígena. A população mestiça fica em torno de 15%; os brancos são 10%; e os negros, apenas 1%. Segundo Silva (2005, p. 53), no território boliviano, falam-se pelo menos 26 línguas, que se subdividem em 127 dialetos já classificados e em outros ainda em processo de classificação.

Diante dos dados obtidos (geográficos, sociais, políticos) com relação ao povo boliviano, faz-se necessário entender o que é cultura. Esse conceito ao mesmo tempo integra e afasta esses imigrantes de identidade fixa e centrada. Em geral, reduzimos a cultura à quantidade de informações que uma pessoa consegue acumular durante a vida.

Na mesma linha Hofstede (1997, p. 19), cultura é “a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas em face a outra”. Nesse aspecto, o autor esclarece que as pessoas carregam programas mentais contendo componentes culturais desenvolvidos desde o nascimento e que têm sua origem nos diversos ambientes sociais encontrados no decorrer da vida humana, como a família e a sociedade, dentre outros. De acordo com o mesmo autor, a cultura é adquirida e será distinguida da natureza humana (que é herdada e universal a todos os seres humanos).

Cultura, para Eagleton (2011, p. 18), é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de cada idioma. Algumas interpretações remetem o termo à palavra natureza, no entanto, embora haja uma tendência em considerar a natureza como um derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Um de seus significados originais é lavoura ou cultivo agrícola, o cultivo que cresce naturalmente.

Eagleton (2011, p. 20) também escreve que Francis Bacon interpretava “[...] o cultivo e adubação de mentes numa hesitação sugestiva entre estrume e distinção mental”. Nesse sentido, cultura aqui significa uma atividade e passou muito tempo até que a palavra viesse a denotar uma entidade.

Etimologicamente, a expressão atualmente popular materialismo cultural é, segundo o autor, quase tautológica, pois cultura denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões de espírito. A palavra cultura passou, então, a mapear um desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana.

A primeira definição etnológica de cultura é devida ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1832-1917) que foi citado por Cucho (1999, p. 10)

Cultura e Civilização, tomados em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.

A raiz latina da palavra cultura é *colere*, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar, adorar e proteger (EAGLETON, 2011, p. 25). Mas *colere* também desemboca, via o latim *cultus*, no termo religioso ‘culto’, assim como a própria ideia de cultura vem na Idade Moderna a se colocar no lugar de um sentido evanescente de divindade e transcendência.

Verdades culturais é o nome dado à arte elevada ou das tradições de um povo e são algumas vezes sagradas, daí terem de ser protegidas e reverenciadas. A cultura, então, herda o manto imponente da autoridade religiosa, mas também tem afinidades desconfortáveis com ocupação e invasão. É entre esses dois polos, negativo e positivo, que o conceito está localizado nos dias de hoje.

De acordo com Eagleton (2011, p. 39), a palavra cultura guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, pois codifica várias questões filosóficas fundamentais. Nesse único termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz.

Há algumas fases pelas quais passam esses imigrantes e que, de certa forma, influenciam em sua permanência no país receptor, ligando sua vida natural ao que lhe parece artificial. Segundo Hofstede (2010, p. 32), a ligação entre o vivido em sua origem e o vivenciado em sua nova fase, causa no imigrante essa dubiedade. Nesse caso, o que nos chama atenção é o que se modifica em cada fase, ou seja, do natural para o artificial, pois existem estrangeiros que ficam por um curto período no país, de até três meses e experimentam fases de euforia, choque cultural e estabilidade em um mesmo período.

No quadro 1, a seguir, é apresentado um resumo das fases de adaptação cultural dos imigrantes no país que os recebe.

Quadro 1 – Resumo das fases de adaptação dos imigrantes

Adaptação cultural	Fases	Autor
Um processo que, apesar de não necessariamente invariável, geralmente progride através de quatro etapas básicas, em ordem, e com as suas próprias características	Lua de Mel: excitação e euforia, onde tudo sobre o país estrangeiro parece novo e intrigante.	Oberg (1954)
	Choque Cultural: constatação de que existem muitas diferenças culturais que tinham sido previamente escondidas ou ignorados em prol de semelhanças aparentes. Esta fase se manifesta tanto através de sintomas físicos, quanto emocionais, e resulta das situações confusas e ambíguas.	
	Adaptação ou Assimilação à Cultura-Alvo: não há mais problema com a proficiência na língua-alvo nem de adaptação.	
	Domínio: estágio onde o domínio do ambiente está completo, adquirindo uma segunda identidade.	
Adaptação cultural como um processo	Fase do Encantamento: surpresas com as novidades do novo país.	Joly (1992)
	Negativismo Extremo: o estrangeiro sente dificuldades de se expressar, se sente frustrado e percebe as diferenças entre os países, como: diferenças no humor, gestos, graus de intimidade, e ritmos mais lentos ou mais rápidos em relação ao que estava acostumado.	
	Distância ou Integração: marcado pela volta do estrangeiro ao país de origem ou não. A escolha é resultado da forma que o estrangeiro enfrentou a fase anterior.	
	Choque da volta: quem retorna ao país de origem já não é mais o mesmo e, conseqüentemente, sofre um novo choque cultural.	
Curva da Aculturação: quando as pessoas estão convivendo em um ambiente com uma cultura estranha, ocorrem mudanças de sentimentos que mais ou menos a seguem	Lua de Mel: causada pela emoção de viajar e de conhecer novas terras.	Hofstede (2010)
	Choque Cultural: acontece quando a vida real começa no novo ambiente.	
	Aculturação: se instala quando o visitante lentamente aprende a funcionar sob as novas condições e adota alguns dos valores locais, gerando um aumento da autoconfiança e integração do estrangeiro numa nova rede social.	
	Estado Estável da Mente: caracterizado como um período alcançado eventualmente com o passar do tempo.	

Fonte: Seyferth (1990, p. 85).

Estudos realizados pelos pesquisadores Kato, Pereira e Pimentel (2005, p. 66) mostram que, dentro das fases do processo de adaptação cultural pelas quais os estrangeiros passam, a fase mais crítica do processo é a denominada de choque cultural.

Nessa lógica, Pedersen (1995, p. 188) registra que o choque cultural vai definir essa passagem como uma profunda experiência pessoal que não afeta todas as pessoas da mesma forma nem sequer a mesma pessoa de igual maneira quando acontecer novamente. Hofstede (2010, p. 45) crê que o choque cultural é como um desconforto emocional e até mesmo físico que as pessoas sentem quando têm de deixar tudo para trás e precisam encontrar seu caminho numa nova cultura, que possui um jeito diferente de viver e uma mentalidade distinta. Esse autor acrescenta que, geralmente, o estrangeiro (imigrante ou refugiado) apresenta algum problema de adaptação quando é inserido em um novo ambiente cultural.

Oberg (1954) citado por Seyferth (1990, p. 88) menciona seis aspectos negativos do choque cultural do imigrante, incluindo:

- a. tensão resultante do esforço na adaptação psicológica;
- b. um sentimento de perda ou de privação no que se refere à perda de família, amigos antigos, status, cargo e/ou propriedades;
- c. rejeição da ou pela nova cultura;
- d. confusão na definição do lugar, expectativas, sentimentos e identidade própria;
- e. ansiedade inesperada, nojo, ou indignação quanto às diferenças culturais entre os antigos e os novos caminhos; e
- f. sentimento de impotência como resultado de não lidar bem no novo ambiente.

É no imaginário coletivo de culturas milenares e de seus ancestrais que os bolivianos tratam de garimpar os elementos diacríticos capazes de dar sentido à trajetória do grupo na cidade desconhecida. Nesse sentido, o processo de aculturação descreve a transformação cultural e psicológica que resulta do “(...) contato entre dois ou mais grupos culturais e seus membros individuais” (GONZÁLEZ; OLIVEIRA, 2011, p. 7), um percurso que o imigrante poderá enfrentar valendo-se de quatro estratégias: integração, separação, assimilação ou marginalização.

Os mesmos autores explicam que ocorrerá integração quando o interesse do indivíduo em conservar a sua cultura de origem for equiparável ao interesse em adotar a cultura hóspede. E, assim, ocorre a separação quando há uma rejeição da cultura do país hóspede, acompanhada da intenção de manter a própria cultura.

Quanto a manter sua própria cultura na cidade de São Paulo, há um local muito conhecido pelos imigrantes e, mais recentemente, pelos refugiados que chegam e solicitam apoio das mais variadas formas possíveis, desde ajuda com documentação, procura de emprego, parentes que vieram em busca de abrigo, amigos, dentre outros. É a Missão Paz.

A Missão Paz (MP) é uma instituição Católica Apostólica Romana, situada no bairro do Glicério, na cidade de São Paulo, pertencente à Congregação dos Scalabrinianos, cujo objetivo é atuar na causa dos imigrantes e minimizar os problemas de adaptação e inserção na nova cidade, explicam Stefanelli e Bastos (2016, p. 76). Esses autores continuam a descrição da ONG: tem capacidade para atender até seis mil pessoas ao mês e conta com assistência jurídica e social; oferece cursos profissionalizantes e de idioma; promove a regularização de documentos, assistência psicológica e de saúde; dá apoio à inserção no mercado de trabalho; incentiva a busca de uma identidade cultural e, para aqueles que são católicos, oferece assistência religiosa. Sua edificação ainda conta com a Casa do Migrante (CM) e com a Igreja Nossa Senhora da Paz.

As festas devocionais nesse espaço da Igreja Nossa Senhora da Paz, sede da Pastoral dos Imigrantes latino-americanos, tiveram início no fim dos anos de 1970 e são realizadas para a comunidade latina, com missa em espanhol no último domingo de cada mês. Após a missa, nas dependências da igreja, os latinos se confraternizam com as barracas de comidas típicas e as danças organizadas pelos membros do país que é designado em cada uma dessas missas.

Essa Igreja representa para os imigrantes o pertencimento dentro da cultura na qual estão inseridos – ou seja, fazem parte do calendário de comemorações e, assim, de certa forma, conseguem visibilidade e acolhimento dos brasileiros e de seus parentes e amigos imigrantes. A seguir, a Fotografia 3 mostra a Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fotografia 3 – Fachada da Igreja Nossa Senhora da Paz



Fonte: A autora (2016).

Para a comunidade boliviana na cidade de São Paulo, as festas e rituais marcam uma passagem e, mesmo diante de preconceitos vividos no dia a dia, alguns símbolos não são esquecidos, pois tentam recriar parte da trajetória de sobrevivência e identificação de sua cultura na cidade receptora. As festas Marianas, ocorridas no espaço da Pastoral do Migrante, são geralmente realizadas em situações especiais de celebração, vinculando, assim, identidades como uma forma de diferenciação, ou seja, dos bolivianos e dos demais latino-americanos que estão inseridos nessas comemorações.

Nessa acepção, informa Silva (2005, p. 55) que as identidades são reafirmadas e reconstruídas no contato com o outro, com o diferente e, portanto, não são situacionais, mas sim, acionadas em momentos específicos da vida social em grupo e quando se faz necessário remarcar as diferenças.

Já as festas realizadas no espaço da Pastoral do Migrante são portadoras de diferentes significações. E, para Lucena e Gusmão

a mais importante delas, é que, para os imigrantes, a festa é um momento de aproximação com práticas culturais do país de origem, servindo de estratégia para o

imigrante lidar com o dilema de duplo pertencimento. Dessa maneira, para bolivianos em São Paulo, a festa é o lugar privilegiado do reencontro de suas raízes e atua como elemento veiculador de identidades (2016, p. 10).

Assim, esse se torna um espaço reservado da pastoral para as práticas religiosas dos imigrantes em questão e representa o momento em que eles se reúnem e celebram entre si sua prática religiosa.

Se, para alguns, a festa termina no espaço da Pastoral, Silva (2006, p. 186) informa que, para a maioria dos imigrantes, inclusive os da comunidade boliviana, essa continua no dia seguinte, em outro lugar. No caso, é a festa de Copacabana, que se denomina *kacharpaya* ou despedida. Em geral os festeiros são membros de algum grupo folclórico existentes na cidade, os quais todos os anos fazem uma apresentação no Memorial da América Latina, por ocasião da festa da independência da Bolívia sempre no mês de agosto de cada ano.

Silva (2006, p. 186) descreve ainda que, nesses espaços, ao contrário daquele cedido pela igreja, a festa não tem hora para terminar “(...) é nesse dia também que os compadres levam os seus dons aos prestes, ou seja, os *aynis*. Cada presente pode variar de quatro a trinta caixas de cerveja, sempre formando números pares”. Esses exemplos das festas marianas no espaço da Pastoral do Migrante, representado pela Igreja Missão Paz, revelam que tais festas são multifacetadas, sendo passível, entretanto, de várias leituras, dependendo de quem e de que lugar é observada. Desse modo, ela se torna um espaço mais fechado e característico de práticas religiosas a sua divindade.

As festas marianas nos permitem ler o que o grupo diz sobre si mesmo, porém, a partir de uma “linguagem que lhe é própria e as formas sensíveis em que se expressam demonstram um momento único de encontro entre os seus pares” (SILVA, 2006, p. 187). Nesse sentido, tudo que ocorre nas festas pode dizer alguma coisa sobre os bolivianos, de modo que as festas realizadas no espaço da Pastoral, para o autor (2006, p. 189), são portadoras de significações, pois cada um a vê sob seu próprio ponto de vista.

Para a maioria dos imigrantes, as festas, de várias interpretações, dentro do espaço da Igreja ou fora dela, são uma oportunidade de

ressocialização na própria cultura, ou seja, de um reencontrar-se com práticas culturais que lhes eram familiares no país de origem e que, no país de destino, ficaram adormecidas de certa forma. Silva (2006, p. 193) também explica que isso ocorre porque muitos deles optam por um distanciamento estratégico do grupo, para não ser contaminado pelos estereótipos atribuídos a ele pela sociedade local e pela manutenção de sua identidade e cultura de origem.

Numa perspectiva antropológica, entretanto, a cultura ultrapassa os conhecimentos que incorporamos via formação familiar/escolar/social. Para Geertz (2008, p. 144), a cultura será entendida como um conjunto de padrões e valores que organizam a experiência humana. Tal fato significa dizer que toda pessoa pode ser socializada em qualquer cultura, independentemente de sua herança genética, como também aceita Silva (2005, p. 64).

Pensemos na ideia de dor: enquanto procuramos remédios para evitá-la, os indígenas preparam seus membros para enfrentá-la no seu dia a dia. Esse exemplo ilustra que a cultura condiciona a visão de mundo de cada um, sendo inteligíveis somente àqueles que partilham de uma mesma tradição.

A cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem, as suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza humana. Assim, trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo cultura já é uma desconstrução.

A presença boliviana em São Paulo, de certa forma, serve para pensarmos como a cidade tem lidado com as diferenças etnoculturais e, por outro, como os próprios imigrantes reagem às diferentes formas de preconceitos que lhes são atribuídos por grupos locais, entre os espaços de socialização para os imigrantes e a comunidade a qual querem pertencer e novas aberturas para o diálogo com outras culturas.

Silva (2003, p. 80) explica que se trata de um processo de recriação cultural dos imigrantes bolivianos em São Paulo, a partir de suas festas religiosas ou populares, realizadas no espaço da Pastoral do Migrante e também fora dele. Entendendo as festas como fatos sociais totais que

acionam uma multiplicidade de relações de trocas materiais e simbólicas, engendrando uma dinâmica particular ao processo de recriação cultural desses imigrantes, busca entender quais os significados que essas práticas festivas têm para os imigrantes. E, por meio dessas festas, procuram recriar suas identidades num contexto de diferenciação e/ou de estigmatização. Nessa perspectiva, valoriza-se muito o papel da família na preservação de seus hábitos culturais e étnicos, ou seja, a possibilidade de socializar os filhos como membros do grupo.

A família, como relata Seyferth (1990, p. 93), é concebida nesses termos na maior parte dos grupos focalizados: no contexto étnico, o papel principal é o controle familiar sobre os casamentos. E, com isso, teoricamente, se preserva a não ruptura da descendência.

Se todas as populações humanas possuem a mesma carga genética, elas se diferenciam por suas escolhas culturais, cada uma inventando soluções originais para os problemas que lhe são propostos. Como Bourdieu acreditamos que

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações (1996, p. 131).

Essa visão implica, para Durham (1984, p. 189), que os principais responsáveis pela integração do migrante na nova sociedade são “os grupos familiares, de parentesco e de amizade e, em razão das relações de reciprocidade, são os responsáveis, condicionando inclusive a carreira profissional destes”.

O mesmo autor continua

[...] apesar de a migração implicar algumas rupturas com a estrutura social anterior e a inserção em novas e mais complexas estruturas, a mudança não deve ser pensada como um processo de desintegração familiar, mas sim, de rearranjos das relações primárias (1984, p. 195).

No entanto, Cuche (1999, p. 15) descreve que essas diferenças não são irredutíveis umas às outras, pois, considerando a unidade genética da humanidade, elas representam aplicações de princípios culturais universais, princípios suscetíveis de evoluções e até de transformações.

Diante desse contexto e dos cenários cada vez mais globalizados, a tendência é o acirramento das relações entre diferentes culturas e etnias, transformando tais diferenças em questões raciais, ou seja, em formas de racismos que justificam discriminações e variados tipos de violências.

Na pesquisa que realizamos para produção desta dissertação e a partir das leituras de autores que abordam a imigração boliviana para São Paulo, encontramos a primeira e mais destacada obra realizada sobre o tema da imigração boliviana até hoje é de Sidney Silva (1997, p. 12). Esse autor aborda aspectos da religiosidade, do trabalho e das estratégias de sobrevivência dos bolivianos. Assim, constitui-se uma referência fundamental a quem estuda a diáspora boliviana em São Paulo.

Silva (1997, p. 14) sustenta que os bolivianos em São Paulo sofrem uma série de estigmas por parte dos brasileiros, além de trabalharem em condições bastante precárias. Encontramos também pesquisas relacionadas ao papel da mulher imigrante, especificamente, da mulher boliviana e quanto à valorização dessa mulher diante de sua família, dos filhos e da preservação dos hábitos culturais reconstruídos na cidade.

Souchaud (2011, p. 26) aponta que a maioria das migrantes que chegam da Bolívia para São Paulo é de mulheres jovens, com baixa qualificação profissional e pouca escolaridade, caracterizando uma imigração essencialmente laboral no ramo da confecção. Consequentemente, o trabalho em casa pode ser um facilitador da manutenção das cadeias migratórias, que usa os migrantes já instalados no Brasil como principais receptores desses fluxos.

Na perspectiva do autor (2011, p. 50), o que ocorre nesses casos é uma multiculturalidade transitiva, isto é, apesar dos estranhamentos e da tendência ao confinamento, há sempre uma possibilidade de diálogo com aquilo que nos parece estranho e distante. A migração de mulheres bolivianas, nesse cenário, se tornou crescente, uma vez que são mais adeptas ao diálogo e, independentemente do estado social/escolar/familiar, conseguem sobreviver diante das dificuldades da vida em outro país.

As identidades culturais se tornaram então espaços de criatividade e invenção, quando não se apresentam como limitadoras e priorizam heranças do passado, pois dessa forma, são capazes de se projetar de maneira dinâmica e inventiva para o futuro. As identidades podem reforçar tanto um movimento social quanto um movimento político, ao aportar um enraizamento na experiência vivida e imaginária dos atores. Porém, também podem conduzir ambos às piores derrapagens.

A maioria dos brasileiros vê os imigrantes e a imigração de maneira igualmente maleável, contradizendo os que sugerem uma única definição para a palavra imigrante que seria “(...) uma pessoa que, por livre escolha, se transfere de um país a outro”. (LESSER, 2015, p. 199).

No Brasil, as pessoas representam a si mesmas e são rotuladas como imigrantes de forma situacional. Segundo Lesser (2015, p. 204), muitos brasileiros entendem o termo imigrante como uma condição ancestral ou herdada, que permanece, mesmo entre os nascidos no país após várias gerações. Assim, nesse caso, ser imigrante não se limitaria ao fato de se ter nascido em outro país.

Se, no âmbito da convivência cotidiana, há certa abertura à pluralidade cultural, o mesmo não pode ser dito no âmbito do privado, onde a rigidez de costumes e a força das crenças tendem a bloquear qualquer forma de abertura a uma possível mudança cultural. Nesse sentido, a contribuição dos imigrantes à cultura brasileira não se esgota nos aspectos abordados nesta dissertação. A maior dificuldade enfrentada foi a falta de informações ou estudos sistemáticos sobre a maioria dos grupos numericamente menos expressivos.

Em sua maioria, os trabalhos pesquisados no banco de teses e dissertações da CAPES, em 2016, e que abordam a temática da imigração focalizam em geral alemães, italianos e japoneses, motivo pelo qual não se tem literatura histórica que abordasse a imigração boliviana no Brasil ou em São Paulo. Com essa lacuna de dados, limita-se nossa pesquisa a alguns grupos de estudos, dentre eles o NEPO – Núcleo de Estudos da População, vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-Campinas), de onde saem a maioria dos pesquisadores que abordam essa temática em nível nacional, formando assim referencial bibliográfico aos que buscam informações no presente e a futuros pesquisadores.

Consoante Seyferth (1990, p. 96), no contexto em que ocorre a imigração, mais importante do que a contribuição de cada corrente imigratória em particular é a constatação de que, mesmo nas maiores cidades, constata-se certo grau de pluralismo étnico, apesar do contexto constante entre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. De certa forma, a mesma autora (1990, p. 97) esclarece que, mesmo havendo uma verdadeira simbiose de elementos culturais estrangeiros e brasileiros (ou misturados), “certas características das culturas de origem dos descendentes de imigrantes são mantidas apenas no nível de cada grupo, as quais são usadas como marcas de diferenciação étnica”.

Os imigrantes, em geral, mantêm alguma ligação com a cultura e sociedade de origem, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação (SEYFERTH, 1990, p. 113) e guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que estejam diluídos.

As associações culturais, por mais que tenham sido modificadas, também permanecem como locais onde as identidades étnicas são atualizadas. O exemplo mais significativo é o das casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro, que proporcionam não só o convívio entre pessoas de mesma origem, como procuram estimular manifestações da cultura portuguesa, como forma de marcar simbolicamente a pertinência ao grupo étnico português, apesar de a ideologia étnica exprimir certo grau de assimilação que propõe a integração dos portugueses à sociedade brasileira.

No caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo, as chances de um diálogo intercultural podem ser maiores, em razão da existência de elementos culturais comuns, os quais se fazem perceptíveis nos costumes, nas crenças, na música, na gastronomia e nas formas estéticas e corporais que foram sendo incorporadas e ressignificadas ao longo da história dos povos latino-americanos.

Nessa perspectiva, Silva (2012, p. 12) declara que não é difícil ver semelhanças entre as danças bolivianas de origem africana, como é o caso da *Morenada* e dos *Caporales*, com outras no contexto brasileiro, como é o caso das Congadas, do Maracatu e do Bumba-meu-boi. E continua “tal riqueza e diversidade já reconhecidas como parte do patrimônio imaterial latino-americano e são agora também parte do patrimônio intangível da humanidade”, como é o caso do Carnaval de Oruro, cujo reconhecimento foi declarado em 2001.

Essas danças podem ser revisitadas em vídeos que circulam pela *internet*, em artigos publicados em revistas e *sites* de jornais. Uma vez por ano, são apresentadas no Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo, e, por meio dessas, os imigrantes se identificam e recriam novos traços identitários.

As apresentações dos grupos folclóricos reescrevem uma vida que ficou lá na Bolívia e alguns integrantes dessas danças folclóricas, nos informaram, no desfile de 2016, que todo o vestuário vem da Bolívia, pois é uma forma de se transportarem para seu país e com isso, ajudam de certa forma o desenvolvimento econômico da sua comunidade. Daí o fato dessas comemorações ocorrerem todo ano no mês de agosto no Memorial da América Latina e de serem tão importantes para que se retrate de forma adequada a Independência da Bolívia e que esses imigrantes que eles comemoram no Brasil. Fotos das danças e vestuário serão mostradas na Fotografia 4, 5 e 6, a seguir.

Fotografia 4 – Grupo folclórico *Morenada* – no Memorial da América Latina nos 191 anos de aniversário da Independência da Bolívia comemorados em 2016



Fonte: A autora (2016).

Em suas danças folclóricas, percebemos a unidade social durante o processo migratório, fato que ocorre também por meio das celebrações nas festas típicas e devocionais: alimentação, religião, língua, entre outros, ou seja, dos chamados sinais diacríticos (CUNHA, 1986, p. 68) utilizadas em meio às relações sociais no processo migratório. Assim, por meio da bolivianidade, os imigrantes constituem suas relações sociais.

Fotografia 5 – Imigrantes bolivianas reconstruindo a dança *Morenada*



Fonte: A autora (2016).

Fotografia 6 – Homens bolivianos dançando a *Morenada*



Fonte: A autora (2016).

Outro grupo de dança muito conhecido pelos imigrantes bolivianos, pelos paulistanos e demais etnias que compõem a cidade é o Grupo folclórico *Caporales*, que se apresenta na praça Kantuta, geralmente aos domingos. Além, desse dia em especial esse grupo se apresenta em várias festas na cidade e fora dela, de modo que se inserem no calendário das comemorações dos imigrantes e demarcam sua presença na constituição de integrantes da metrópole. Esse grupo por ser formado em sua maioria

por jovens bolivianos e bolivianas e também por filhos casados com brasileiras e pessoas de outras nacionalidades. Sua história remonta às características andinas em suas cores e modelos de vestimentas, ritmo dos passos, dentre outros. Assim, alguns laços vão se misturando e formando com isso, novos traços culturais da dança.

Esse grupo que é influente nas redes sociais tem público cativo nos desfiles que ocorre anualmente no Memorial da América Latina. Com essa característica cultural de sua identidade se inserem dentro de outra cultura e conseguem influenciar um contexto sofrido muitas vezes pela discriminação.

O que ocorre atualmente e foi registrado por Xavier (2010, p. 78) é a representação também desses grupos de dança em eventos demarcados pela representação cultural em congressos, seminários, shows dentre outros.

A dança *Caporal* é caracterizada por ser de movimentos ágeis, durante os quais os varões fazem giros, contorcionismo, saltos e acrobacias, enquanto as mulheres se destacam por ressaltar a sensualidade por meio do vestuário e dos movimentos graciosos (XAVIER, 2010, p. 89).

De acordo com o editorial do site bolíviacultural.com.br de 2010²⁷, a vestimenta original dos homens que participam da encenação, é composta por um *sombrero* de aba larga, uma camisa, uma faixa ou cinto, um paletó de corte militar, um par de botas e um chicote. As mulheres usam blusa de mangas largas, saia que foi encurtada até se tornar uma minissaia, sapatos e o característico *sombrero*, tipo *Borsalino*, ou *Cholita*. As vestimentas têm mudado, incorporando desenhos e cores que fazem alusão a diferentes fraternidades ou conjuntos de *Caporales* espalhados pela cidade e de formação cultural na Bolívia.

Nas Fotografias 7, 8 e 9, a seguir, podemos perceber os movimentos da dança, a vestimenta e a composição jovem do grupo boliviano.²⁸

²⁷ O site Bolívia Cultural, divulga a diversidade cultural da Bolívia entre os conterrâneos que vivem no Brasil. Essa plataforma, pretende fortalecer e unificar a identidade boliviana, já espalhada pelo território paulistano. O site nasceu de acordo com o fundador o boliviano Antonio Andrade Vargas, como contrapartida de uma visão única imposta pela mídia tradicional local sobre a comunidade boliviana estabelecida em São Paulo. “A grande maioria das pessoas perfilava o boliviano como traficante ou escravo. Decidi me aproximar da comunidade e proporcionar outra visão de uma realidade própria do migrante, que seja feita com e para ele”, relata. A plataforma divulga notícias de eventos, esporte, cultura e direitos humanos ligados à comunidade migrante de São Paulo, além de um guia que sugere lugar para alimentação, estadia, compras e diversão na metrópole.

²⁸ Evento ocorrido no VII Fórum Social Mundial das Migrações, realizado na faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, entre os dias 7 e 10 de julho de 2016.

Fotografia 7 – Grupo folclórico de dança *Kantuta Caporales* – bolivianas



Fonte: A autora (2016).

Fotografia 8 – Grupo Folclórico de dança *Kantuta Caporales* – bolivianos



Fonte: A autora (2016).

Fotografia 9 – Grupo Folclórico de dança *Kantuta Caporales*



Fonte: A autora (2016).

Assim se justifica porque as festas bolivianas, com toda sua beleza e diversidade cultural, realizadas em alguns locais de visibilidade, como é o caso do Memorial da América Latina e a Praça Kantuta, tornaram-se um promissor canal de diálogo com a cidade de São Paulo, veiculando uma nova imagem do grupo, pois no disputado jogo identitário, existir socialmente é ser reconhecido como diferente (SILVA, 2012, p. 90).

A comunidade boliviana, de certa forma tenta reproduzir em São Paulo todo um modo de vida. Deve-se considerar, entretanto, que esse processo será sempre mediado pelas interferências produzidas pelo modo de viver e que serão representados na cidade pelos moradores locais. As atividades culturais bolivianas na metrópole, não são mais a cultura pura trazida da Bolívia e que foi transmitida de geração para geração. Ela será permeada, por todas as influências recebidas por esses migrantes ainda em sua Terra Natal e, posteriormente, pelas influências recebidas no país de adoção. Essa assimilação da cultura local não diminui a cultura de origem, haja vista que é exatamente o produto e o processo do modo de viver daqueles que ela representa.

De acordo com Fernandez (2015, p. 54), em sua tese de doutorado, nas entrevistas realizadas com os imigrantes bolivianos, inseridos nesse contexto sociocultural, a preocupação com a manutenção de sua cultura no país receptor, ou seja, mesmo distantes de seu país anseiam por ter um mínimo de subsídios para reconstruir sua cultura. O desejo de passar seus conhecimentos e tradições de seu povo para seus descendentes, como uma estratégia de recriação de uma identidade ou de identidades bolivianas na cidade de São Paulo, explica um entrevistado que “(...) nós estamos num mundo globalizado. Eu acredito que cada um tem que preservar sua cultura” (FERNANDEZ, 2015, p. 60), e o mesmo entrevistado continua: “(...) a cultura vai acabar. Aqui em São Paulo não tem uma raça definida, tem americano, tem asiático, tem de tudo. Tem nordestino e tem boliviano”.

Outro depoimento marcante na tese de doutorado de Fernandes (2015, p. 68) afirma que para entender esse processo de afirmação e conhecimento do papel do imigrante no país de destino o entrevistado acredita que “vou ensinar para minha esposa, a falar espanhol, vou ensinar as coisas, e os costumes bolivianos, que são muito ricos” E, em

seguida “(...) eu preciso passar isso para meus filhos também. Vou com certeza, mas outras pessoas não. Sentem vergonha de ter nascido na Bolívia, quer apagar aquilo, mas o rosto não engana. É a identidade”.

As narrativas colhidas dessa tese nos guiam para entender a assimilação e os desejos de fortificar as manifestações da cultura boliviana em São Paulo, outros estrangeiros, como relata a autora, traçam a estratégia do distanciamento, mantendo estigmas atribuídos a eles pela sociedade local.

Silva (2012, p. 99) informa que os imigrantes bolivianos estão criando territórios, espaços de representação de sua cultura na cidade e, desse modo, conseguem se enxergar como parte integrante do território que ajudaram a construir. Evidencia-se, portanto, que é visualmente, marcante em locais de cultura na cidade de São Paulo e que representam a comunidade boliviana, aspectos relevantes dessa imigração, alguns termos como aculturação, assimilação e identificação, demonstram como entender essa troca de cultura e, se assim será natural ou arduamente, isso dependerá do contexto em que se encontre esse imigrante que, em grande parte, sofre por desconhecer seus direitos dentro de um novo país.

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BOLIVIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Frente à impossibilidade de construir atos, para evitar cair em ritos, a arte escolhe ser gesto. (CANCLINI, 2015, p. 135)

A partir de uma caminhada pelo centro da cidade de São Paulo, já percebemos um mosaico cultural se formando. Aos sotaques dos brasileiros, somam-se idiomas como o espanhol, árabe, créole,²⁹ francês e dialetos africanos, além de uma diversidade de rostos, vestimentas, temperos e culturas. São os novos rostos da imigração contemporânea na cidade e que já deixam suas influências. E, da mesma forma como os imigrantes anteriores (italianos, portugueses, japoneses e espanhóis) deixaram suas marcas culturais na cidade, esses novos grupos também tentam contribuir para a construção de sua identidade cultural e, assim, influenciam novos imigrantes, refugiados e brasileiros a participarem desse movimento de entendimento do outro.

Ao abordar a cultura imigrante, percebem-se várias multiplicações de se criar um caminho e, por meio dele, se passam a construir mecanismos que levem esse imigrante a sobreviver na cidade onde escolheu viver. A variedade de restaurantes e as comidas típicas apresentadas por ele e as festas folclóricas ou devocionais que se multiplicam na cidade, atualmente, demonstram esse poder de crescimento e mostram que a assimilação e a aquisição da cultura local ganham novos contextos, não mais como caminho de aceitação, mas sim, como um modo de conservação e preservação da cultura de origem.

Cabe analisar agora as matrizes que formaram a nossa cultura, oriundas dos povos indígenas, africanos e europeus. De acordo com Holanda (2003, p. 44), elas precisam ser relembradas, para que se inicie

²⁹ O termo crioulo (créole em francês) designava, inicialmente, os colonos brancos, de ascendência francesa e/ou espanhola da Luisiana. Posteriormente, o termo também passou a abranger os negros, mulatos e índios aculturados pela cultura de origem francesa da região. (DEPESTRE, 1980).

um processo de desconstrução dos preconceitos ainda presentes na nossa população. Entender os processos de ressignificação de elementos culturais realizados pelos negros e mestiços no Brasil e pelos indígenas e *cholos* da América Hispânica (SILVA, 2005, p. 40). Segundo o mesmo autor e obra, esse é o primeiro passo para que o diálogo entre as diferentes culturas se aproxime e seja capaz de vencer preconceitos e etnocentrismos, tão aviltantes e empobrecedores.

O trabalho com culturas vivas que, em nosso caso, são os imigrantes bolivianos, resultou em um maior interesse na totalidade de cada cultura. Percebe-se, cada vez mais, que praticamente nenhum traço cultural pode ser compreendido, se for tomado fora do contexto geral. A tentativa de se conceber uma cultura toda como se estivesse sob o controle de um único conjunto de condições não resolve o problema (CUCHE, 1999, p. 17).

Nosso desejo de entender o significado de uma cultura como uma totalidade nos leva a considerar descrições de comportamentos padronizados apenas como um recurso que acarreta outros problemas. Deve-se, nessa lógica informa Cuche (1999, p. 22), “compreender o indivíduo vivendo na sua cultura e a cultura vivida por indivíduos”. Se pensarmos que a cultura não é estática, e sim, continuamente construída e desconstruída, em uma metrópole como São Paulo, esses fluxos migratórios são importantes para a dinâmica das relações culturais.

Nessa perspectiva, foram estudados três locais que aglutinam bolivianos na cidade: a praça Kantuta, no Pari; a rua Coimbra, no Canindé, e o Memorial da América Latina, na Barra Funda. Esses territórios, embora pertencentes à cidade de São Paulo, passaram a ser palcos de importantes manifestações culturais da comunidade boliviana em diferentes momentos do ano, como uma forma de veicular e negociar novas identidades.

Entender esse indivíduo em sua subjetividade e complexidade requer conhecimento do que vem a ser a cultura dos imigrantes. Esses que, por sua vez, sofrem preconceitos e discriminações.

A expressão cultura dos imigrantes de acordo com Cuche (1999, p. 36) surgiu na França nos anos 1970 e encontra rapidamente muitos adeptos. Devemos nos perguntar por que esta noção não foi utilizada antes e por que obteve certo sucesso naquele momento.

Para Eagleton (2011, p. 50), a palavra cultura é, ao mesmo tempo, ampla e restrita, para que seu alcance seja de muita utilidade. Para o autor,

seu significado antropológico abrange tudo, desde estilos de penteado e hábitos de bebida até o modo como dirigir a palavra ao “primo de segundo grau de seu marido” (IDEM).

No cerne da antropologia, Cuche (1999, p. 41) esclarece que na passagem de uma cultura primitiva à outra mais avançada, o entendimento do que é cultura para o sujeito vai além de complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico, é aquele conjunto complexo que inclui também, conhecimento, arte, moral, lei e quais outros hábitos e capacidades adquiridos pelo ser humano como um membro da sociedade.

Nesse sentido, a cultura se torna algo compartilhado geneticamente, ou como informa o sociólogo Hall (2005a, p. 65), dá crença ao que os seres humanos são e que lhes foi ensinado. O mesmo autor (2005a, p. 67) propõe uma concepção de cultura igualmente generosa, como as práticas vividas ou ideologias práticas que capacitam uma sociedade, um grupo ou uma classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido a suas condições de existência.

É ainda Hall (2005a, p. 85) quem informa que temos duas maneiras diferentes de conceituar a cultura: a primeira conceituação relaciona cultura à soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem suas experiências comuns. Dessa forma, a concepção de cultura passa a ser em si, socializada e democratizada, e não consiste mais na soma do melhor que foi pensado e dito, considerado como os ápices de uma civilização plenamente realizada daquele ideal de perfeição para o qual, num sentido antigo, todos aspiravam. Mesmo a arte designada anteriormente como uma posição de privilégio, uma pedra-de-toque dos mais altos valores da civilização, é agora redefinida como apenas uma forma especial de processo social geral.

Se a primeira ênfase levanta e retrabalha a conotação do termo cultura com o domínio das ideias, a segunda ênfase é mais deliberadamente antropológica e enfatiza o aspecto de cultura que se refere às práticas sociais. Mesmo que de forma simplificada, a cultura é um modo de vida global. Nesse contexto, a teoria da cultura é definida por Hall (2005b, p. 48) como: “(...) o estudo das relações entre elementos em um modo

de vida global”. Assim, a cultura não é uma prática, nem apenas a soma descritiva dos costumes e culturas populares das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de estudos da Antropologia.

A cultura é um padrão de organização, um conjunto de formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas “dentro de identidades e correspondências inesperadas” (HALL, 2005b, p. 55). Pensar a cultura é, portanto, uma tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo de relacionamentos e comportamentos.

Para que possamos entender a cultura de diferentes formas e seguindo uma linha aristotélica para essa conceituação, Eagleton (2011, p. 67) ensina que há cultura quando as pessoas negociam maneiras apropriadas de agir em contextos específicos por meio de seu conhecimento implícito do mundo. Segundo o autor, seria mais uma espécie de saber- como do que de um saber- por que, ou seja, mais um conjunto de entendimentos tácitos ou de diretrizes práticas do que um mapeamento teórico da realidade. Especificamente, pode ser entendido como o âmbito inteiro de práticas e representações graças a qual realidade (ou realidades) de um grupo social é construída e mantida.

A ligação antropológica do nosso objeto é de extrema importância, uma vez que nosso problema de investigação identifica esse processo de adaptação cultural de um povo em um novo local. No caso em estudo, ao chegar à cidade de São Paulo, esse imigrante se depara com vários cenários e, de acordo com seus critérios (voluntários ou involuntários), são levados para determinados locais e, a partir de então, tentam assimilar a cultura local, desenvolvendo mecanismos e técnicas que lhes são subjetivos na busca de aceitação.

Hall (2005a, p. 93) assim complementa a informação: “a maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa e, constantemente, são revisadas e transformadas em resposta às experiências migratórias”.

Para pensarmos a cultura e os fluxos migratórios na América Latina e, diante desse fluxo, disponibilizar mecanismos para que sejam quebradas algumas perspectivas negativas, é preciso compreender em toda a sua complexidade, como informa Hall (2005a, p. 99), que tipo de comunidade

esses indivíduos formam? Qual seu relacionamento com a sociedade na qual irão penetrar? Quais são as estratégias mais adequadas para sua plena integração a essa sociedade? E não se tratam de respostas fáceis, pois requerem, além de comprometimento dos governos responsáveis para amenizar a problemática social da imigração, dependem também do preconceito da população que recebe esses imigrantes.

Os bolivianos na cidade de São Paulo sentem essa dificuldade e, ao chegarem à metrópole, percebem que o que era promissor, passado na TV, ao se depararem com a realidade, verificam o quanto é cruel entrar em uma cultura diferente da sua porque, muitas vezes, seus comportamentos não são aceitos. Os imigrantes que chegam à cidade também, dependendo da faixa etária – por exemplo, jovens de até 40 anos – para tentarem essa aproximação com a comunidade local, sentem, principalmente pelos mais idosos imigrantes bolivianos, essa rispidez em não aceitar a assimilação de uma cultura diferente da sua. Com isso, esse imigrante cria territórios que lhes são particulares, espaços de representação de sua cultura na cidade, pois assim conseguem se enxergar como parte integrante do território, embora ainda sem que essa aproximação gere maiores alterações em sua identidade de origem, como ensina Fernandez (2014, p. 8).

O processo de adaptação na cidade de São Paulo ocorre, de forma gradativa e o que não era perceptível na chegada, com o passar dos anos, se torna aceitável. No depoimento abaixo, extraído do artigo Identidades e territórios bolivianos em São Paulo: O lugar do outro, Fernandez (2014, p. 10)³⁰ aponta que a Bolívia já não é mais vista como seu território, o Brasil é o novo território, daí ocorrerem tentativas de reterritorialização ou aproximações culturais entre costumes e tradições bolivianas e tradições de brasileiros.

Me identifiquei, aqui é confortável, me sinto bem. Então, quando você sente bem, confortável naquele lugar, você quer ficar. Mas você tem uma lembrança de onde você veio.

(...) Se você não tem base, fica onde? No ar? Não é ninguém.

³⁰ Identidades e Territórios Bolivianos em São Paulo: O Lugar do Outro. Artigo apresentado no VII Simpósio Nacional de História Cultural – História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, na Universidade de São Paulo (USP/São Paulo). 10 e 14 de novembro de 2014.

Eu me sinto tão à vontade aqui, que é praticamente meu lar (normal), me sinto como se tivesse nascido aqui também. (...) sentiria muito mais, se fosse embora daqui do Brasil, sentiria muito. Eu já fui para o Rio de Janeiro e meu coração ficou partido de saudade daqui e voltei, verdade me asfixiava naquele lugar, tinha que voltar, deixa a poluição, deixa a rinite, deixa o trânsito, mas eu tinha que voltar.

Para o indivíduo em trânsito, os vínculos sociais assumem extrema relevância, pois traduzem a forma de vida que ele levará nos próximos anos com mais ou menos conforto, nos momentos de descanso e, principalmente, com o apoio emocional e o acolhimento que a comunidade de conterrâneos poderá lhe oferecer durante sua jornada. Nessa análise, a Bolívia já não é mais vista como seu território, o Brasil passa a ser seu novo espaço e, a partir deste país, poderão reconstruir seus laços e ocorrerão as aproximações culturais entre os costumes e tradições bolivianas e as tradições brasileiras.

Fernandez (2014, p. 14) conta que a comunidade paulistana, identificada em sua pesquisa de doutorado e com a qual os entrevistados (bolivianos) se relacionaram e se relacionam, os receberam com estranheza e com uma pré- imagem negativa, estereotipada, de imigrantes pobres, sujos, explorados pelos próprios conterrâneos e que estão fora do contexto social da capital, devendo, portanto, retornar para seu país.

Esse estereótipo do imigrante também é descrito por Canclini (2015, p. 46) como parte de culturas populares, enquadradas como culturas indígenas da América Latina. Assim, tal imagem se diferencia pela hipótese de que as chamadas culturas populares, ou seja, as sem tradição, são culturas em si mesmas e são culturas diferentes. Nosso pensamento resiste em entendê-las como subculturas, partes de um sistema de dominação. Mesmo para Canclini (2015, p. 55), que inclui em suas escritas a dominação em suas análises e reconhece entre as causas que originam as culturas populares a distribuição desigual do patrimônio global da sociedade, a especificidade do trabalho antropológico consiste em estudar essas diferenças.

A temática da identidade vem se difundindo há duas décadas entre as diversas disciplinas sociais, ou seja, vai da Sociologia à Antropologia, à Psicologia Social, à História, à Ciência Política e à Geografia

Humana. Desse modo, promovendo o ensino de se estabelecerem diferentes abordagens e conceituações associadas a um grande conjunto de empreendimentos desta pesquisa.

Estudos a respeito da identidade têm sido desenvolvidos recentemente devido ao crescente reconhecimento, tanto por parte da opinião pública como do poder político nos países democráticos, que se definem a si próprios como Estados de Direito, do direito à diferença e à afirmação cultural dos valores e referências de grupos e de comunidades minoritárias (TRINDADE, 2006, p. 75). Na atual década, os movimentos internacionais de migrações são um fator muito importante para que as sociedades do presente assumam uma natureza multicultural.

Nessa linha Hall (2003, p. 152), “o multiculturalismo descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum”, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original.

O multiculturalismo pode ser definido por Wieviorka (2006, p. 122) como uma “política pública inscrita nas instituições, no direito, na ação governamental (ou local) para dar às diferenças culturais ou, ao menos a algumas dentre elas, um reconhecimento no espaço público”. Nesse sentido, o conceito de identificação acaba por ser um dos poucos pontos desenvolvidos na teoria social e cultural, quase tão ardilosa, embora preferível, quanto o de identidade. Ele não nos dá, certamente, nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que têm assolado o último. Para Hall (2005b, p. 87), “as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença, assim, é improvável que elas sejam puras”. Nessa linha de reflexão, o autor pondera que a identificação, caracterizada pela estabilidade, é desafiada. E o mesmo autor (2005b, p. 189) destaca que as pessoas pertencentes a culturas híbridas mantêm vínculos com a cultura do país de origem e, ao mesmo tempo, elas são constrangidas a negociar com a nova cultura sem perder completamente suas identidades. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia.

Os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por raízes, heranças, passado, memória etc., como por traduções (estratégias para o futuro, rotas, rumos, projetos etc.). Ainda, de acordo com Hall

Os indivíduos traduzidos têm de aprender a habitar pelo menos duas identidades, falar duas linguagens culturais e, conseqüentemente, traduzir e negociar entre elas. Diferentes identidades culturais de diferentes culturas são absorvidas pelo imigrante e tornam-se parte de suas identidades sociais (2005b, p. 92).

Resta-nos buscar compreensões tanto no repertório discursivo quanto no psicanalítico, sem nos limitarmos a nenhum deles. Trata-se de um campo semântico demasiadamente complexo para ser deslindado aqui, mas é útil estabelecer, pelo menos, sua relevância para a tarefa que temos à mão.

A Identificação é um conceito central na compreensão que a criança tem na fase edipiana, de sua própria situação como um sujeito sexuado. O conceito de identificação tem sido retomado, nos estudos culturais, mais especificamente na teoria do cinema, para explicar a forte ativação de desejos inconsistentes relacionados a pessoas ou imagens, possibilitando a que se veja na imagem ou na personagem apresentada na tela. Hall e Woodward (2014, p. 110) acreditam que “(...) diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes”.

Assim, a identidade é, na verdade, relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo cigarros que são fumados). Nessa lógica, a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. De acordo com Hall (2005b, p. 95) se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou interdito, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. Nesse aspecto, há certa afinidade linguística ou cultural entre o imigrante e o país onde vai estabelecer sua residência.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e às relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. E, por meio da diferenciação social, essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais (HALL; WOODWARD, 2014, p. 110).

Para Hall (2005b, p. 99), ao abordamos o sistema de representação, é necessário analisarmos a relação entre cultura e significado e somente podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas, se tivermos alguma ideia sobre quais posições de sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior. Abordaremos aqui outro momento do circuito da cultura: aquele em que o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A representação, segundo Hall e Woodward (2014, p. 111), inclui práticas de significação e sistemas simbólicos, por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.

De certa forma, a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade – tal como a da feminilidade loira e distante ou a da masculinidade ativa, atrativa e sofisticada dos anúncios.

Somos constantemente constrangidos, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também, pelas relações sociais, como argumenta Rutherford

a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora (...) a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (1990, p. 20, tradução nossa).

A formação da identidade ocorre nos níveis local e pessoal. Para explicar questões globais e entender a chamada crise global de identidade, citamos Laclau (1990, p. 40), que se refere a essa crise como deslocamentos. As sociedades modernas, ele argumenta, “não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros”. Houve um deslocamento dos centros e, nesse contexto, podemos argumentar que um dos centros foi deslocado é o da classe social, ou seja, cada vez mais pessoas participando do processo de decisão e procurando condições de sobrevivência em outro país ou cidade, onde possam se desenvolver, seja de forma, profissional, pessoal e social.

Entretanto, argumenta Laclau (1990, p. 41), isso não deveria desencorajar o deslocamento, pois segundo ele, “[...] tem características positivas”. O mesmo autor (1990, p. 41) esclarece que desarticular as identidades estáveis do passado, abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que ele chama de “[...] recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação” (LACLAU, 1990, p. 41).

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença, e não, fora dela. Se as identidades só podem ser lidas a contrapelo, isto é, não como aquilo que fixa o jogo da diferença em um ponto de origem e estabilidade, mas sim, como aquilo que é construído da diferença, na diversidade ou por meio dela, sendo constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora, como podemos, então, compreender seu significado e como podemos teorizar sua urgência para este século e para os próximos.

Hall e Woodward levantam uma série de questões apresentadas por esses novos modelos de se conceber a identidade

é ainda necessário trabalhar muito sobre a questão de como o “outro” racionalizado é constituído no domínio psíquico. Como se deve analisar a subjetividade pós-colonial em sua relação com o gênero e com a raça? O privilegiamento da diferença sexual e da primeira infância na psicanálise limita seu valor explicativo para a compreensão das dimensões psíquicas de fenômenos sociais tais como o racismo? De que forma a diferença sexual e a ordem social se articulam no processo de formação do sujeito? Em outras palavras, de que forma se deve teorizar o vínculo entre a realidade social e a realidade psíquica? (2014, p. 114).

São muitas as questões que os autores descrevem, mas um ponto fundamental para esta pesquisa é entender um ser social e cultural que, ao chegar a um país desconhecido, é identificado como sujeito sobrecarregado de uma cultura ultrapassada e que, para ser aceito pelos outros, sua identidade se moldará com a convivência com seus parceiros imigrantes e com a comunidade em que vai se inserir.

As identidades, consoante Hall e Woodward (2014, p. 122), são então “pontos de apego temporário às posições de sujeito que as prá-

ticas discursivas constroem para nós”. Ou, em outras palavras, como descreveu Hall (2005a, p. 97), uma junção do sujeito às estruturas de significação, ou ainda, como o mesmo autor denomina (2005b, p. 39) “um ponto de encontro entre pessoas, denominado por ele de sutura”.

Nesse sentido, as identidades são as posições que os sujeitos são obrigados a assumir, embora sabendo sempre que elas são representações e que essa representação é construída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem ser ajustadas, idênticas aos processos de sujeito que são nelas investidos.

Os mesmos Hall e Woodward (2014, p. 123) também abordam questões ligadas à subjetividade do sujeito (identidade) e efetuam uma radical historicização da categoria de sujeito. O sujeito é produzido como um efeito do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria. Para ele, não existe tampouco nenhuma continuidade de uma posição de sujeito para outra ou para qualquer identidade transcendental entre uma posição e outra.

As diferentes interpretações simbólicas que os imigrantes compartilham, é plural. Adaptação, assimilação e acomodação são enfrentadas por esses imigrantes e, de certa forma, nos permitem uma investigação cuidadosa e, ao mesmo tempo, cautelosa. No caso dos bolivianos, a associação entre pobreza, origem étnica (indígena), a falsa ideia de falta de cultura e a ausência de documentação somam-se para composição do perfil desses indivíduos por parte daqueles que desconhecem suas origens, suas dificuldades na cidade de São Paulo e suas contribuições econômicas e culturais para o país.

Não há como deixar de reconhecer que a contribuição dos imigrantes para os países receptores e para o país de onde provêm tem sido bastante expressiva. Além de contribuírem para a circulação de divisas, colaboram também para a diversificação cultural e para a integração dos povos. Porém, mesmo com essa constatação, Silva (2012, p. 97) descreve que ocorre uma tendência mundial de discriminação, principalmente com imigrantes e refugiados, por razões variadas, dentre as quais razões políticas e culturais, agravadas pelo terrorismo internacional. Ou seja, essas análises mostram que o fenômeno migratório não pode ser ignorado e apenas considerado do ponto de vista econômico e cultural.

Esses imigrantes passaram – e ainda passam – por dificuldades, como a exploração de sua mão obra, o isolamento, a discriminação, o cerceamento de direitos e a negação às diferenças culturais, dentre outros.

Mesmo diante de várias dificuldades, se apropriam do pensamento e fazem referência aos seus antepassados, os Incas, os filhos do sol, que deixaram três valores norteadores de suas condutas: *ama keilla*, *ama suya*, *ama lulla* (não sejas mentiroso, preguiçoso e ladrão) (SILVA, 2012, p. 98).

Dessa forma, a (re)construção de uma nova identidade étnica, social e nacional entre os bolivianos estaria ancorada em alguns elementos básicos. Em primeiro lugar no *ethos* do trabalho, cuja principal concretização se situa na montagem de sua oficina de costura, na aquisição da casa própria. Um segundo elemento – esse intimamente ligado ao valor do trabalho, a religiosidade. Entre eles, é comum encontrar pessoas para as quais o sucesso econômico é atribuído a algum (a) santo (a) de sua devoção, em especial à virgem de *Urkuپیña*, considerada por eles a Virgem Construtora.

As representações culturais na cidade apontam integrações dos grupos folclóricos e também sua semelhança na busca de uma identidade perdida. Nas palavras de Silva (2005, p. 67), “as danças apresentadas pelos vários grupos seriam uma expressão da segmentação social, cultural e étnica presente nas festas, a qual é, na verdade, uma reafirmação de diferenças já existentes no país de origem”.

Esses grupos folclóricos representantes da cultura boliviana na cidade de São Paulo perpetuam o crescimento não só dos valores, mas também criam laços de renovação de sua identidade. A simbologia que complementa todo ritual sagrado, quanto às danças permite que comunidades, fora do seu país, tenham acesso a outros locais sem ao menos ter saído de seu bairro ou cidade. Essa renovação sofrida pelos imigrantes bolivianos, ao chegarem à cidade de destino, permite sua sobrevivência e a de seus familiares, concedendo-lhes integração e troca de saberes.

Dois locais na cidade de São Paulo representam a comunidade boliviana em simbologia e representação de sua cultura: a Praça Kantuta, no Pari, e a rua Coimbra, no Canindé. Outro território marcante para essa comunidade é o das festividades que ocorrem a cada ano, especialmente, no mês de agosto, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Esse conjunto arquitetônico está localizado no bairro da Barra

Funda e é representativo para as várias comunidades da América Latina e da América do Sul, pois lá ocorrem, seja no espaço aberto ou fechado, comemorações que não se restringem a uma comunidade étnica, mas que são voltadas para a diversidade e a pluralidade cultural.

O imigrante sente que faz parte da cultura local, a qual ele se integra nesses momentos, independentemente dos rumos que sua imigração lhe possibilite. Nesse espaço aberto, eles se sentem em condição para exibir os rituais simbólicos de sua cultura e do seu folclore a cada ano.

Entendendo-se aqui a adaptação desse boliviano como a percepção subjetiva do indivíduo, a qual o tornaria somente um corpo em movimento, deslocado, sem maiores possibilidades de construir uma identidade pessoal e coletiva no país que o recebe. A partir dessa situação, se conclui que é preciso ter cautela ao se fazer a afirmação de que os bolivianos vivem em harmonia com os brasileiros. Por outro lado, também é preciso ter cuidado com a asserção de que ele é uma vítima, incapaz de ser sujeito de si mesmo.

3.1 LOCAIS DE REPRESENTAÇÃO – CULTURA BOLIVIANA NA METRÓPOLE

A dinâmica da imigração boliviana ganha novos contornos na sua articulação com a metrópole paulistana. Os processos identitários e culturais na metrópole se revelam em espaços específicos, como já mencionados: na Praça Kantuta, como apontam Silva (2002-2005-2006); Alves (2012) e Zanforlin (2011). Na rua Coimbra, como relata Freitas (2014) e Zanforlin (2011) e no Memorial da América Latina, como menciona Silva (2012).

Retrataremos esses locais de identidade dos imigrantes bolivianos e exploraremos os contextos culturais em que ocorre a demarcação de território andino na cidade de São Paulo como forma de pertencimento e aquisição de direitos.

3.1.1 A PRAÇA KANTUTA

A Praça Kantuta antes de ser oficializada pela prefeitura como um dos símbolos que representam a comunidade boliviana na cidade de São

Paulo, sofreu muitas transformações. Conhecida popularmente entre os bolivianos como feira da Kantuta e também como território de encontro e reencontro entre os andinos na cidade, a praça se tornou, de certa forma, local de representação das várias comunidades da América Latina no Brasil.

Para Alves (2012, p. 77), anteriormente a 2004, a praça Padre Bento era popularmente chamada de Praça do Pari, local que abriga a Igreja de Santo Antônio do Pari. Mas foi oficializada com nome de Praça Kantuta em 2004. Nesse local, na antiga Praça Padre Bento, segundo o autor (2012, p. 78), eram ofertadas somente vagas de emprego nas confecções da cidade de São Paulo, ou seja, esse território era representado pela insegurança e desemprego, uma vez que, àquela época, muitos imigrantes viviam em condição de ilegalidade na cidade. Como já abordamos no Capítulo 2 desta dissertação, ainda hoje, grande parte desses imigrantes vivem como se fossem inexistentes na cidade.

Cabe entender o que significa a palavra Kantuta e sua simbologia, para iniciarmos este subitem. Trata-se do nome de “uma flor que nasce no altiplano andino de cor vermelha, verde e amarela, a mesma que colore a bandeira da Bolívia” (SILVA, 2006, p. 196). O nome, portanto, foi escolhido por representar o país e, por conseguinte a comunidade boliviana residente em São Paulo, de maneira que se possa nesse local se reunirem sem, necessariamente, fazer menção às diversidades étnicas e culturais que formam a Bolívia (ZANFORLIN, 2011, p. 25).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2009, p. 7) divulgou a ficha de identificação de lugares por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais sobre o Bairro do Bom Retiro, o bem de nº 146, denominando a Feira Kantuta, tornando-a um bem cultural e demarca o início dessa mudança de cenário da identidade boliviana em São Paulo. Segundo esse documento, a feira teve início em frente à igreja Santo Antônio do Pari.

A ficha 50 de Identificação de Lugares do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN (2009, p. 7) destaca também a importância do aprofundamento de estudos para complementação da identificação ou para fins de registro ou tombamento por meio do reconhecimento das “relações de sociabilidade entre brasileiros e latino-americanos que ocorrem na Feira, sejam por meio do comércio, dos serviços e das trocas culturais” (IPHAN, 2009, p. 7).

A feira apresenta características únicas dentro da comunidade local a qual pertence, por ser espaço destinado às reuniões dos imigrantes bolivianos, mas que também acolhe outras comunidades, como já mencionado no início deste Capítulo, dentre eles, peruanos, paraguaios e moradores da cidade de São Paulo. Essa característica está descrita na ficha de nº 50 do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN (2009, p. 12).

Na formação estrutural da praça, os encontros ocorriam aos domingos à tarde. Imigrantes se reuniam para rever os amigos compatriotas, degustar comidas típicas, comprar produtos típicos e até conseguir um emprego. Com o passar dos anos, percebe-se que essa construção não foi alterada, pois ao passar em frente à praça durante a semana (de segunda-feira a sábado), percebemos o imenso vazio, ao passo que, no domingo, a partir das onze horas da manhã ocorrem alterações visuais nesse espaço.

A praça Kantuta também é conhecida por sua diversidade cultural, uma vez que as danças oriundas da Bolívia têm representação significativa todo domingo.

Em São Paulo, a primeira edição das celebrações em homenagem a santa, foi realizada com poucas barracas na Praça do Pari em São Paulo, no ano de 1999. Geralmente, no dia 6 de agosto, ocorre a cerimônia de abertura, com alguns representantes da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Concluída essa fase da cerimônia, o festival continua com a entrada do *Ekeko*³¹ em pessoa que, nos últimos seis anos, foi representado pelo Dr. Rolando Panoso Téran, presidente da Sociedade Folclórica Boliviana, o qual é acompanhado por um grupo de dançarinos (ZANFORLIN, 2011, p. 27).

Dando seguimento à festa, o grupo folclórico apresenta algumas danças típicas, entre elas a *morenada*,³² a *diablada*³³ e o *caporales*³⁴, dentre

³¹ Um Deus familiar Aimará que simboliza fecundidade, alegria, abundância e prosperidade. O termo Aimará “Alasita” significa “compra-me”.

³² Dança típica que remonta uma característica de algumas danças andinas, criadas com o objetivo de criticar a censura e o ridículo – nesse caso, o sofrimento da população negra que atinge o platô.

³³ Dança do diabo mostra uma visão de mundo profundamente enraizada no culto andino de “Supay” mal do “Huari”, deus das montanhas – corresponde ao diabo da liturgia católica.

³⁴ Caporales é uma dança tradicional da Bolívia, originada no Departamento de La Paz, criada e apresentada ao público pela primeira vez em 1969 pelos irmãos Estrada, que foram inspirados na Saya – uma dança

outras, tudo em homenagem ao Deus da abundância e, assim, a festa segue durante todo o dia. (SILVA, 2002, p. 83). No mesmo dia, ocorre também a procissão das Imagens de Nossa Senhora de *Copacabana* e Nossa Senhora de *Urkuipiña*, em homenagem à cidade de La Paz, que festeja o 1º grito libertário das Américas, conforme Fotografia 17.

A praça Kantuta, além de ser um espaço de manifestação cultural, é local de vários encontros: várias redes de comunicações e solidariedade são acionadas, pois por lá passam cerca de 3 mil pessoas todos os domingos (SILVA, 2002, p. 86) e, segundo Zanforlin (2011, p. 30), esse número aumenta a cada ano.

As redes migratórias formadas na Praça Kantuta podem ser definidas, de acordo com Truzzi (2008, p. 203), como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”.

Fazito apresenta outra definição e também destaca algumas funções sociais das redes migratórias, que assim descreve

(...) agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (2002, p. 154).

Nesse sentido, essas reuniões sociais que ocorrem aos domingos na praça têm início muito antes do domingo e até se ligam fora do território físico, fato que a torna símbolo também das novas gerações que são identificadas pelas redes sociais.

Na atualidade, a administração da praça ficou a cargo da Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento, que obtém subsídios dos próprios feirantes para construção ou manutenção dos equipamentos existentes no local. A regulamentação da praça ocorreu no dia 24 de setembro de 2004, por meio de um decreto oficial nº 45.326, da Secretaria do Governo Municipal da cidade de São Paulo, no qual consta em Silva

(...) fica denominado Praça Kantuta, (...) o espaço livre sem denominação delimitado pelas Ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias e por equipamentos institucionais (...) situado no Distrito do Pari, da Subprefeitura da Mooca (2005, p.80).

O mesmo autor descreve que o cenário da Praça Kantuta, em São Paulo, é semelhante as feiras que ocorrem na Bolívia. Sua composição atual parece transplantada do Altiplano boliviano, lembrando uma tradição não muito distante em que as praças das cidades eram locais de encontro para as populações que viviam ao redor delas.

Além do reconhecimento das relações de sociabilidade, o IPHAN faz a identificação de outros bens mencionados nesta ficha, graças à

importância das manifestações culturais latino-americanas, como danças, festas, língua e culinária, em especial a boliviana, na Feira Kantuta, como preservação da identidade cultural para as novas gerações (2009, p. 7).

Alguns fatores demarcam esse território carregado de significados e intensificam o processo de aceitação do outro como parte integrante das várias etnias que compõem a metrópole. O incômodo com a presença estrangeira e as manifestações de seus costumes e alguns rituais culturais, causam na população local estranhamento e preconceito, ainda mais quando esse outro carrega consigo marcas étnicas.

Dessa forma, a paisagem da praça Kantuta se apresenta como repositório de uma identidade emergente. Por sua vez, essa deve ser lida pela chave da diferença ou da alteridade? Como argumenta Canclini (2015, p. 70), ou é porosa aos contatos interculturais, não apenas em relação a cidade de São Paulo, mas inclusive, a outras comunidades migrantes? (SILVA, 2005, p. 41). Destaca-se que são mais decisivas – nessa perspectiva do autor – a desigualdade social e as diferenças entre as culturas, as quais geram estigmatização. Para ele, essas reações produzem exclusão do imigrante boliviano nas cidades onde eles sobrevivem.

A pergunta lançada por Canclini (2015, p. 77) é respondida pelo próprio autor da seguinte forma: na medida em que a desigualdade socioeconômica lhes afigura imutável, alguns movimentos étnicos tendem a se concentrar nas diferenças culturais ou até mesmo genéticas: “(...) quem supõe que sua maior fortaleza reside nas diferenças culturais tende a absolutizá-las” (2005, p. 87).

Camargo complementa a passagem acima com entrevista da assistente social Maria Vieira, que coordenava a brinquedoteca até 2010, atualmente o núcleo encontra-se sem coordenação. Explica Maria Vieira que o ato de integrar as comunidades é visto por muitos imigrantes como uma saída para a busca de alteridade.

As crianças bolivianas também têm seu espaço social na praça. Elas brincam com outras crianças do bairro na brinquedoteca construída pelos próprios feirantes. (...) percebemos que os filhos também carregam o preconceito dos adultos. Então, brincar junto é uma maneira de quebrar essas barreiras (2006, p. 39).

O espaço, ainda em fase de estruturação, funciona todos os domingos e busca voluntários para brincar com as crianças³⁵. Esse espaço permanece na praça com sistema ainda de voluntariado para sua manutenção.

A intervenção de grupos ativos de manifestações sociais imigrantes foi providencial junto à prefeitura, levando os apelos da comunidade para encontrar um espaço próprio para esses encontros. De acordo com Zanforlin (2011, p. 33), um depoimento chamou a atenção em seu processo de construção da tese de doutoramento, foi o de Dom Carlos, presidente da Associação Cultural da Kantuta, em depoimento datado de outubro de 2009 “não queremos que vocês não tenham mais onde se encontrar, mas queremos dar-lhes um espaço”.

Nessa praça, diferentes grupos hispânicos se reúnem aos domingos para recordar, por meio de comidas típicas, músicas, futebol e barracas de artesanatos com objetos típicos de suas terras, as raízes que ficam a muitos quilômetros de São Paulo. “Especificamente, nesse local, há o predomínio de bolivianos sobre outras nacionalidades” (ALVES, 2012, p. 16).

A feira da Kantuta e suas festas enquadram-se no conceito dos “lugares de hospitalidade” definidos por Baptista (2008, p. 14) – locais que corroboram para a identificação das relações pessoais e ao pertencimento do grupo; os lugares de autonomia e de afirmação identitária que, por definição são lugares abertos ao outro, onde a verdadeira riqueza ou identidade não deve ser compreendida no campo material, mas sim na forma de apropriação e de partilha realizadas pelo grupo, que acontece entre a comunidade e os visitantes de fora.

³⁵ Kantuta é um pedaço de Bolívia na capital paulista (CAMARGO, 2006).

Se, por um lado, a feira contribui para reforçar a identidade cultural dos bolivianos na cidade de São Paulo, por outro, propicia a exacerbação de preconceitos e isso acaba sendo extensivo a todos eles na cidade. Ainda Silva (2002, p. 87) traz que a praça Kantuta é um território simbólico que demonstra seus sinais diacríticos, os quais o grupo escolhe para se diferenciar de outros grupos e dependem dos sinais dos outros para se manterem. Se as situações mudam, esses sinais também podem mudar.

Na Fotografia 10, temos uma visão geral da praça Kantuta aos domingos, logo em sua abertura às onze horas da manhã.

Fotografia 10 – Praça Kantuta aos domingos



Fonte: A autora (2016).

O entorno da praça Kantuta também é cercado de representações culturais criadas pelos bolivianos em São Paulo. Segundo Alves (2012, p. 99), são restaurantes com comidas típicas, que ficam abertos fora do horário de funcionamento da praça. Os televisores dentro desses estabelecimentos transmitem, via cabo, as emissoras bolivianas. A praça recebe grande número de políticos em épocas eleitorais que fazem comícios e campanha no palco, trazendo correligionários, principalmente os ligados a Evo Morales. Aos que moram no Brasil foi dado o direito a voto, o que faz da Praça Kantuta, o local onde se situa uma zona eleitoral fora da Bolívia.

Silva (2002, p. 125) complementa essa diversidade que marca a cultura boliviana na cidade de São Paulo e que fica evidente em alguns cantos como descreve “algumas tendas coloridas que compõem a paisagem da praça, são compostas também por objetos musicais, vasos e potes” o pesquisador continua “(...) entre os instrumentos musicais, há muitas variações da típica flauta de *pã* boliviana, que é tocada por grupos folclóricos”. Como demonstrado na Fotografia 11 abaixo.³

Fotografia 11 – Flautas de pã



Fonte: A autora (2016).

O artesanato é um símbolo que representa também quase todos os imigrantes bolivianos na praça Kantuta. Nessa linha Zanforlin (2011, p. 35) esclarece que a variedade de cores, modelos e tamanhos fica espalhado pelas várias barracas que compõem esse cenário. Dentre essas, estão bonecas, bolsas, canetas, representadas nas Fotografias 12 e 13.

Fotografia 12 – Artesanatos típicos do altiplano andino



Fonte: A autora (2016).

Fotografia 13 – Boneca que representa a mulher boliviana, com suas roupas típicas.



Fonte: A autora (2016).

Outra experiência que pode ser vivenciada na Kantuta, além dos instrumentos musicais e as artes, é a gastronomia. É preciso deixar que a curiosidade do viajante se sobreponha ao preconceito. A experiência gastronômica é obrigatória nesse espaço, por exemplo, está logo à entrada da feira, na rua Pedro Vicente o *anticucho* vendido pela *señora* Berta Valdés, em depoimento para o pesquisador Zanforlin (2011, p.

39), a cozinheira informa que “(...) as pessoas vêm, comem, adoram e depois perguntam o que é.”. O *anticucho* é coração de boi no espeto e esse churrasquinho vem acompanhado de batata e molho de amendoim (*maní*). Demonstrado na Fotografia 14. Uma vendedora descreve para Zanforlin (2011, p. 39) que “se perguntam antes de comer, fazem uma careta e dizem não!”.

Fotografia 14 – Anticucho – coração de boi no espeto acompanhado de batata e molho de amendoim (*maní*).



Fonte: Silva (2003).

Bem menos exóticas são as *empanadas* e *salteñas* (as duas são o que chamamos de Calzones no Brasil), vendidas em mais de dez barracas da Praça Kantuta.

A Saltenha (do espanhol *Salteña*) é um tipo de pastel assado originário da Bolívia, parece um tipo de empada suculenta, assada em forno, que pode ser recheada com legumes, carne de frango, boi, porco e contém especiarias e outros ingredientes. Tradicionalmente, o recheio é bem ensofado e consumido com colher. As adaptações sofridas por esse alimento vendidos na Feira da Kantuta podem não ser agradáveis aos visitantes por causa de determinados recheios. Assim, os consumi-

dores começaram a pedir outros sabores, como informa Alves (2012, p. 104), daí surgiram as de queijo, presunto e até mesmo as opções doces. Com formato arredondado esse prato se caracteriza por ser de preço bem acessível na Bolívia, onde seu preço por unidade é de cerca de US\$ 0,40 (quarenta centavos de dólar), mas podem ser encontradas também a US\$ 0,15 (quinze centavos de dólar).³⁶

No Brasil, o preço varia entre R\$ 5,00 e R\$ 6,00 a unidade. Abaixo, na Fotografia 15, as Empanadas; e, na Fotografia 16, as Saltenhas. A única diferença entre elas – que, por aparência são muito semelhantes, é que se acrescenta molho na carne, o que pode levar os consumidores a precisarem de garfo e faca para comer, ou tomar cuidado para se sujar. Paralelamente, as empanadas são com carne sem o molho.

Fotografia 15 – Empanadas



Fonte: boliviacultural (2012).

³⁶ A *Salteña* (BOLIVIA CULTURAL, 2012).

Fotografia 16 – *Salteñas*



Fonte: boliviacultural (2012).

Cerca de duas mil pessoas visitam a Kantuta a cada domingo e aproximadamente 90% delas são bolivianos, entre nativos e descendentes.³⁷ Hoje, esses números já foram ultrapassados, segundo Alves (2012, p. 110), e já se podem contar cerca de três mil pessoas circulando pela praça, sobretudo, em dias de comemorações.

De um depoimento dado a Camargo em sua dissertação de mestrado, transcrevemos como se expressa essa relação entre os imigrantes bolivianos e suas redes, fazendo com que o fluxo de imigrantes e não imigrantes seja constante.

Eles vêm aqui para se encontrar, se divertir e viver um pouco dos costumes de seu país, mas é cada vez mais comum encontrar entre as barracas paulistanos curiosos em conhecer melhor essa cultura, entender sua gastronomia e conviver com o diferente. Outras etnias também estão conhecendo melhor a Kantuta, uma vez que é possível observar que a comunidade africana está praticamente todos os domingos na praça (2006, p. 15).

Em sua tese de doutorado, Zanforlin retrata a cultura boliviana representada na cidade de São Paulo, por meio de sua feira, único símbolo reconhecido pela prefeitura como parte dos locais de cultura e pertencimento dos imigrantes bolivianos na cidade.

³⁷ Kantuta é um pedaço de Bolívia na capital paulista (CAMARGO, 2006).

Nas barracas de artesanato, vê-se a riqueza da cultura andina. Há muitas peças em argila – a que mais me chamou a atenção foi uma moringa cheia de detalhes entalhados – e algumas em madeira. As bolsas também fazem sucesso. ‘Trazemos quase tudo de lá, porque não se fabricam os materiais no Brasil’, diz o senhor que vende malhas e panos. Também, muita coisa é de lã de lhama, macia, leve e bem quente. Os diversos modelos de malhas têm os desenhos característicos dos Andes (2011, p. 98).

Algumas datas comemorativas no Brasil são memoradas também na Bolívia, como o dia das Mães e o das Crianças, por exemplo. A última grande festa de celebração ocorreu em 6 de agosto de 2017, quando foram celebrados os 192 anos da Independência da Bolívia.

Diante desse vasto território multicultural, informa Zanforlin (2011, p. 147) que não dá para ir embora sem uma passada nas barracas onde mais aglomeram visitantes: as que exibem programas de TV bolivianos e vendem CDs, DVDs e publicações.

Carlos Soto, um dos fundadores da praça Padre Bento, relata em entrevista para Zanforlin (2011, p. 149) que sua intenção na época era transformar todos os domingos da feira em festa: “Vamos trazer grupos folclóricos para dançar ou tocar toda semana (...)”. Isso já ocorre atualmente de forma gradual aos domingos na praça. Soto aposta na Kantuta como um ótimo programa de domingo para estrangeiros – além de poder, talvez, mudar a visão negativa que se tem sobre os bolivianos no Brasil. (ZANFORLIN, 2011, p. 151).

Essa alteração dos olhares para os imigrantes ainda ocorre graças à curiosidade: ao visitar a praça Kantuta, percebemos que, por mais adaptados que os imigrantes pareçam estar na cultura local, eles ainda sentem o peso da discriminação e, ao nos depararmos com grupos de imigrantes na praça, seus olhos sem voltam para o chão.

Outro depoimento é de um imigrante que vive em São Paulo há pelo menos quinze anos e que Baptista descreveu em sua tese de doutorado, demonstrando essa mudança visual que os nativos têm dos imigrantes.

Antes, éramos traficantes internacionais de drogas, hoje somos escravos nas confecções do Bom Retiro. Ninguém conhece nossa cultura, nem sabe que tem muito

médico boliviano, por exemplo, trabalhando em hospitais brasileiros. Estamos sempre trabalhando para os outros (2008, p. 82).

A Associação também busca outras formas de integrar socialmente a comunidade boliviana. Para Alves (2012, p. 124), a praça se tornou de certa forma um local onde o encontro de gerações, costumes e misturas de etnias acontece de maneira incisiva; onde os mais velhos querem manter as tradições e a memória do seu país, enquanto os mais jovens tentam encontrar significados diante dos eventos ocorridos tanto na praça quanto nos ambientes de fora.

As santas Virgem de *Urkupiña* e Nossa Senhora de Copacabana (*Pachamama*)³⁸ também têm lugar reservado na praça todos os domingos, em datas comemorativas e celebrações, são colocadas em uma espécie de palco e ficam até o fim do dia. Depois, são enviadas para a Igreja Nossa Senhora da Paz, por um padre responsável, conforme se vê na Fotografia 17.

Fotografia 17 – Em traje amarelo vibrante, a Virgem de *Urkupiña* e, a seu lado, a Mãe-Terra (*Pachamama*)



Fonte: A autora (2016).

³⁸ O nome “Copacabana” originalmente é Copawana que significa caminho das estrelas: copa = caminho; e wana = estrela. Conta-se que um escultor, na época em que os espanhóis maltratavam o povo, sonhou que uma mulher lhe dava um pedaço de madeira à beira do lago Titicaca. No dia seguinte, ele foi até à beira do lago e achou o mesmo pedaço de madeira. Desse pedaço, ele esculpiu uma santa que chamou de Virgem de Copacabana. A santa foi levada até a aldeia onde seu povo estava sendo escravizado pelos espanhóis. Logo depois, os espanhóis foram embora da vila. Desde então, a Virgem de Copacabana se tornou a santa padroeira da Bolívia. Ressalta-se que essa deidade era cultuada em princípio pelos indígenas e foi “catolicizada” com o passar do tempo. (ALVES. 2012, p. 70).

Apesar da mescla de elementos de várias culturas, das diferentes formas de apropriação, combinação e transformação dos elementos simbólicos, ainda subsistem os movimentos de afirmação do local. Para que possamos entender a representatividade de uma cultura imigrante, ao se instalar em um novo país e, com isso, conseguir unir elementos que não sejam marcados pela diferença, é preciso que se desenvolvam estratégias de reconhecimento do outro, da sua identidade cultural na cidade em que reside. E esse é fator preponderante para a sobrevivência do imigrante no país de adoção.

3.1.2 RUA COIMBRA

Outro espaço urbano na cidade de São Paulo que se transformou em local de sociabilidade da comunidade boliviana, nos fins de semana, é a Rua Coimbra, na região da rua Bresser, no bairro do Brás, próxima à estação de metrô de mesmo nome (FREITAS, 2014, p. 112). No início dos anos 1990, várias oficinas de costura se instalaram nessa região. Com a grande movimentação desses imigrantes no bairro, alguns bolivianos começaram a comercializar produtos do seu país ali mesmo. Então, era possível comprar cereais, cartões telefônicos para chamadas internacionais e comidas rápidas, como Saltenhas, Tucumanas³⁹ entre outras.

Com o passar dos anos e com o aumento de imigrantes bolivianos para a cidade de São Paulo, bem como a partir da proliferação das oficinas de costuras por toda a região metropolitana, a Rua Coimbra foi assumindo outras características. De acordo com a pesquisadora Freitas (2014, p. 114), essa região da cidade, junto com as regiões adjacentes do Brás e da Mooca caracterizavam-se por concentrar, desde fins do século XIX, um amplo conjunto de plantas industriais, sobretudo, da área têxtil da capital paulistana.

Atualmente, embora se mantenha um importante comércio de tecidos e artigos de cama, mesa e banho que vai desembocar, mais à frente, nas ruas 25 de março e adjacentes (nas quais se desenvolve intenso comércio popular, no qual se inclui também o comércio de roupas no atacado e varejo), a região é marcada por amplos espaços vazios (ex-plantas industriais) e pela concentração de pequenas oficinas de costura clandestinas em antigas construções.

³⁹ São as Empanadas, como conhecidas em São Paulo.

As oficinas de grande porte migraram para as redondezas e, nessa região, foram se instalando comerciantes de fios, máquinas, restaurantes, bares, casas de show noturno, pontos de chegada e saída de ônibus da Bolívia e, aos poucos, ocorreu uma intensa movimentação nos comércios durante a semana, além de uma feira de rua aos sábados e domingos. Segundo Freitas (2014, p. 120) no trecho da rua situado entre a Rua Bresser e a Costa Valente, os comércios estão todos identificados no idioma espanhol e mais de 95% dos imóveis são ocupados por bolivianos. Portanto, o diferencial entre a Praça Kantuta e Rua Coimbra é que os eventos na praça ocorrem apenas aos domingos, enquanto que, na Rua Coimbra, os estabelecimentos permanecem abertos durante toda a semana.

De maneira similar ao que ocorre na feira da Praça Kantuta, a rede de comércio e de serviços estabelecida nessa rua possibilita a esses migrantes tanto o estabelecimento de relações socioculturais, linguísticas, alimentares e materiais com seus locais de origem na Bolívia.

A pesquisadora Freitas (2014, p. 125) – autora de uma pesquisa de campo junto a essa comunidade, realizada em 2012, para sua tese de doutorado – descreve passo a passo como ocorre a inserção desse povo na comunidade receptora por meio das oficinas de costura. E, mesmo esse imigrante não tendo experiências anteriores com o manuseio de algum equipamento desse porte, ele se arrisca a buscar melhores oportunidades de trabalho, social e familiar. A pesquisadora (2014, p. 126) descreve ainda que o acesso a informações e oportunidades de trabalho vinculadas ao mundo social das oficinas de costura bolivianas foi e continua sendo fundamental, para que a rede de sociabilidade desses imigrantes ganhe profundidade e eles consigam se inter-relacionar com seus conterrâneos.

Nesse sentido, por meio da perspectiva das relações socioculturais e alimentares, podemos entender que, na Rua Coimbra, existem restaurantes com comidas típicas bolivianas; pequenos armazéns que vendem produtos trazidos diretamente da Bolívia, a cada 10, 15 dias (como batata e milho desidratados); salões de cabeleireiro; bares com pista de dança para divertimento noturno; e comércio ambulante de CDs e DVDs de produção latino-americana; bijuterias, além de comidas bolivianas.

Quanto ao ponto de vista dos recursos materiais disponíveis, Freitas descreve que há

- a) um centro de ligações telefônicas de uma empresa boliviana e a venda ambulante de cartões telefônicos para ligações internacionais;
- b) escritórios, nos quais se realizam remessas de maneira informal;
- c) saída semanal de ônibus clandestinos diretamente para as principais capitais bolivianas (Santa Cruz, Cochabamba e La Paz) (2014, p. 134).

Luis Vásques, que é integrante da ASSEMPBOL (Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra), localizada na própria rua, menciona em entrevista cedida para o pesquisador Zanforlin (2011, p. 155) que “é um fato histórico, saímos da repressão para a aprovação total. Felizmente, os tempos mudaram e estamos gratos à administração por ter trazido um novo olhar para os imigrantes”. E o entrevistado continua: “(...) quem sabe, agora, a gente consiga incluir outras festas no calendário” (ZANFORLIN, 2011, p. 155).

O que fica evidente nesse local é que, enquanto os primeiros imigrantes europeus eram considerados pessoas importantes que vieram para ajudar o Brasil, hoje, latinos e demais povos são considerados em muitos países como inimigos e terroristas que causam problemas sociais, tornando-se indesejados e sendo muitas vezes discriminados. Para além desse fato, os imigrantes bolivianos sofrem rejeição e abandono, o que, consequentemente, os faz sentirem medo e solidão, em razão da forma como parte da sociedade os vê.

Por esse ângulo, só é bem-vindo ao país quem atualmente aporta tecnologias, mão de obra especializada e também grandes empresários com poder de investimentos na cidade. Assim, o processo de adaptação com a cultura local é cada vez mais dificultado em virtude da não inserção desse imigrante nas comunidades às quais eles querem pertencer.

Diferentemente, da praça Kantuta, a rua Coimbra não tem qualquer estrutura e, muitas vezes, o que percebemos ao visitar o local é que ainda estão em busca de reconhecimento de um novo espaço. As mulheres nesse local, ganham grande visibilidade uma vez que há, bem no fim da rua, um espaço para as crianças brincarem e enquanto

brincam, suas mãos revendem em barracas improvisadas as comidas típicas e também os sucos e chás bolivianos, que estão representados nas Fotografias 18 e 19.

Fotografia 18 – Boliviana vendendo sucos e chás bolivianos



Fonte: boliviacultural (2012).

Fotografia 19 – Placa indicando petiscos e pratos bolivianos



Fonte: boliviacultural (2012).

A rua Coimbra, por localizar-se nas proximidades de Igrejas Evangélicas, recebe grande fluxo de pedestres e carros que circulam livremente pela rua. Ao caminharmos pela rua Coimbra, não se nota qualquer agente

da prefeitura proibindo a passagem desses veículos. Na Fotografia 20, vista geral da Rua Coimbra aos sábados e domingos, destacando-se que os dias de maior movimento são aos domingos, tornando assim, local de disputa com a praça Kantuta.

Fotografia 20 – Rua Coimbra – aos sábados e domingos



Fonte: boliviacultural (2012).

Não se pode negar ou camuflar a consolidação do processo migratório que ocorre atualmente na nossa sociedade e que, certamente, continuará sendo um fenômeno marcante na história mundial, uma vez que, apesar de contraditório e complexo, tem a propriedade de enriquecer a humanidade com sua pluralidade cultural. Assim, o fenômeno migratório se apresenta contraditório e complexo, pois, ao mesmo tempo em que os imigrantes são indesejados, eles possuem outros costumes, outra cultura, outro jeito de viver e de se comportar, o que enriquece quem os conhece e quem com eles convive.

3.1.3 MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

O Memorial da América Latina recebe várias comunidades imigrantes, para que comemorem suas datas festivas em seu entorno e dentro dos locais de desfiles. Desse modo, acolhe também as comemorações bolivianas que, uma vez ao ano, celebram a sua Independência com rituais mágicos e símbolos que marcam a sua imigração.

Inaugurado em 1989, o conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer tinha como objetivo estreitar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil com os demais países da América Latina, em uma época quando as divergências de interesse eram enormes. Foi criado, inicialmente, o Instituto Latino- Americano, que possuía um acervo bibliográfico de cerca de dez mil itens, além de diversos tipos de materiais audiovisuais relacionados à cultura latino-americana, acervo que, hoje, pertence à biblioteca do Memorial⁴⁰.

A Praça Cívica (ou Praça do Sol), além de ser um dos principais pontos do Memorial, foi pensada para que, posteriormente, pudesse comportar festas, shows e oficinas, com capacidade para 40 mil pessoas. É interligada à Praça da Sombra, situada do outro lado da rua e conhecida por possuir uma grande área verde, com 160 palmeiras.

Locais, como o Memorial da América Latina, permitem reencontros e são momentos de representações e símbolos. Nesses momentos, a territorialidade dos imigrantes bolivianos é demarcada, eles se esquecem – pelo menos por um dia – de seus sofrimentos e seguem para um desfile em comemoração à fé boliviana nas virgens de *Copacabana*, *Urkuپیña* e *Del Socavón*, além de celebrarem os aniversários do Estado Plurinacional da Bolívia.⁴¹

A maioria das pessoas que frequentam o Memorial nesse dia acredita que o evento é um desfile, como se fosse o carnaval para os brasileiros. A programação é diversificada, com grupos folclóricos de danças e músicas, divididos em várias categorias, além de uma feira gastronômica e de vendas e mostras de artesanato típicos da Bolívia. Uma das atrações da festa são as apresentações da *Palla* do Folclore Boliviano no Brasil. *Palla*, na língua *quéchua*, significa a escolhida na cultura boliviana, comparada à adolescente virgem que representa a terra ainda não fertilizada, um novo símbolo da mãe terra.

Parte das danças apresentadas no carnaval orureño⁴² (*tarqueada*, *diablada*, *morenada*, *tinkus*, *caporales*, *cueca* entre outras) na Bolívia animam

⁴⁰ Kantuta é um pedaço de Bolívia na capital paulista (CAMARGO, 2006).

⁴¹ Ver nota 40.

⁴² Em 2001, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) declarou o Carnaval de Oruro, como obra mestra do patrimônio oral e intangível da humanidade, reconhecendo, assim, o valor religioso e cultural que expressa essa festividade por meio da música e da dança.

as festas devocionais na cidade de São Paulo. Cada uma dessas danças, retrata um pouco da diversidade étnico-cultural andina e boliviana, rememorando a história do encontro/desencontro que marcou as relações entre indígenas, espanhóis e africanos na época colonial.

Segundo Silva (2012, p. 103), como exemplo, podemos citar as máscaras utilizadas na *morenada* e na *diablada*, as quais expressam o processo de demonização da cultura e da religião dos vencidos. Como demonstrado na Fotografia 21 e 22. É ainda em Silva (2012, p. 104) que, se entende que, nessas representações, o negro é visto de forma grotesca, ressaltando-se a identificação da deidade andina no subsolo, identificada pelos mineiros como um ser de grandes chifres e de cor vermelha. De certa forma, para os que trabalhavam nas minas de cobre, a relação com aquela deidade era, ao mesmo tempo, de temor e de proximidade, pois dela dependia o sucesso do trabalho realizado no obscuro mundo de baixo.

Do ponto de vista sociocultural, essas danças expressam não somente as tensões entre diferentes visões religiosas do mundo, mas também, as relações de subjugação de índios e negros ao sistema escravagista colonial, pois, como uma máquina de moer gente, os “corpos eram amordaçados e adestrados para o trabalho, porém, não sua capacidade de resistirem e burlarem-se dos seus algozes, por meio de formas lúdicas, como a música e danças irreverentes”, destaca Silva (2012, p. 106).

Fotografia 21 – Festa comemorativa da Independência da Bolívia – Memorial da América Latina



Fonte: A autora (2016).

Observou-se nas últimas edições das festas devocionais um aumento de grupos que apresentam ritmos e danças com temáticas indígenas e camponesas, mostrando que a Bolívia é recriada e apresentada aos paulistanos como um país marcado pela sua diversidade étnico-cultural e social, a qual em outro contexto passa a ter novos significados, sobretudo, para grande parte dos bolivianos (as) que trabalham no ramo da costura (SILVA, 1997, p. 41).

Silva (2012, p. 108) revela que dançar no Memorial da América Latina – seja nas festas devocionais ou no carnaval, a partir de 2001 – significa que esse espaço passou a ser importante para os bolivianos em São Paulo, pois ele abre um canal de diálogo com a cidade graças à mediação da cultura, como uma forma de desconstruir preconceitos que lhes são atribuídos pelo contexto local.

Nessa perspectiva, o autor acima retrata a conquista de novos espaços na metrópole para a manifestação de suas práticas culturais e revela que eles querem ser vistos e reconhecidos, em primeiro lugar, como cidadãos paulistanos, já que é o lugar onde vivem e trabalham, mas também, por serem andinos, quéchuas, aimarás, guaranis ou simplesmente como bolivianos (as).

Fotografia 22 – Dança típica *Aimará* – Homens dançando a Morenada com a tradicional máscara no Memorial da América Latina



Fonte: A autora (2016).

Na Fotografia 23, algumas mulheres bolivianas dançam a *Morenada*, na qual se usa uma roupa e um chapéu característicos de seu país, mas que praticamente não são usados no Brasil, exceto em ocasiões especiais. Essa dança caracteriza o ritual e é simbolizado também pelas cores que ficam vibrantes aos olhos, mas estranho para os convidados não pertencentes a essa cultura no dia da festa.

Um ponto importante da pesquisa foi entender o papel da mulher boliviana na cidade de São Paulo. Sobretudo, na última década, quando houve uma ascensão psicológica em consequência dos maus tratos sofridos tanto por parte de seus parceiros quanto de seus empregadores. Desse modo, comemorar a Independência de seu país representa não só relembrar o passado de seu país, mas também, saber que ele estará lá, caso precise retornar.

Esse grupo de bolivianas com características peculiares em relação à vestimenta e que identifica sua nacionalidade são as chamadas *cholas*. Essas mulheres, descendentes de indígenas, mantêm por muitos anos a forma de se vestir como: tranças nos seus longos cabelos, vestido encorpado de rendas com anágua, chamado de *pollera*, chapéu típico (tipo coco) e quase sempre um pano colorido nas costas que serve para transportar seus filhos ou algum mantimento.

Fotografia 23 – Bolivianas dançando a *Morenada* na festa de Independência da Bolívia no Memorial da América Latina



Fonte: A autora (2016).

Outro ponto fundamental desta pesquisa foi descrever como é esse boliviano dentro das concepções culturais e nos momentos de construção e desconstrução de uma identidade em transformação. Para isso, percebemos um número crescente de mulheres e homens bolivianos nas festas devocionais e folclóricas, ou seja, na praça Kantuta ou em ocasiões quando se espalham pela cidade de São Paulo as características andinas, tornando-se mais evidentes e com construções sólidas.

Os homens bolivianos são importantes representantes nessa disseminação cultural, pois a cultura boliviana ainda carrega um sistema patriarcal muito forte e, ao chegar ao país receptor, essa manutenção dos costumes e também da figura do pai, marido e do trabalhador é diluída.

Como já informamos nesta dissertação, ocorre atualmente uma crescente migração entre as mulheres bolivianas, em que elas detêm todo o processo de busca de sobrevivência e cuidado com os filhos. Nesses locais em que é representada a cultura boliviana, percebemos que os homens são os que tocam os instrumentos e as mulheres são as que dançam as músicas, como representados nas Fotografias 24 e 25 e as mulheres bolivianas representadas nas imagens que apresentamos acima. Não é nossa intenção, demonstrar que os imigrantes bolivianos cumprem somente uma função dentro dos espaços de comemorações, mas que em se tratando das mulheres bolivianas essas, sim, cumprem somente um papel.

Fotografia 24 – Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina



Fonte: A autora (2016).

Fotografia 25 – Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina



Fonte: A autora (2016).

A presença boliviana na cidade de São Paulo é interessante para pensarmos a forma como a cidade tem lidado com as diferenças etnoculturais que os novos fluxos migratórios exigem, permitindo que se possa entender que, nela, estão representadas as expectativas para se conhecer uma nova cidade, na qual serão depositados todos seus sonhos e que servirá futuramente como base para seus filhos, netos e parentes que procuram fugir seja da pobreza ou dos anseios encontrados em cada identidade em construção. As possibilidades de uma etnia diversificar-se culturalmente no país receptor, surgirão dos movimentos da chamada luta de classe, segundo entendimento de Stuart Hall (2005b, p. 101).

Encontramos vinculadas as possibilidades de ascensão desse imigrante boliviano(a) desde que ele(a) não entre em luta corporal com o sistema, pois, por meio da semelhança com o outro, as representações tonam-se essenciais para conquista de direitos e para que esses direitos sejam aceitos pelo outro. Por esse motivo, entendemos que a imigração boliviana especificamente na cidade de São Paulo, está (re)criando um importante movimento em busca de valorização por meio das exclusões sofridas nas décadas passadas.

Na cidade de São Paulo, os chamados espaços de bolivianidade como descreve Freitas (2014, p. 140), se comunicam predominantemente

com a língua espanhola, *quíchua* ou *aimará* (as línguas oficiais das oficinas de costura e das estações de rádio latinas em São Paulo). As relações que resultam em namoros e casamentos são, em sua maioria, entre pessoas de mesma nacionalidade. A migração internacional boliviana, nessa perspectiva, não visava à ruptura, mas à manutenção dos locais de origem.

Desse modo, falar em assimilação, conforme descreveu Truzzi, é

a redução a outra civilização de um grupo humano mais ou menos numeroso de indivíduos, o qual abandona todos os laços culturais anteriores, adquirindo novos que lhes são transmitidos pelo grupo humano em contato com o qual ele é posto (2012, p. 519).

Coube-nos nesta dissertação ressaltar os aspectos da integração dos imigrantes bolivianos (as) com a cultura brasileira. Mas, diante desse cenário de aceitação do outro, ocorre uma crescente assimilação entre esses imigrantes, a chamada adaptação. E essa tem ocorrido de forma distinta para diferentes grupos imigrantes e dentro dos grupos desses imigrantes.

Os seus gestos já não os mesmos, seus costumes, sua comunicação com seus conterrâneos, com brasileiros e com outros estrangeiros. Seu andar, suas vestimentas e a sua culinária se alteram e se complementam para os novos processos de ressocialização surgidos por meio da cultura do país de adoção. Todas essas composições democráticas de escolhas culturais são, sim, uma construção e um produto de escolhas culturais forçadas ou de aceitação e caracterizam a unidade desse imigrante. Esse movimento deixa ver sua aptidão praticamente infinita para inventar modos de vida e formas de organizações sociais extremamente diversos. Consequentemente, a cultura hoje é pensada como um processo dinâmico, constante e contínuo de sentido, significação e ressignificação.

Nessa perspectiva, a praça Kantuta, a rua Coimbra e o Memorial da América Latina têm sentido múltiplo das práticas de comemorações culturais e tradicionais bolivianas por meio do resgate da memória, do imaginário, da visibilidade e do convívio do grupo. Observam-se nesses três locais o sentido da valorização de sua identidade, o olhar sobre o outro que, embora possa ser uma interpretação subjetiva, permite que se tornem espaços de troca e confiança entre os imigrantes dessa comu-

nidade e de aprendizagem da cultura local com a estrangeira. E, nesses locais de cultura, a identificação religiosa do imigrante é reavaliada como um resgate de seu país com a qual, talvez, por um longo período, não volte a conviver.

Ao andar por esses três locais, percebemos que o discurso – ainda que precário – da língua portuguesa é um ganho diante da dificuldade que, ao chegar neste país se torna a principal barreira. A visibilidade do que é incorporado e assimilado se percebe em cada um desses territórios. Pela vestimenta das mulheres, algumas com brincos, cabelos pintados de várias cores e também vários cortes, percebe-se que esses dados culturais não são oriundos da sua terra natal, mas aquisições brasileiras.

Os homens bolivianos, quanto a esse aspecto, são mais conservadores que as mulheres quando se analisam suas vestimentas: alguns arriscam até cortes de cabelo diferentes dos demais, mas permanecem tradicionais em sua maioria.

Outro ponto importante dessa assimilação é a crescente dificuldade em achar condimentos utilizados para preparo de seus alimentos no Brasil e muitos imigrantes bolivianos alegam não terem condições financeiras para trazer da Bolívia e se torna inviável manter sua culinária, diante da dificuldade que enfrentam na cidade.

Não se pode esquecer que, quando nos referimos à imigração, pensamos em uma viagem entre um país e outro, entre uma cultura e outra, entre aquilo que eles conheciam, que lhes era familiar, e o desconhecido; entre o seguro e o inseguro, mas, sobretudo, entre aquilo que eram e aquilo que passaram a ser. Os abalos feitos em suas crenças e os ataques a suas pertencas tornam esse imigrante vulnerável. Assim, quanto melhores forem as relações entre nativos e imigrantes, entre a cultura de origem e a de destino, melhor será a capacidade de ele sobreviver num país diferente daquele em que nasceu.

É natural que o imigrante queira estar junto com as pessoas de sua comunidade nos momentos de lazer, pois ele se insere em uma metrópole que produz medo, inseguranças e incertezas e essa proximidade com outro seu igual lhe oferece segurança. Daí não ser mais necessário que ele se esforce para ser aceito por um grupo de estranhos.

Os espaços públicos da cidade se empobreceram e o contato com os estranhos é cada vez menos frequente. Como afirma Bauman (2009, p. 89), os espaços da cidade e os seus habitantes não favorecem a mixofilia – experiência de se envolver com o Outro, de intercambiar sua cultura com a dele. Embora muitas cidades grandes tendam a produzir mixofilia, os espaços públicos frequentados pelos bolivianos favorecem muito mais a mixofobia, ou seja, o medo de se aproximar e de se misturar com o Outro. Assim, é natural que o imigrante aspire estar entre seus iguais, os de sua comunidade e, com eles criar espaços que lhes são particulares.

Para os participantes que ocupam a praça Kantuta, a Rua Coimbra e o Memorial da América Latina em datas festivas, acontece a celebração de sua memória coletiva. De acordo com Halbwachs (1993, p. 78), toda memória individual que não esteja em contínua relação com a memória de determinado grupo é esquecida. Daí a importância da pertença a essas comunidades, mantendo seus laços afetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, pontuaremos as principais contribuições de nossa pesquisa para compreensão do fenômeno da imigração boliviana em São Paulo. Tivemos três objetivos nesta nossa dissertação, quais sejam: explorar os símbolos de identidade e cultura boliviana na cidade de São Paulo; analisar como os bolivianos integram sua identidade cultural à cidade de São Paulo; demonstrar como os locais de cultura (Praça Kantuta, Rua Coimbra e Memorial da América Latina) são estratégias para que haja mobilidade da sociedade para onde se deslocam, em busca de reconhecimento social em um ambiente cada vez mais disputado.

Considerando o primeiro objetivo, verificamos que os símbolos identitários e culturais bolivianos na cidade de São Paulo foram evidenciados em nossa análise e, com isso, esses locais se tornaram elementos-chave para se compreender com considerável alcance os territórios marcados por questões sociais e políticas em que se inserem estes imigrantes em São Paulo.

A cidade tornou-se para muitos desses imigrantes bolivianos um dos principais destinos de recomeço no Brasil. A megalópole continua representando para eles a possibilidade de mobilidade social, ou seja, para aqueles menos qualificados, os quais se inserem no concorrido setor da costura, ou para os mais qualificados como é o caso dos profissionais liberais, entre eles, médicos, dentistas, engenheiros, técnicos entre outros, é o alcance da ascensão tão sonhada.

Com essa observação, destacamos a necessidade de ampliação do foco sobre o tema da imigração contemporânea, para novos elementos que se somam para além de uma visão dividida e simplificada da relação entre a migração e o pertencimento.

A diversidade dos relacionamentos que eles estabelecem identificam as dificuldades e facilidades de adaptações na cidade, diante desta perspectiva à proposta foi perceber a relação cada vez mais complexa que envolve mudança, necessidade, desejo, afetividade, vínculos, expectativas, realidades e o local que escolheram para viver, ou seja, os motivos que

levam esse imigrante para a mudança territorial e para se estabelecerem em outro país. Muitas vezes, são questões simbólicas, como evidenciamos em todos os Capítulos, fatos que vão além de uma identidade cultural aplicada e que chega ao ato de se analisarem o sujeito sociológico e o pós-moderno, bem como, em quais contextos eles se enquadram, para que possamos entender e identificar os locais em que eles se agrupam.

Considerando nosso segundo objetivo, conseguimos saber que, por meio da gastronomia e da inserção de grupos folclóricos nas principais festas direcionadas para o público latino, os imigrantes bolivianos conseguem se destacar diante de uma população tão miscigenada. Nesses locais em que apresentam a sua cultura, eles reproduzem as estruturas culturais e identitárias existentes no interior da Bolívia. E, desse modo, conseguem manter sua cultura no Brasil, graças à memória e às manifestações de suas múltiplas identidades culturais.

Durante a redação desta dissertação, observou-se a efetivação de suas transições culturais e dos processos de adaptação desse imigrante. Para tanto, a análise desse povo sofreu abordagens teóricas que foram ganhando complexidade em paralelo com a crescente relevância do fenômeno, em um contexto econômico e social globalizado.

Demarcamos que a globalização dita um único modelo de civilização e de desenvolvimento, proposto como meta para todos os povos e terras, independentemente de qualquer reflexão que leve em consideração, relativismos econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, culturais. Obviamente, essa relação também vem acompanhada do discurso político e da argumentação cultural correspondente, a fim de que populações de todas as divisões nacionais, por intermédio de seus grupos dominantes, convençam-se de que, de uma forma ou de outra há um único horizonte para os povos do planeta.

Aqui, o pensamento estratégico e posicional do sujeito que vivencia situações desagradáveis traz consigo novas acepções sobre a cultura de sua terra de origem ou das cidades por onde passou. Essa reflexão nos faz considerar que essa identidade de origem ou de fronteira, quando ocorrem deslocamentos, põe em choque diferenças culturais, quando entram em contato com novas culturas, ou quando essas identidades criam construções desterritorializadas e híbridas.

A migração boliviana para países limítrofes envolve menores custos com deslocamento, mas também, menores ganhos e menores possibilidades de ascensão social e cultural. Assim, verificou-se a tendência de trabalhadores com melhores condições de vida migrarem para países desenvolvidos, para que obtenham, desse modo, maior possibilidade de alcançarem melhores remunerações, diante da insegurança e do risco em que incorrem nesse processo. A exemplo de outros fluxos migratórios, verificou-se na imigração boliviana um processo de feminização que, ao mesmo tempo, participa como fator causal e como resultado das transformações nas relações de gênero.

Com base no terceiro e último objetivo, verificamos que os locais de cultura identificados por nós – Praça Kantuta, Rua Coimbra e Memorial da América Latina – formam territórios em que os imigrantes bolivianos criam estratégias de mobilidade para que ocorra a inserção na comunidade à qual esses símbolos pertencem e para o qual se deslocam vários outros imigrantes latinos e não latinos.

Destaca-se também que os imigrantes obtiveram reconhecimento social da comunidade local e estadual. Como exemplo desse reconhecimento, podemos citar a produção de mecanismos, para que a mídia os descreva como precursores de um cenário sofrido, mas que, por meio desses ambientes, conseguiram demonstrar sua cultura. Em outras palavras, diante desses objetivos, entendemos que a relação (imigrante e nativo) caminha para uma convivência relativamente harmoniosa, mesmo sendo esses grupos distintos culturalmente.

Para que assim ocorresse de forma menos dolorosa, foram criados esses locais de preservação de suas tradições e integração, os quais permitem o desenvolvimento de um lugar com hospitalidade, tanto em relação ao receber como em ser recebido, para práticas dos costumes que, de certa forma, se perderam diante das escolhas oferecidas pela comunidade receptora.

Na pesquisa realizada, notamos diferentes formas de vida encontradas na sociedade, tais como: alteração nas vestimentas, nos costumes, em sua gastronomia, na sua língua, entre outros. Todas essas adaptações demonstram uma desconstrução e uma nova construção de um produto de escolhas culturais.

Consequentemente, a cultura é pensada hoje como um processo dinâmico, constante e contínuo de sentido, significação e ressignificação. Os nossos objetivos foram identificados com a pesquisa e conseguimos constatar que os símbolos de identidade e cultura boliviana na cidade de São Paulo são os que já citamos e respectivamente a Praça Kantuta, conhecida entre os imigrantes por sua solidez e pela diversidade em se manter por mais de quinze anos representando a comunidade boliviana na cidade de São Paulo, dando voz a esses imigrantes, em um local marcado pelo preconceito.

Ao analisarmos como os bolivianos adaptam sua identidade cultural à cidade de São Paulo, constatamos que ocorre gradativamente e de forma diferenciada para os imigrantes que residem na cidade, uma vez que, por ser uma imigração contemporânea, está atrelada ao desenvolvimento econômico do país que o recebe. Assim, para os mais jovens, a identificação com a cultura local se torna mais fácil em detrimento dos mesmos imigrantes tidos como os mais idosos. Também foi identificado nesta pesquisa o diálogo havido entre vários autores que abordam essa temática, alguns por quase vinte anos, como é o caso do antropólogo Sidney Silva. Esse pesquisador explica que, quando esses imigrantes se inserem nos locais de representação de identidade cultural na cidade de adoção, eles se tornam parte da transformação e iniciam outro processo, o de reconhecimento de uma nova cultura, não em sua originalidade, mas sim, desconhecida diante dos olhos estranhos dos nativos.

A praça Kantuta, a rua Coimbra e o Memorial da América têm sentidos múltiplos das práticas festivas e tradicionais bolivianas graças ao resgate da sua memória, da visibilidade e do convívio do grupo. Observa-se nesses três locais um sentido de valorização do outro que, muito embora possa ser uma interpretação subjetiva, se torna um espaço de troca e confiança entre os imigrantes dessa comunidade com a comunidade paulistana.

Por fim, quanto maiores as diferenças percebidas entre a cultura do imigrante e as culturas com que vão se cruzando, maior e mais traumática será a sua viagem. Entendemos, então, que a cultura boliviana, ao chegar no país de adoção, será interpretada como inferior ou estranha aos olhos da cultura nacional. No entanto, aos poucos, adentra no circuito cultural da cidade de São Paulo, passando a interagir com as diversas culturas representadas pelas várias etnias que aqui convivem.

Esses locais de festas bolivianas tentam manter as tradições oriundas da Bolívia, mas, para que assim seja, sofrem determinadas ressignificações proporcionando a aquisição de elementos de uma história de longa duração da cultura boliviana com fragmentos de um imaginário rememorados e ressignificados no contexto urbano da cidade. Assim, esses territórios incitam um pensamento dinâmico cultural, porque são vistos como um fator social total em que se apresentam elementos de organização social, de interesses econômicos e políticos. Dentro desses elementos, nos quais ocorrem tensões entre os sistemas de crenças envolvidos, expressões simbólicas, formas sensíveis de gestualidades e expressões musicais de múltiplos significados, no limite, também se exprimem diferentes identidades.

Os bolivianos que vivem no Brasil, cada qual, com suas lentes, ao se depararem com o cotidiano paulistano fazem suas interpretações e reinterpretações dos novos caminhos que se moldam em suas vidas. Sobreviver em outro país implica construir e reconstruir representações sociais e se adaptar aos novos processos existentes na nova sociedade.

REFÊRENCIAS

ALVES, Ubiratan Silva. **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol.** (Tese) Doutorado em Educação Física. Universidade de Campinas (UNICAMP). 180f. Campinas, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond. **A ilusão do migrante.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** São Paulo: Annablume, 1987.

BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade.** São Paulo, ano V, n. 2, 2008.

BASSANEZI, Maria Silva Casagrande *et al.* **Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950.** São Paulo: UNESP, 2008.

BASTOS, Fernando Lazaro Barros. **Síntese da história da imigração no Brasil.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Of graf da edit impress, 1979.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi (Trad.) Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Confiança e medo na cidade.** (Trad.) Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas.** Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. **Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009.** Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009.** Promulga o acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Lei. nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a nova Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BURGARELLI, Rodrigo; TOLEDO, José Roberto de. Pela 1ª vez, bolivianos superam japoneses e italianos na capital. **O Estado de S. Paulo**, 5 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/pela-1-vez-bolivianos-superam-japoneses-e-italianos-na-capital-imp/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CAMARGO, Beatriz. **Kantuta é um pedaço da Bolívia na capital paulista**. (2006). Disponível em: <<https://aquiemsp.wordpress.com/2011/08/19/kantuta-e-um-pedaco-de-bolivia-na-capital-paulista/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. (Trad.) Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: EDUSP, 2015.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **Os bolivianos em Corumbá (MS): conflitos e relações de poder na fronteira**. (2015). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n1/0104-9313-mana-21-01-00035.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Brasil e Bolívia: Brasil e seus vizinhos, relações entre Brasil e Bolívia: fortalecimento e refluxo**. (2015). Disponível em: < <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/42252/>> Acesso em: 25 de nov. 2016.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. (Trad.) Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

DIETRICH, Ana Maria. Brasileiros de todo o mundo. **História viva**. Brasil de imigrantes: A trajetória de italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses e árabes que ajudaram a construir a nação. Ano IX. Nº 97. 8. ed., nov. de 2011.

DORNELAS, Sidnei Marco; NASSER, Ana Cristina Arantes. **Relações e mediações**. Pastoral do Migrante/São Paulo: Loyola, 2008.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FAZITO, Dimitri. A análise das redes sociais (ARS) e a migração: Mito e realidade. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002.

FERNANDEZ, Camila Collpy Gonzalez. (2014). **Identidades e territórios bolivianos em São Paulo: O lugar do outro**. Disponível em:<<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Camila%20Collpy%20Gonzalez%20Fernandez.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. **Entre dois países, sonhos e ilusões: Trajetórias de e/imigrantes bolivianos em São Paulo (1980-2000)** (Tese) Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). 295f. São Paulo, 2015.

FREITAS, Olivia. **Depois de abuso sexual, boliviana é escravizada em SP durante sete anos**. Caderno: Empreendedor social. 15 de fev. de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2016/02/1737230-depois-de-abuso-sexual-boliviana-e-escravizada-em-sp-durante-sete-anos.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FRAGA, Valdson. **Territorialidade e identidade dos imigrantes bolivianos em São Paulo**. (2009). Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/revista_cordis2_valdson_pe_squisa.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. **Bolívia**. (2016). Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/bolivia.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

FREITAS, Patrícia Tavares de. **Projeto costura: Percursos sociais de trabalhadores migrantes entre a Bolívia e a indústria de confecções da cidade de destino**. 435f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **O café e a imigração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed.; Companhia Editeis Nacional. (Biblioteca Universitária). Série 2. v. 23, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GONZÁLEZ, Juan Miguel Rosa; OLIVEIRA, José Arimatés de Oliveira. Os efeitos da expatriação sobre a identidade: estudo de caso. **Cad.EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, 2011.

GRAHAM, Douglas. H. **Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro: 1880-1930**. Estudos Econômicos, v.3, n.1, 1973.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1993.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Petrópolis –RJ: Vozes, 2003.

_____. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. (Org.) Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005a.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Trad.) Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005b.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (Org.) 15. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

HOFSTEDE, Geert. **Culturas e organizações: Compreender a nossa programação mental**. Lisboa: Sílabo, 1997.

_____. **Cultures and Organizations: Software of the mind**. London: McGraw-Hill, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 10. ed. V 11. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2010). Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 maio. 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

IPHAN. **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (2009). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_5_m.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

JUSTIÇA. **Entenda o Anteprojeto de Lei de Migrações**. (2013). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/proposta-de-nova-lei-de-migracoes-devera-substituir-estatuto-criado-durante-a-ditadura/entenda_novo_estatutoestrangeiro2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

KATO, Heitor Takashi; PEREIRA, Neuri Amabile Frigotto; PIMENTEL, Ricardo. Expatriação e estratégia internacional: O papel da família como fator de equilíbrio na adaptação do expatriado. **RAC**, v. 9, n. 4, 2005.

KAZANA, Paulina Karina. **Emigração/Imigração polaca**: O destino Portugal no pós-adesão à União Europeia (2013). Disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=488211>. Acesso em: 05 maio 2016.

LACLAU, Ernest. **New Reflections on the Resolution of our Time**. Londres: Verso, 1990.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: UNESP, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (Orgs.). **Agenda sulamericana**: Mudanças e desafios no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. (Orgs.) **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais contemporâneas** (2011). Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/143-migracoes-internacionais-contemporaneas>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MARTINS, José de Souza. **A cidade multicultural**. (2008). Disponível em: <http://downloads.lsecities.net/0_downloads/archive/_SA/12_NewsPaper_Essay_Martins_por.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

MOREIRA, Marli. **Imigrantes fazem manifesto em São Paulo pelo direito a voto**. São Paulo, 04 dez. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-04/imigrantes-fazem-manifesto-em-sao-paulo-pelo-direito-voto>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do sol levante**: uma história da imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Paulo's, 2011.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais de/e para o Brasil contemporâneo**: Volumes, fluxos, significados e políticas – São Paulo em Perspectiva: São Paulo, 2005.

PEDERSEN, Paul. **The five stages of culture shock**: Critical incidents around the world. United States of America: Greenwood Publishing Group, Inc., 1995.

PIERUCCI, Antonio Flavio. Ciladas da diferença. **Tempo Soc. Rev. Sociol. USP**, v. 1, n.1, 1999.

ROSA, Miriam Debieux *et al.* **A condição errante do desejo:** Os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. (2009). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a06.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ROSSI, Camila Lins. **Nas costuras do trabalho escravo:** Um olhar sobre os imigrantes bolivianos ilegais que trabalham nas confecções de São Paulo. (2005) Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/nas_costuras_do_trabalho_escravo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

RUTHERFORD, Jonathan. **Identity:** Community, Culture, Difference. Universidade de Michigan: Lawrence & Wishart, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SANTOS, Rosineia Oliveira dos. **Museu da Imigração – fachada atual.** 2016. 1 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Fachada da Igreja Nossa Senhora da Paz.** 2016. 2 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Grupo folclórico Morenada – no Memorial da América Latina nos 191 anos de aniversário da Independência da Bolívia comemorados em 2016.** 2016. 3 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Imigrantes bolivianas reconstruindo a dança Morenada.** 2016. 4 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Homens bolivianos dançando a Morenada.** 2016. 5 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Grupo folclórico de dança Kantuta Caporales – bolivianas.** 2016. 6 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Grupo Folclórico de dança Kantuta Caporales – bolivianos.** 2016. 7 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Grupo Folclórico de dança Kantuta Caporales.** 2016. 8 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Praça Kantuta aos domingos.** 2016. 9 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Flautas de pão.** 2016. 10 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Artesanatos típicos do altiplano andino.** 2016. 11 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Boneca que representa a mulher boliviana, com suas roupas típicas.** 2016. 12 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Em traje amarelo vibrante, a Virgem de Urkupiña e, a seu lado, a Mãe- Terra (Pachamama).** 2016. 13 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Festa comemorativa da Independência da Bolívia – Memorial da América Latina.** 2016. 14 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Dança típica Aimará – Homens dançando a Morenada com a tradicional máscara no Memorial da América Latina.** 2016. 15 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Bolivianas dançando a Morenada na festa de Independência da Bolívia no Memorial da América Latina.** 2016. 16 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina.** 2016. 17 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

_____. **Representantes da banda Morenada no dia da Independência da Bolívia, no Memorial da América Latina.** 2016. 18 fotografia, color. 12 cm x 7 cm. Coleção particular.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** São Paulo: Universidade de Brasília, 1990.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, 2002.

_____. **Imigrantes, estrangeiros:** a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: As transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%202012/giralda%20seyferth.pdf> Acesso em: 30 nov. 2016.

SILVA, Sidney Antônio da. Hispano-americanos em São Paulo: Alcances e limites de um processo de integração. **Travessia – Revista do Migrante.** Ano XII, n.º. 33. jan/abr de 1997.

_____. **Festejando a Virgem/Mãe/Terra numa pátria estrangeira:** Devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. 326 f. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

_____. **Imigrantes no Brasil:** Bolivianos, a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Bolivianos em São Paulo:** Entre o sonho e a realidade. (2006). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Bolivianos em São Paulo: Dinâmica cultural e processos identitários. In. BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp/Fapesp/CNPq/Unfpa, 2012.

SILVESTRE, Nathércia Pires. Paisagens Urbanas e Paisagens Humanas: O bairro do Bom Retiro. **Baleia na Rede.** (2007). Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. Disponível em: <<https://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao04/paisagens.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SOUCHAUD, Sylvain. **A imigração boliviana em São Paulo**. (2011). Disponível em: <<http://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00553018/document>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Lei de Terras de 1850**; Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/lei-terras-1850.htm>>. Acesso em 05 nov. 2017.

SOUZA, Márcia Maria Cabreira Monteiro de; GUERRIERO, Silas. **A imigração boliviana em São Paulo**: Experiências de um pentecostalismo específico como aglutinador de identidades e sociabilidades. *PLURA – Revista de Estudo da Religião*. Vol. 6, N.1, jan-jun (2015). Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/viewFile/823/pdf_118>. Acesso em: 20 mar. 2016.

STEFANELLI, Mércia Maria Cruz; BASTOS, Senia. Missão Paz: Lugar de Hospitalidade e Acolhimento aos I-Migrantes em São Paulo, SP. /Missão Paz: Place of Hospitality and Welcoming to Immigrants in São Paulo, SP, Brazil. **ROSA DOS VENTOS – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 3, 2016.

TOMAZ, Marcela. **Fluxos migracionais entre Brasil e Bolívia**: Imigração irregular, causas, vítimas e políticas migratórias. (2010). Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/1121>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. Recriação de identidades em contextos de imigração. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. (Orgs.) **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006. p. 75-90.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

_____. Assimilação resignificada: Novas interpretações de um velho conceito. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 2, 2012.

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**: Só em 2015, quase 120 mil estrangeiros deram entrada no país. Haitianos lideram o ranking atual, seguidos pelos bolivianos, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> Acesso em: 30 jan. 2017.

VIDAL, Dominique. Convivência, alteridade e identificações: Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo) Unicamp/Fapesp/CNPq/Unfpa, 2012.

VILLA, Miguel; PIZARRO, Jorge Martins. **El mapa migratorio internacional de América Latina y el Caribe**: Patronos, perfiles, repercusiones e incertidumbres, Santiago de Chile, 2001.

WIEWIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** (Trad.) Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço**: Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. 271f. Dissertação. (Mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – departamento de Demografia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP). São Paulo: Campinas, 2010.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. **Etnicidade, Migração e Comunicação**: etnolaisagens transculturais e negociação de pertencimentos. 186f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abusos 22
Acolhida 26
Aculturação 78, 92
Adaptação Cultural 77–78, 96
Alimentação 87, 89
Alteridade 50, 109–110
Andes 69, 117
Anticucho 113–114
Arte 76, 93, 95

B

Bolívia 11, 14–15, 19, 45–57, 59–60, 63–65, 69, 73, 75, 81, 84, 87, 89, 91–92, 97–98, 106–111, 114–118, 120, 124–129, 131, 134, 137

C

Canindê 14, 71, 94, 104
Classe Operária 34
Condições de Vida 17, 23, 135
Cores 70, 89, 112, 127, 131
Corumbá 48, 51, 55, 63
Costumes 15, 47, 61, 63, 69, 74, 76, 85–86, 91, 95–98, 109, 116, 118, 123, 128, 130, 135
Costura 11, 14, 48, 54, 56, 60, 66, 71, 74, 104, 119–120, 126, 130, 133
Cultura Popular 44

D

Dança Kantuta Caporales 90
Datas Comemorativas 117–118
Diversidade Cultural 45, 54, 89, 91, 107

E

Educação 57, 124
Empanadas 114–115, 119
Espaços 47, 61, 81–82, 85, 92, 97, 105, 119, 126, 128–130, 132
Estereótipos 82
Estrutura Social 83
Etnicidade 32

F

Feiras 69, 109
Festas 74, 79–83, 87–88, 91, 93, 104, 109–110, 121, 124–126, 128, 134, 137
Flautas de Pã 112
Fluxos migratórios 20–21, 23–24, 47, 94, 96, 129, 135
Fronteiras 11, 32, 48–49, 51, 60, 62, 67, 70, 72

G

Globalização 18, 22, 24, 58, 134
Grupo Folclórico Morenada 87

H

Hospedaria dos Imigrantes 36, 38

I

Identidade 12–13, 15–16, 22–23, 26–27, 29–31, 39, 41, 47, 58, 62, 70–72, 75–76, 78–79, 82, 89, 91–93, 97–106, 109–111, 119, 128–130, 133–134, 136
Identidade Cultural 12, 16, 29–30, 70, 79, 93, 109, 111, 119, 133–134, 136
Igreja Nossa Senhora da Paz 79–80, 118
Imigração 11, 13–17, 19–20, 23–28, 31–44, 46–48, 50–51, 57, 59–63, 66, 84–86, 92–93, 97, 105, 123, 129, 131, 133, 135–136
Imigração Andina 46
Imigração Europeia 42
Imigração no Brasil 15, 31, 33, 44
Independência da Bolívia 51, 81, 87, 117, 125, 127–129

M

Manifestações Culturais 94, 109
Margem 62
Megalópole 133
Memória coletiva 132

Memorial da América Latina 12, 14, 81, 87, 89, 91, 94, 104–105, 123–130, 132–133, 135
Migração 17–18, 20–25, 45, 48–49, 61, 68, 70, 72, 83–84, 128, 130, 133, 135
Museu da Imigração 13, 37–38, 57

O

Oficinas de costura 11, 14, 71, 74, 119–120, 130

P

Pachamama 69, 118
Praça Kantuta 12, 14, 71, 88, 91, 94, 104–109, 111–112, 114, 117, 120–121, 123, 128, 130, 132–133, 135–136
Preconceitos 15, 80, 82, 94, 111, 126
Puerto Quijarro 48
Puerto Suarez 48

R

Rituais 69, 80, 105, 109, 123
Rua Coimbra 12, 14, 16, 71, 94, 104–105, 119–123, 130, 132–133, 135–136

S

Sabores 115
Salteñas 114, 116
São Paulo 11–16, 26, 32–34, 36–38, 43, 47–51, 54, 56–66, 69–75, 79–82, 84–87, 89, 91–94, 96–97, 103–112, 116–117, 119, 125–130, 133, 136

T

Trabalho Remunerado 34
Turismo da Pesca 49

U

Urbanização 23, 34

ISBN 978-65-5368-415-7



9 786553 684157 >

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br